



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MICHELE CRISTINA PEDROSO

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA
ANÁLISE DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS
AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA**



Rio Claro
2014

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DOS
PROGRAMAS DIRECIONADOS AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Maria Ferreira Salles

Dissertação apresentada ao Instituto de
Biotecnologia, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio
Claro, como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Rio Claro
2014

301.4315 Pedroso, Michele Cristina
P372j Juventude e políticas públicas : uma análise dos
programas direcionados aos jovens da periferia urbana /
Michele Cristina Pedroso. - Rio Claro, 2014
141 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Leila Maria Ferreira Salles

1. Adolescência - Aspectos sociológicos. 2.
Vulnerabilidade social. 3. Inserção social. 4. Exclusão. I.
Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE RIO CLARO

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE RIO CLARO

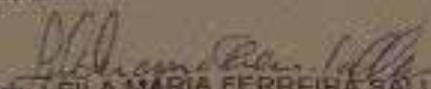
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

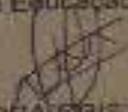
TÍTULO: JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS
DIRECIONADOS AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA

AUTORA: MICHELE CRISTINA PEDROSO

ORIENTADORA: Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, pela
Comissão Examinadora:


Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES
Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro


Profa. Dra. DEBORA CRISTINA FONSECA
Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro


Profa. Dra. ANGELA FATIMA SOLIGO
Universidade Estadual de Campinas

Data da realização: 20 de agosto de 2014

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste trabalho muitas pessoas foram importantes e significativas e merecem meu total agradecimento.

Deus que sempre esteve comigo guiando o caminho deste pesquisa.

Toda minha família e amigos que sempre estiveram preocupados e presentes nessa etapa, e principalmente meu pai, minha mãe e irmã que deram um apoio indescritível durante todo o mestrado.

Meu noivo que sempre ouviu com carinho minhas angustias, frustrações e realizações.

A minha orientadora pelo brilhante profissionalismo com o qual e executa seu trabalho e principalmente por todo carinho e paciência para comigo.

As professoras da banca que leram meu trabalho com muito carinho e dedicação dando contribuições extremamente válidas para o presente trabalho.

A todos os entrevistados e membros dos programas que mesmo com diversos compromissos conseguiram disponibilizar um tempo para colaborar com a pesquisa.

A Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa (FAPESP), pelo financiamento dessa pesquisa.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar as concepções e objetivos que fundamentam as ações e programas sociais direcionadas aos jovens, desenvolvidos em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. O desenvolvimento desta pesquisa contou com o mapeamento dos programas sociais direcionados a jovens, examinando os objetivos desses programas e suas atividades, além de identificar e analisar a concepção de juventude que os fundamenta. O levantamento evidenciou que no total 17 programas estavam em execução no ano de 2013, onde foram analisados os documentos referentes aos programas e também aqueles disponibilizados nos sítios relativos aos projetos como os disponibilizados pelos membros gestores. Os programas foram agrupados conforme os objetivos centrais a que se propunham. O que parece subsidiar a atuação do poder público junto à juventude é a situação do jovem ser mais ou menos vulnerável. Os jovens objetos das políticas públicas são em geral os estereotipados como jovens problemáticos, facilmente sujeitos a “desvios”, uso de drogas e protagonismo de violência.

Palavras-chave: jovens, políticas públicas e inserção social.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the concepts and objectives that underlie the actions and social programs targeted to the youths, developed in a city in the interior of the state of São Paulo. The development of this research included the mapping of social programs targeted at youths, examining the objectives of these programs and activities, and identifies and analyzes conception about youth that underlies them. The study showed that in total 17 programs were running in 2013, where documents relating to the programs and also those available on the sites for the projects such as those provided by the coordinators were analyzed. The programs were grouped according to the central objectives that had been proposed. What seems to support the performance of the government by the youth is the situation of the youth to be more or less vulnerable. The youths objects of public policies are generally stereotyped as troubled, easily subject to "deviations", drug use and protagonist of violence.

Key-words: young people, public and social inclusion policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

OMS – Organização Mundial de Saúde
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
FAPESP- Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo
UNESP – Universidade Estadual Paulista
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONGs – Organizações Não Governamentais
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CAPS I – Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-Juvenil
UDAM – União dos Amigos do Menor
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ADERC – Associação de deficientes de Rio Claro
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Especiais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
CPP – Curso Pré-profissionalizante
SEST - Serviço Social de Transporte
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do transporte
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI – Serviço Social da Indústria
FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do adolescente
CHI – Centro de Habilitação Infantil
HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária.
PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| Objetivos..... | 15 |
| A trajetória da pesquisa | 16 |
| Estrutura do Trabalho | 25 |
| CAPÍTULO 1 - O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS | 26 |
| 1.1 O jovem | 26 |
| 1.2 . Sobre a definição de políticas públicas..... | 31 |
| 1.3. Políticas públicas para a juventude..... | 35 |
| 1.4. As políticas públicas e os jovens das populações empobrecidas..... | 37 |
| 1.5. A exclusão social | 45 |
| 1.6. Algumas considerações | 50 |
| CAPÍTULO 2 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: A ATUAÇÃO NA ÁREA DE PROFISSIONALIZAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO | 52 |
| 2.1. Os programas na área de Profissionalização/escolarização em documentos | 52 |
| 2.1.1. Guarda Mirim de Rio Claro..... | 52 |
| 2.1.2. Núcleo Artevida..... | 55 |
| 2.1.3. Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva..... | 58 |
| 2.1.4. SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) | 60 |
| 2.1.5. UDAM - União dos Amigos do Menor..... | 61 |
| 2.2. Os programas na área de profissionalização/escolarização na entrevista..... | 67 |
| 2.2.1. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas | 67 |
| 2.2.3. Os objetivos do programa..... | 72 |
| 2.3. Sobre os documentos e a entrevista..... | 77 |
| CAPÍTULO 3 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: A ATUAÇÃO NA ÁREA DE CULTURA E LAZER | 79 |
| 3.1. Os programas na área de cultura e lazer em documentos..... | 79 |
| 3.1.1. Projeto "Guri" | 79 |
| 3.1.2. Segundo Tempo..... | 81 |
| 3.1.3 Projovem Adolescente..... | 83 |
| 3.2. Os programas na área de cultura e lazer na entrevista..... | 84 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.2 A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas | 84 |
| 3.2.3. Objetivos do programa | 89 |
| 3.3. Sobre os documentos e a entrevista..... | 94 |
| CAPÍTULO 4 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE | 95 |
| 4.1. Os programas na área de saúde em documentos | 95 |
| 4.1.1. Comunidade Terapêutica Peniel..... | 95 |
| 4.1.2. Instituto Allan Kardek | 96 |
| 4.1.3. Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória” | 97 |
| 4.1.4. Associação dos Deficientes de Rio Claro - ADERC..... | 98 |
| 4.1.5. Associação de Pais e Amigos dos Especiais (APAE) | 99 |
| 4.1.6. Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I)..... | 100 |
| 4.2. A atuação na área de saúde na entrevista | 101 |
| 4.2.2. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas | 101 |
| 4.2.3. Os objetivos do programa..... | 105 |
| 4.3. Sobre os documentos e a entrevista..... | 107 |
| CAPÍTULO 5 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: PROJETOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ABRIGO..... | 108 |
| 5.1. Os programas de caráter assistencial em documentos..... | 108 |
| 5.1.1. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) | 108 |
| 5.1.2. Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)..... | 109 |
| 5.2. Os programas de caráter assistencial na entrevista..... | 110 |
| 5.2.1. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas | 110 |
| 5.2.3. Objetivos do programa | 116 |
| 5.3. Sobre os documentos e a entrevista..... | 118 |
| 5.4. Os programas de abrigamento em documentos..... | 119 |
| 5.4.1. Aldeias Infantis SOS | 119 |
| 5.4.2. A atuação na área de abrigamento de jovens na entrevista | 120 |
| 5.4.4. A Criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas | 120 |
| 5.4.5. Os objetivos do programa..... | 124 |
| 5.5. Sobre o programa de abrigamento e a entrevista..... | 128 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 129 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 133 |

| | |
|--|-----|
| APÊNDICES | 141 |
| APÊNDICE A- CARTA APRESENTAÇÃO ENTREGUE AOS PROGRAMAS | 141 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA | 142 |
| APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 143 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções e objetivos que fundamentam os programas sociais destinados aos jovens, desenvolvidos em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Neste texto utilizar-se-á para delimitação dos sujeitos jovens e juventude a faixa etária. Ao falar dos jovens, a referência é aos sujeitos com idade entre 15 e 24 anos tal como definido pela OMS (Organização Mundial de Saúde).

O interesse em desenvolver este trabalho surgiu da participação no grupo de pesquisa “Jovens, violência e educação” registrado pelo CNPq, que discute através de estudo bibliográfico e realização de pesquisas, a temática de jovens e violência escolar. A autora desta pesquisa desenvolveu duas outras pesquisas neste grupo, identificadas como de Iniciação Científica, financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A primeira delas denominada “A escola, os jovens e a comunidade: um estudo em bairro de periferia de Rio Claro” teve por objetivo compreender os modos de inserção da escola no bairro e para tanto foram mapeadas as ações da escola voltadas à sua integração na comunidade e investigada sua relação com a família dos alunos, procurando analisar as possíveis diferenças nos modos de relação com as famílias conforme os alunos fossem ou não protagonistas de violência na escola. O segundo projeto, continuidade do anterior, teve por interesse analisar os modos de inserção dos jovens na comunidade e na escola, e do mesmo modo que o anterior investigou-se as possíveis diferenças nestes modos de inserção conforme os alunos fossem ou não protagonistas de violência na escola.

Os dois trabalhos de Iniciação Científica foram vinculados ao projeto de pesquisa denominado “Violência de jovens e violência escolar: estudo sob a ótica do imaginário escolar e da inserção social”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Programa Especial: Ensino Público (Processo n.2010/09317-9), o qual conta com a participação de professores do Departamento de Educação UNESP- Rio Claro, alunos de pós-graduação e graduação, uma supervisora de ensino e professores coordenadores das escolas participantes (onde tanto a supervisora de ensino como os professores coordenadores são bolsistas FAPESP). Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar o modo de inserção de duas escolas e dos jovens na comunidade, caracterizar o imaginário dos jovens sobre a escola e sobre seus projetos de vida, e o imaginário dos educadores sobre o significado da escola para os jovens visando à prevenção da violência no âmbito escolar. No bojo das discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa que executa o projeto, foi possível

perceber a necessidade de conhecer, caracterizar e analisar os programas destinados aos jovens do município e que se fazem presentes no bairro onde as escolas participantes dos estudos se localizam.

Nas pesquisas desenvolvidas e que vêm sendo estudadas pelo grupo de pesquisa, vários foram os relatos dos jovens sobre a violência que ocorre no contexto familiar, escolar e na comunidade indicando que eles estão constantemente em contato com situações de violência, onde ora são protagonistas, ora são vítimas e ora são espectadores, e isto contribui para que os educadores das escolas apontem a comunidade na qual estes alunos vivem como um dos fatores que determinam a violência na escola.

Neste sentido, as falas dos educadores se aproximam da fala de alguns estudos que abordam esta temática, estudos estes que afirmam que o cotidiano dos adolescentes fora do ambiente escolar influencia sua relação com a escola. Sobre este assunto Van Zaten (2000) expõe que na realidade cotidiana dos estabelecimentos de ensino da periferia francesa, é inevitável certo grau de interpenetração entre a experiência dos adolescentes no bairro e a que vivem no colégio. Segundo a autora, as pesquisas que investigam a sociabilidade dos adolescentes em meio popular, distinguem dois modos de sociabilidade que foram estruturadas na família, na comunidade e até mesmo nas escolas primárias, com um deles mais centrado na escola e nos valores que impregnam a sociedade e outro mais orientado para a rua e valores “desviantes”, mesmo que a extensão e as formas de tal interpenetração variem em função dos contextos sócio-geográficos, das políticas da instituição escolar e das práticas dos profissionais da educação (VAN ZATEN, 2000).

De acordo com Zaluar (2005), no terreno das representações dominantes sobre os jovens, ocorre a imagem de que se vive uma fase perigosa e potencialmente violenta, que necessita de ampla intervenção da sociedade para assegurar seu trânsito para a vida adulta. Neste mesmo sentido, Salles (1998) diz que a percepção da sociedade sobre os jovens é em geral negativa e estereotipada. Muitas vezes os jovens são associados às situações de desvio social e são vistos pela sociedade como liberados, rebeldes, individualistas, consumistas e irresponsáveis. Estas características são o eixo central da representação social da adolescência e do adolescente. Todos os outros elementos como estudo, sexualidade, trabalho, drogas, relacionamentos, etc., vão se articular em torno desse eixo. Isto é particularmente verdade quando as referências são os jovens da periferia, embora periferia não seja sinônimo de pobreza o foco deste estudo é a juventude pobre, residente na periferia empobrecida da cidade. (SALLES, 1998; SALLES, SILVA et al., 2011). Assim, ao buscar compreender a relação que os jovens têm com a comunidade e a comunidade com eles, essa concepção

negativa e estereotipada deve se constituir em um dos pilares que ancora e determina essa percepção.

Para Salles (2009) as pessoas são enquadradas em categorias e com isso se estabelece uma identidade social para cada uma delas, e ao se estabelecer identidades sociais e ao se enquadrar pessoas em categorias “[...] fixa-se uma imagem social do outro, o diferente, que, ao ressaltar a diferença, o transforma em problema social que assusta e incomoda” (SALLES, 2009, p. 137). A autora exemplifica que os jovens que cometem atos violentos são qualificados como violentos, e assim passam a serem vistos através desta ótica ocorrendo, portanto, um processo de atribuição de identidade.

Ainda de acordo com Salles (2009), as identidades dos jovens de periferia identificados como perigosos reais ou potenciais, podem acabar sendo essencializadas e sofrer um processo de estigmatização, num processo semelhante ao apontado por Young (2002) em relação aos excluídos sociais. Esse essencialismo favorece a exclusão social à medida que fornece alvos e estereótipos, possibilitando a desumanização dos excluídos ao serem vistos pela negatividade e, neste sentido, a exclusão social colabora para que o excluído adote a essência atribuída de modo que “os excluídos como os jovens de classe baixa, inclusive como forma de enfrentamento, tendem a essencializar sua identidade para se mostrarem diferentes” (SALLES, 2009, p.141).

Neste contexto é que esses jovens associados com a ideia de problemas sociais a serem resolvidos, são focos de atenção pública, onde grande parte das políticas públicas destinadas principalmente aos jovens de classe socioeconômica mais baixa toma o jovem como problema social, a ponto dos programas voltados a eles terem como objetivo central reintegrá-los à ordem, por meio de estratégias de ressocialização, capacitação profissional, ou de controle sob as formas de uso do “tempo livre” (ABRAMO, 1997).

As políticas públicas então ao abordar os jovens de periferia tratam da exclusão e fazem propostas que favoreçam sua inclusão social, podendo perceber que elas vêm no sentido de tentar resolver os problemas da população jovem excluída, e a partir dos estudos realizados anteriormente, foi constante o questionamento de que as concepções do meio social sobre os jovens acabam por nortear ações políticas e sociais. Assim se questiona, quais são então os programas que se fazem presentes na comunidade destinada aos jovens? Quem são os jovens que esses programas atingem? A que objetivos se propõem? O que os fundamenta? Parte-se da hipótese que a concepção de juventude que tem sido disseminada em nossa sociedade fundamenta os programas destinados a essa parcela da juventude.

Este estudo pretende colaborar na busca por essas compreensões, e concordando com Sposito e Carrano (2003, p.18) partir-se-á do pressuposto de que “a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens”.

A importância de um estudo deste tipo, além de contribuir para a compreensão de quais programas sociais tem sido destinados aos jovens, pode ajudar a compreender qual concepção de jovens que se tem sido disseminada em nossa sociedade e que fundamenta as ações políticas e sociais, a educação e os projetos educacionais destinados a eles.

Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar as concepções e objetivos que fundamentam os programas sociais desenvolvidos na cidade de Rio Claro destinados aos jovens moradores em bairros periféricos empobrecidos da cidade.

Objetivos específicos

Constituem-se como objetivos específicos desta pesquisa:

- Mapear e analisar os programas sociais direcionados a jovens moradores na periferia empobrecida da cidade de Rio Claro;
- Identificar, caracterizar e analisar os objetivos desses programas;
- Identificar e analisar a concepção de juventude que fundamenta esses programas;
- Identificar e caracterizar a concepção dos responsáveis sobre os programas existentes no município.

Embora nos objetivos, tanto geral como específico, tenha sido feito uma referência explícita de se analisar os programas sociais direcionados a jovens moradores na periferia empobrecida da cidade de Rio Claro, no decorrer da pesquisa isto foi revisto de modo que foi feito o mapeamento de todos os programas existentes na cidade na época de realização deste estudo, como mostra a trajetória da pesquisa detalhada abaixo. Entretanto, os programas existentes são todos direcionados aos jovens pertencentes aos extratos socioeconômicos mais baixos da população.

A trajetória da pesquisa

Esta pesquisa como indicado anteriormente, foi realizada em Rio Claro que é um município do interior do estado de São Paulo, que possui aproximadamente 186 mil habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. Na população, 16% são jovens com idade entre 15 e 24 anos (IBGE, 2010).

O trabalho desenvolvido consiste em uma pesquisa científica inserida na área de educação que de acordo com Gil (2008, p. 17) é definida como um:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa só é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa desenvolvida é considerada qualitativa conforme categorização de Bogdan e Biklen (2010), que afirmam a importância na investigação qualitativa dos dados serem coletados em seu ambiente natural, indicando com isso que a visita aos locais em que os projetos estão em andamento é de fundamental importância para a compreensão de como a juventude é percebida para os idealizadores destes projetos, e este estudo pretende incorporar na sua análise as informações obtidas através das notas de campo nas visitas aos locais onde as políticas públicas estão em execução. Porém, apenas visitas ao local no caso do estudo proposto aqui é insuficiente para se compreender toda a complexidade presente na temática investigada, de modo que foram também realizadas análises dos documentos que norteiam os programas e entrevistas semiestruturadas com coordenadores dos programas. Procurou-se, respeitando as formulações dos autores, descrever os dados e analisá-los em toda a sua riqueza, entendendo-se que “tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN E BIKLEN, 2010, p.49), atentando-se para o fato de que todo o processo de coleta de dados é importante e que mesmo questões não formuladas com antecedência podem surgir durante o processo de investigação (BOGDAN E BIKLEN, 2010).

A trajetória desta pesquisa acabou se delineando da seguinte forma:

Pesquisa Bibliográfica

O trabalho teve como primeira etapa de seu desenvolvimento a realização de pesquisa bibliográfica referente à temática Juventude e Políticas Públicas, procurando fazer uma

discussão dos conceitos fundamentais que venham a contribuir para a fundamentação e compreensão do objeto deste estudo.

Mapeamento dos programas direcionados aos jovens na cidade de Rio Claro

Como segunda etapa da pesquisa, foi feito o mapeamento de todos os programas destinados aos jovens residentes na periferia urbana pobre da cidade e para isso foi realizado um levantamento de dados junto à prefeitura da cidade de Rio Claro dos programas destinados aos jovens. Este levantamento foi feito inicialmente junto à Secretaria Municipal de Ação Social, responsável pela formulação das políticas públicas e que, portanto, tem sob a sua responsabilidade a coordenação dos programas destinados a juventude.

O contato com a secretaria foi a princípio um pouco complicado, pois cada vez que era realizada uma visita, era encaminhada a conversar com uma pessoa diferente. Somente na terceira visita a pessoa contatada se comprometeu a disponibilizar os dados desde que esclarecida sobre os objetivos da pesquisa. Assim, foi enviado a ela um e-mail descrevendo os objetivos da pesquisa e porque a informação solicitada era importante para o desenvolvimento do estudo. Após este e-mail, a Secretaria Municipal de Ação Social encaminhou uma lista que relacionava 12 projetos vinculados a ela direcionados aos jovens da cidade, mas ao tentar estabelecer contato com estes projetos percebeu-se que esta relação estava desatualizada, e nesta relação constavam Organizações Não Governamentais (ONGs) que já haviam desenvolvido trabalhos com os jovens, mas que já tinham finalizado suas atividades, projetos já encerrados e locais que realizavam projetos destinados a outras faixas etárias que não os jovens.

Com receio de que as informações fornecidas pela Secretaria de Ação Social do Município não estivessem completas entrou-se em contato com o CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), órgão vinculado a prefeitura do município e que tem o registro das atividades direcionadas às crianças, aos adolescentes e aos jovens da cidade e solicitamos que nos informassem quais eram as instituições cadastradas neste órgão, que disponibilizou então o contato com 28 programas, com os quais foram feitos contato para verificar quais desenvolviam atividades direcionadas aos jovens. Entre os programas relacionados pelo CMDCA, sete desenvolviam atividades direcionadas às crianças e outros 21 desenvolviam atividades que tinham como público alvo a população jovem. Porém nesta listagem estavam incluídos seis programas desenvolvidos sob direção exclusivamente privada e que cobram por serviços realizados, não se caracterizando como política pública.

Outros programas constavam tanto na listagem fornecida pela Secretaria de Ação Social do Município, como na disponibilizada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Contudo, se percebeu que um grande programa desenvolvido no município não havia sido indicado nem pela Secretaria de Ação Social, nem pelo CMDCA, e considerando a importância deste programa no atendimento desenvolvido aos jovens, o Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I) foi incluído nos programas a serem investigados. Retirando as duplicações, e incluindo este programa que não havia sido indicado, no total foram identificados 22 programas direcionados aos jovens e que estavam em execução no momento da pesquisa.

Ao entrar em contato com as instituições e organizações responsáveis pelos programas foi possível perceber que cinco deles eram desenvolvidos sob a coordenação e responsabilidade da Secretaria de Ação Social do Município, embora suas atividades estivessem dispersas pelo município. Os programas intitulados Centro de Costura Industrial, Centro Social Claretiano Terra Nova, e Centro de Qualificação III, IV e V, são todos programas coordenados pelo Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva. O total de programas que estavam sendo desenvolvidos na época em que este estudo foi feito são 17 e não 22, como se pode observar no quadro abaixo:

| PROGRAMAS |
|--|
| Guarda Mirim Rio Claro |
| União dos Amigos do Menor – UDAM |
| Núcleo Artevida |
| Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva. |
| Serviço Nacional da Indústria - SENAI |
| Projovem Adolescente |
| Projeto Guri |
| Projeto Segundo Tempo |
| Aldeias Infantis SOS |
| CRAS - Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social |
| Comunidade Terapêutica Peniel |

| |
|---|
| Associação dos Deficientes de Rio Claro – ADERC |
| Centro de Habilitação Infantil “Princesa Vitória” |
| APAE - Rio Claro |
| Instituto Allan Kardec |
| CAPS I – Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-Juvenil |

Seleção dos programas direcionados aos jovens na cidade de Rio Claro a serem investigados

Com o mapeamento e a definição de que 17 programas seriam investigados, foi realizada uma primeira análise dos mesmos, a partir dos sítios que mantinham e por contato telefônico. A análise inicial feita a partir das informações disponibilizadas nos sítios de cada um destes 17 programas indicou que os mesmos poderiam ser enquadrados em algumas categorias, conforme os objetivos e área de atuação a que se propunham. Em alguns casos, os programas se enquadravam em mais de uma categoria, sendo definida a categoria a partir da atividade de maior destaque. Estes programas foram então categorizados em cinco eixos: profissionalização/educação, cultura e lazer, saúde, assistência social e abrigo.

- Profissionalização/escolarização: neste eixo encontram-se cinco programas, a saber, Núcleo Artevida, SENAI, Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva, UDAM e Guarda Mirim.
- Cultura e lazer: três dos programas, o Projeto Guri, Projovem Adolescente e o Projeto Segundo Tempo desenvolvem ações direcionadas aos jovens na área de cultura e lazer.
- Assistência social: neste item encontra-se o CRAS e o CREAS.
- Saúde: seis dos programas presentes no município atuam na área de saúde, sendo estes: Comunidade Terapêutica Peniel, Associação dos Deficientes de Rio Claro – ADERC, Centro de Habilitação Infantil “Princesa Vitória”, APAE - Rio Claro, CAPS I e Instituto Allan Kardec. Estas instituições oferecem apoio a jovens deficientes ou usuários de drogas.

- Abrigo: conforme o mapeamento feito um programa é responsável por oferecer abrigo para todas as crianças, adolescentes e jovens, o Aldeias Infantis SOS.

Esta categorização foi elaborada a partir das atividades desenvolvidas com cada programa, mas alguns programas poderiam estar enquadrados em mais de uma categoria, e dessa forma, o programa foi enquadrado no eixo em que suas atividades mais se encaixavam, não significando assim que não pudessem ser enquadrados em outros eixos.

Dos programas da área de saúde, dois deles tem enfoque religioso, o programa Comunidade Terapêutica Peniel e o Instituto Allan Kardec, estes programas, no entanto, foram apontados pelo município como política pública direcionada aos jovens, e por este motivo farão parte da análise mesmo não sendo laicos.

Análise dos programas a partir dos documentos que o norteiam

Dada a definição dos programas que seriam investigados, se entrou em contato com um coordenador de cada um dos 17 programas, que foram convidados a participar da pesquisa disponibilizando documentos e concedendo entrevistas. Aos responsáveis foram solicitados os documentos que regem os programas sob sua coordenação, mas apenas em uma das instituições foi possível ter acesso à proposta pedagógica, pois as demais não tinham este documento.

Para facilitar o acesso aos documentos foi redigida uma carta apresentação (Apêndice A), em que foi explicado do que se tratava a pesquisa e quais as informações eram necessárias. Esta carta apresentação facilitou o trabalho na medida em que possibilitou uma maior objetividade nas informações fornecidas, e mesmo assim algumas informações não foram disponibilizadas sob a alegação de que não se tinha esses dados. Questionou-se então quais seriam os possíveis motivos que estariam por trás dessa alegação: seria por receio ou medo de que estes documentos fossem avaliados e questionados? Estes documentos, seja sob qualquer forma de organização, deveriam existir já que para cadastro no CMDCA são necessários.

Segue abaixo um relato de como foi realizado o contato com os 17 responsáveis e como os dados foram disponibilizados.

1. Guarda Mirim: o contato com a Guarda Mirim foi inicializado primeiramente por meio de visita a instituição. Porém, a responsável que é quem poderia disponibilizar os documentos que estávamos solicitando para análise não estava no local, mesmo que o

encontro estivesse sido previamente agendado. Foram então tentados contatos por e-mail - que não foi respondido-, e por telefone. Após diversas tentativas foi possível falar com a responsável por telefone que alegou ter uma agenda muito cheia, pois estava fazendo visitas a empresas do município para que oferecessem emprego aos jovens atendidos pelo programa. Segundo esta os documentos referentes a instituição, seus objetivos, atividades desenvolvidas e outros, estão disponibilizadas no sítio do programa de modo que nada mais havia a ser acrescentado.

2. União dos Amigos do Menor (UDAM): para a obtenção dos dados foi feita uma visita a instituição, mas novamente o responsável não estava embora o encontro estivesse sido previamente agendado. A conversa a respeito dos documentos foi realizada por telefone e os documentos foram enviados pelo coordenador por e-mail, e a análise destes documentos foi complementada pelas informações disponibilizadas no sítio da instituição.

3. Núcleo Artevida: O núcleo encontra-se em um local bastante afastado do município, de difícil acesso, sendo que para acessá-lo é necessário trafegar por uma rodovia, e assim, o contato foi feito por telefone e a diretora do núcleo disponibilizou os documentos por e-mail.

4. Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva: o responsável pelo Centro informou que não havia nenhum documento que pudesse ser disponibilizado e pediu então que fossem elencadas as informações que seriam necessárias. De modo a facilitar então o trabalho foi elaborada uma carta-apresentação (APÊNDICE A) explicando sobre a pesquisa e sobre as informações que gostaria de receber sobre o Centro. Esta carta apresentação ajudou bastante no sentido de que facilitou e delimitou a obtenção dos dados que foram enviados para a pesquisa.

5. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI): para a obtenção dos dados no SENAI, entrou-se em contato presencialmente com a escola profissionalizante, onde a pesquisadora foi recebida pelo coordenador, que se prontificou a disponibilizar a proposta pedagógica e destacou que o sítio continha a descrição detalhada das atividades desenvolvidas.

6. Projeto Segundo Tempo: este projeto é coordenado por um setor específico da Secretaria de Esportes e foi realizada uma visita a esta secretaria que ficou de disponibilizar os dados por e-mail. Contudo, o contato por e-mail foi bastante difícil, já que demoravam a responder os e-mails ou respondiam de forma incompleta, e não aparentavam estar dispostos a colaborar com a pesquisa. Por este motivo, o sítio do Ministério dos Esportes foi utilizado como fonte para complementação das informações.

7. Projeto Guri: o projeto tem sua sede em uma instituição particular e sua direção

sediada em outro município. Nas atividades que realiza, apenas os professores e os alunos estão presentes, então o contato foi feito com a Faculdade Asser Rio Claro, que sedia o projeto, que afirmou ser responsável somente por ceder o local, e reafirmou que todas as informações que solicitava poderiam ser obtidas por meio do sítio do projeto.

8. Projovem: foi feita uma visita previamente marcada com a coordenadora, mas este projeto também não tinha nenhum documento específico, já que segue as diretrizes presentes na cartilha disponibilizada pelo Governo Federal, que foi apresentada e explicada como era utilizada.

9. Comunidade Terapêutica Peniel: a sede do programa fica afastada da cidade, sendo o atendimento ao público realizado na residência dos responsáveis. Em visita previamente agendada, foi passada a informação de que este programa também não tem documentos a serem disponibilizados, e foi sugerido verificar no sítio do programa a complementação das informações fornecidas.

10. Aldeias Infantis SOS: em contato com os coordenadores do programa, a informação passada foi que ele está em implantação no município há três meses, não tendo até o momento da pesquisa documentos específicos sobre o programa na cidade, porém o sítio da ONG que coordena o programa foi disponibilizado para consulta.

11. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): este programa está sob a coordenação da Secretaria de Ação Social do município, em que após o contato estabelecido de forma presencial disponibilizou folders explicativos sobre o programa.

12. Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS): este programa também está sob a coordenação da Secretaria de Ação Social do município, que depois do contato estabelecido de forma presencial, disponibilizou folders explicativos sobre o programa.

13. Associação de Deficientes de Rio Claro (ADERC): o contato com este programa foi realizado de forma pessoal, e após entrega da carta apresentação as informações do programa foram disponibilizadas por e-mail.

14. Para obtenção dos documentos da APAE – Rio Claro: foi realizado o contato telefônico em que foi orientado comparecer presencialmente neste programa. Em visita foi então solicitado documento específico esclarecendo o que se desejava com a pesquisa e a solicitação foi entregue sobre a alegação de que deveria aguardar cerca de uma semana para ser respondido. No entanto, o documento do programa somente foi disponibilizado após cerca de um mês no qual foram realizadas insistentes ligações.

15. Centro de Habilitação Infantil “Princesa Vitória”: neste programa houve a

orientação de agendar horário com a coordenadora, que atendeu no horário agendado, mas alegou que por se tratar de um programa na área de saúde não tinha documentos sobre suas atividades, a coordenadora no entanto disponibilizou um folder explicativo sobre o programa.

16. Instituto Allan Kardec: o atendimento foi feito pela secretária do programa que disponibilizou uma cópia de um documento (bastante curto) sobre o programa.

17. CAPS I: o contato foi realizado primeiramente por telefone, em que uma das funcionárias, que não descreveu qual cargo desenvolve se comprometeu a enviar os documentos por e-mail.

Como se observa na maioria dos casos, o acesso aos documentos dos programas foi bastante difícil. Questiona-se então o motivo pelo qual um artefato social público não ser acessível, já que deveria existir e ser de livre acesso para a comunidade.

A partir dos documentos e das demais informações a que se teve acesso, como propostas de ação, projeto pedagógico, atividades previstas, objetivos, participantes a quem se dirigia como classe social, gênero e idade foram examinados. Foram analisados tanto os documentos disponibilizados nos sítios relativos aos projetos como os disponibilizados pelos coordenadores.

Estes documentos foram então analisados por meio da análise documental que é definida por Abreu (2008) como uma técnica importante na pesquisa qualitativa. De acordo com Abreu (2008, p. 27):

A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Lüdke e André (1986, p.38) ao falarem sobre a pesquisa documental dizem que:

Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode-se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A análise dos documentos a respeito dos programas dirigidos aos jovens teve como objetivo investigar a concepção de juventude que os fundamenta e a que objetivos se propõem.

Entrevistas semi-estruturadas

Após a análise dos documentos dos programas existentes no município direcionados aos jovens da periferia pobre, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um coordenador de cada um dos eixos apresentados acima.

Foi entrevistado um coordenador por área: cultura e lazer, saúde, abrigo, assistência social e profissionalização/escolarização. O critério para definição de quais seriam os programas contatados para entrevista foi nos casos em que havia mais de um programa na mesma categoria, e o que atendia maior número de jovens. Apesar de ter sido optado por uma entrevista por área destaca-se que o coordenador entrevistado não se constitui como um representante do seguimento, mas sim da instituição a qual pertence.

De acordo com Manzini (1990/1991) a entrevista é caracterizada como a realização de perguntas que tem como objetivo obter dados sobre determinado tema ou problema de pesquisa. Nas entrevistas semi-estruturadas, as respostas não são condicionadas a uma padronização estando “focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, completadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas as entrevistas” (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

Nestas entrevistas foi investigado como os entrevistados compreendem as atividades desenvolvidas, as características atribuídas aos programas e seus objetivos. Durante a entrevista procurou-se também investigar a concepção de jovens e juventude presentes nas suas colocações, como exemplificado no roteiro em anexo (Apêndice B).

Antes da realização das entrevistas, buscou-se informar aos coordenadores sobre os objetivos da realização de tal trabalho e a importância de suas respostas para o andamento da pesquisa. A intenção foi deixar os entrevistados à vontade para falarem sobre seus pontos de vista, recolher dados na linguagem dos próprios entrevistados, procurando com isso compreender como eles interpretam aspectos importantes no que se refere à problemática presente nesta pesquisa. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) onde atestaram a livre vontade de participar do estudo. Este termo, bem como as demais etapas da pesquisa, foi aprovado pelo comitê de ética sob o número 6245/12.

Foram realizadas cinco entrevistas com coordenadores dos programas, sendo selecionado um de cada uma das categorias definidas.

Nestas entrevistas procurou-se identificar algumas categorias para análise que surgiram dos dados coletados, e em um segundo momento estas tendências e padrões foram reavaliados, buscando-se relações e interferências entre elas.

Para a análise dos dados foi utilizado como procedimento metodológico sugestões e contribuições dadas por Bardin (1997) em seu livro denominado *Análise de Conteúdo*, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Na primeira leitura se objetivou definir os indicadores que orientaram a interpretação dos dados coletados e nas entrevistas e nos documentos procurou-se identificar os temas, ênfases e padrões presentes (BARDIN, 1997). Em vista disso, a tarefa de análise dos dados implicou inicialmente na organização de todo o material coletado, dividindo-o em partes, relacionando-as e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Partiu-se do pressuposto de que:

Análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p. 205).

Os dados coletados foram classificados e categorizados em diferentes blocos temáticos definidos a partir do discurso dos participantes e da revisão da bibliografia da área. Foram identificadas as dimensões mais frequentes ou mais enfatizadas em cada um desses blocos temáticos bem como as diferenças que podem ser encontradas em cada um deles. Com isso buscou-se analisar os programas que são destinados aos jovens de periferia, a concepção de juventude que os norteiam e a concepção dos responsáveis sobre a concepção de juventude desses programas.

Estrutura do Trabalho

Este estudo está organizado em seis capítulos. No capítulo 1 é apresentada a concepção de juventude em geral e da juventude pertencente aos extratos sociais e políticas públicas. O capítulo 2 trata dos programas que tem por foco central a atuação na área de profissionalização/escolarização dos jovens. O capítulo 3 analisa os programas que intervêm predominantemente na área de cultura e lazer. No capítulo 4 são analisados os programas da área de saúde. O capítulo 5 trata dos programas de caráter assistencial e o programas voltado a atuação no abrigo de jovens. Por fim no capítulo 6 são feitas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 - O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo tem-se como objetivo discutir os conceitos, concepções e pressupostos que alicerça as políticas públicas direcionadas a juventude. Deste modo, é trabalhado nesse capítulo em um primeiro momento a ideia de jovem presente na sociedade e em seguida discute-se o que se entende por políticas públicas especificamente às direcionadas ao jovem pobre.

1.1 O jovem

Neste trabalho, como explicitado na introdução, utilizou para delimitação dos sujeitos jovens e da faixa juventude o fator faixa etária, e ao falar dos jovens estará sendo feito referência a sujeitos com idade entre 15 e 24 anos, o que, entretanto não esgota a questão, pois se a faixa etária comum pode ser considerada um fator que iguala pessoas pertencentes a ela, a representação que se tem de jovem não é única. Os imaginários construídos socialmente sobre jovens são bastante complexos, e ao mesmo tempo em que são considerados por alguns “problemas” da sociedade, são considerados por outros como o “futuro” da sociedade, indicando com isso que eles podem e devem impulsionar transformações positivas à sociedade. Abramovay e Castro (2006) apontam que a atuação da mídia através de manchetes reforça por um lado a ideia do jovem como um problema social, associando sua imagem a crimes e violências, e de outro a ideia de jovens como agentes de mudança, na representação de que são a esperança de um mundo melhor, onde a mídia acaba por reforçar o senso comum e os estereótipos construídos sobre os jovens.

A percepção social sobre a juventude tende a ser ambígua e contraditória conforme aponta Abad (2003) que a juventude é considerada principalmente a partir dos anos 60, como um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos, mas também como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade.

De acordo com Ozella (2002) a juventude enquanto uma construção social faz com que os jovens vivam o que se configurou como um período de latência social que se constitui a partir da sociedade capitalista e que é gerado por questões relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar.

Concorda-se com Ozella (2002) de que o jovem não é algo definido, dado por natureza, de modo que suas características surgem nas relações sociais:

O jovem não é algo por natureza. São características que surgem nas relações sociais, em um processo no qual o jovem se coloca inteiro, com suas características pessoais e seu corpo. Como parceiro social, está ali, com suas características que são interpretadas nessas relações, tendo um modelo para sua construção pessoal. É importante frisar que o subjetivo não é igual ao social. Há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo e há um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica e uma estrutura própria. (OZELLA, 2002, p.21)

O jovem se constitui de modo que o subjetivo não é igual o social, pois ao mesmo tempo em que há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo há também um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica e uma estrutura própria.

Para Berni e Roso (2014) a concepção de jovem se trata de uma construção social, histórica e cultural que foi fabricada e institucionalizada partindo dos interesses da sociedade moderna industrial.

Mas o que os jovens pensam sobre a juventude? Em pesquisa realizada por Esteves e Abramovay (2007), os autores descobrem que diferentemente do que é grandemente postulado, para os jovens a juventude não é considerada algo ruim, e para eles a juventude não representa um período difícil, pois gostam de estar nesta condição e dessa forma, aproveitam das prerrogativas desta. Segundo a pesquisa realizada $\frac{3}{4}$ da população brasileira encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com sua vida, mas para os autores, o $\frac{1}{4}$ da população jovem restante que se encontra insatisfeita ou muito insatisfeita deve também ser levado em conta, pois estes no Brasil representam aproximadamente 12 milhões de jovens, que caso não recebam alguma ação essa condição pode permanecer ou até mesmo aumentar.

De acordo com Abramovay e Castro (2006, p. 10) a juventude em geral é caracterizada como:

O tempo ou o período do ciclo da vida no qual os indivíduos atravessam da infância para a vida adulta, e produzem significativas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que podem variar de acordo com as sociedades, as culturas, as classes, o gênero, a inscrição étnico-racial e a época.

Porém, a sociedade não trata o jovem como um indivíduo com identidade própria, ora o tratando como adulto e ora infantilizando-o:

A despeito do imaginário social construído em torno da valorização de ideais estéticos associados às populações mais jovens, a sociedade, até hoje, tem uma enorme dificuldade em conceber o jovem como sujeito de identidade própria, oscilando entre considerá-lo adulto para algumas exigências e infantilizá-lo em outras tantas circunstâncias. (ESTEVEVES e ABRAMOVAY, 2007, p. 26).

Segundo Abramovay e Castro (2006), na sociedade contemporânea o período da juventude prolonga-se, pois os processos de emancipação dos jovens são retardados por variados motivos, se dando principalmente pela ampliação do tempo de formação escolar necessária para as exigências do mercado de trabalho.

Dayrell (2003) enfatizando que a juventude é uma construção histórico social, afirma que construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Os jovens, enquanto sujeitos sociais constroem um determinado modo de ser jovem que se torna típico de uma época social e que pode ser verificada no cotidiano de vida jovem. Ainda de acordo com Dayrell (2003), a juventude ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (DAYRELL, 2003, p. 42).

Dayrell (2003) aponta ainda que é importante compreender os jovens como sujeitos sociais, pois como tal eles constroem um determinado modo de ser jovem. Para ele “nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem em nossa maneira de compreender os jovens” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Uma das mais comuns representações sobre os jovens segundo Dayrell (2003) é a de que este vive uma condição de transitoriedade, em que o jovem é visto como um “vir a ser”, no qual o sentido atribuído as suas ações do presente está relacionado ao seu futuro e a passagem para a vida adulta. Contudo de acordo com o autor, para a compreensão da juventude, levando em conta sua diversidade, é necessário desenhá-la através de critérios flexíveis, pois esta faz parte de um processo específico, que segundo o autor:

Ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p.42).

O ser jovem é compreendido por Dayrell (2003, p. 42) como parte de um processo no qual é constituído o sujeito, em que a “juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona”.

Também de acordo com Bourdieu (1983), os jovens estão em um momento da vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais, sendo então uma fase determinante para seu futuro, mas ser jovem não pode ser reduzido a isso. Para ele, o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social ou um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade

definida biologicamente, constitui-se em uma manipulação evidente.

Os jovens têm interesses, modos de comportar-se e se posicionar no mundo que lhe são próprios, e que estão diretamente relacionados aos extratos sócio-econômicos a que pertencem.

Por um momento, ser jovem pode ser associado a gozar a vida sem se preocupar, e a juventude é vista como uma época de menores responsabilidades, porém quando esta fase da vida é referenciada e pensada a partir de um jovem em particular, as múltiplas formas de ser jovem afloram. O jovem pobre morador da periferia e o jovem que pertence a outro extrato socioeconômico são iguais e são diferentes. O pertencimento a uma determinada geração os iguala e o pertencimento a classes sociais distintas os distancia como diz Pais (1990). Os jovens pobres, moradores na periferia urbana da cidade tendem ser vistos como um problema social no qual se busca intervir por meio de políticas públicas.

O jovem de hoje de acordo com Kliksberg (2006), nasceu em uma América Latina imersa em processos históricos diferentes dos vistos antes, pois nas últimas décadas o mundo viveu grandes transformações nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Segundo o autor, a vivência dos jovens de hoje é bastante diferente das vividas pelas gerações anteriores, o que influencia diretamente em seus dilemas, buscas e condutas cotidianas, e traz que o atual momento histórico tem propiciado discussões sobre juventude em diversos âmbitos - político, econômico e social -, reforçando a ideia de que a juventude não é e assim não deve ser tratada como algo natural, se atentando para as análises sobre juventude e o significado que tem o pertencimento aos diferentes extratos sócio econômicos. Segundo o autor:

No terreno político há um forte movimento em direção à democratização que se inicia nas bases da sociedade civil, que terá muito mais força se conseguir obter a participação maciça dos jovens. No campo econômico, foi criada uma "janela de oportunidade" ao se reduzirem significativamente as taxas de fecundidade da região e diminuir a pressão demográfica. No campo social, a sociedade está colocando no centro da agenda pública a necessidade de priorizar de uma vez a luta contra a pobreza e contra a desigualdade, que tem entre suas vítimas preferenciais os jovens (KLIKSBERG, 2006, p. 911).

Para Kliksberg (2006), uma grande parte da população encontra-se abaixo do que é considerado linha da pobreza, e junto a este fator há também as desigualdades históricas que ficam cada vez mais acentuadas, produzindo o que é denominado pelo autor como uma variedade de "circuitos de vida" juvenis.

No caso dos jovens pertencentes aos extratos socioeconômicos mais empobrecidos a associação com problema, gente perigosa parece predominar (SALLES e SILVA, 2011), vide,

por exemplo, toda a discussão na mídia sobre os “rolezinhos”¹, com o jovem sendo também comumente encarado como um sujeito em desvio. De acordo com Peralva (1997), o jovem pode ser compreendido como aquele que se integra mal, que é resistente à ação socializadora, de modo que se desvia em relação a um determinado padrão normativo.

O imaginário negativo sobre os jovens, segundo Esteves e Abramovay (2007), se faz presente em seu cotidiano e também nas relações estabelecidas com as instituições sociais de que participa como, por exemplo, a escola e a família ou programas e ações públicas. Nestes, a representação de jovens como “geradores de problemas” está fortemente presente.

Dayrell e Carrano (2003) também concordam que há uma pluralidade de circunstâncias que caracterizam a juventude, e alertam para o fato de que no cotidiano as representações sobre juventude não seguem este mesmo pressuposto, já que uma representação do que seria o jovem típico e ideal aparece de forma bastante expressa em nossa sociedade, na qual “quase sempre os modelos se espelham em jovens de classe média e alta – as propagandas comerciais não se cansam de recorrer a esse padrão sedutor para o consumo –, reforçando estereótipos nas relações entre as classes sociais.” (DAYRELL e CARRANO, 2003, p.1).

Para Dayrell e Carrano (2003) para se pensar a população jovem no país hoje é necessário se atentar para as disparidades sócio-culturais e para os contextos no qual o jovem se constrói como sujeito. Estes são formados através de uma grande diversidade que:

[...] se acentua no contexto de uma crise pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. Uma das expressões dessa crise são as transformações profundas no mundo do trabalho. Tanto no Brasil como no exterior, constata-se uma mudança nos padrões da organização do trabalho, que altera as formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. (DAYRELL e CARRANO, 2003, p.10).

Como é possível constatar, a realidade social dos jovens demonstra que não existe um único tipo de juventude. Neste sentido é que Esteves e Abramovay (2007, p.21) dizem, compartilhando das mesmas ideias dos demais autores, que “grupos juvenis constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades”. Deste modo, juventude é:

¹ Rolezinho é o diminutivo de rolê que significa "fazer um pequeno passeio". Esses passeios foram marcados por meio das redes sociais e ocorreram em Shopping Centers com a presença de centenas de jovens. Os rolezinhos ganharam destaque na mídia pela grande quantidade de jovens e pela ocorrência de supostos delitos cometidos por alguns participantes, como tumultos, furtos e agressões. Os rolezinhos foram também caracterizados como uma denúncia a desigualdade racial e social que ocorreu no ano de 2014.

[...] uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEVES e ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

Assim,

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si (ESTEVEVES e ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

Como dizem Esteves e Abramovay (2007), algumas características aproximam jovens de diferentes mundos como no caso da procura pelo novo, a busca por respostas a perguntas que surgem em novas situações e contextos, o jogo estabelecido entre o sonho e a esperança e a incerteza proveniente dos desafios colocados pelo mundo adulto, ou seja, para os autores quando se analisa o “estado de espírito” há uma aproximação entre os jovens, mas quando a juventude é pensada a partir de uma realidade concreta com suas diversidades de sexo, idade e anseios as diferenças tendem a se impor.

Os autores Andrade e Neto (2009) também enfatizam que a juventude é composta por processos de diferenciação, pois está é uma categoria diretamente dependente do contexto ao qual está inserida. Um exemplo disto é a educação dos jovens no Brasil, em que a escolaridade ligada à faixa etária segundo os autores “opera importantes diferenciações juvenis”, já que a juventude apresenta-se como uma categoria diretamente dependente do contexto ao qual está inserida e “assim o processo de escolarização constitui hoje, um espaço importante de sentido que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros” (ANDRADE e NETO, 2009, p.58).

Toda a discussão acima evidencia e reforça que os jovens são constituídos de acordo com suas vivências e experiências, e ao mesmo tempo em que há fatores que aproximam os jovens, há por outro lado fatores que os distanciam, principalmente quando os jovens referenciados são os de menor poder aquisitivo.

1.2. Sobre a definição de políticas públicas

De acordo com Souza (2003), o tema das políticas públicas é relativamente recente na pesquisa acadêmica do Brasil, se fazendo presente apenas nas últimas décadas, mas de acordo com a autora, as definições de políticas públicas “guiam o nosso olhar para o lócus onde os

embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos” (2003, p.13). Olhar para as políticas públicas voltadas a juventude permite assim captar como a juventude e os jovens são representados na sociedade por meio de ações concretas induzidas por estas políticas, ou seja, a atenção política oferecida aos jovens se concretiza através do oferecimento de políticas públicas.

Para Abad (2003) o termo política pode ser definido como uma atividade pela qual a sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições, como diz: “a política, de um determinado ponto de vista, consiste justamente na atividade pela qual essa mesma sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições junto com suas normas e comportamentos.” (2003. p 14), e pode também ser definida como luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade, ou como programa de ação governamental, sendo esta última definição proposta pelo autor a que se aplica ao trabalho.

Abad (2003) aponta que as políticas públicas indicam aquilo que o governo opta ou não por fazer diante de uma situação sendo, portanto, formas pelas quais as ações do Estado se concretizam frente a determinadas circunstâncias ou sujeitos sociais. As políticas públicas são também caracterizadas por Abad (2003) como o investimento de recursos do governo, que podem por sua vez ser diretamente aplicado em programas e ações, ou podem também ser repassados a programas e ações administrados pelo terceiro setor, como no caso das ONGs.

As políticas públicas são definidas por Höfling (2001) como uma responsabilidade do Estado, mas não podem ser reduzidas a políticas estatais e são, no entanto, implementadas pelo Estado com o objetivo de redistribuir os benefícios sociais com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais provindas do desenvolvimento socioeconômico.

Para a compreensão das políticas públicas é importante diferenciá-las das políticas de governo, que visam responder as demandas colocadas pela agenda política interna, podendo ser definida como:

[...] políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 329)

As políticas públicas podem ainda, segundo Abad (2003) se constituir como um instrumento privilegiado de dominação, na medida em que o Estado é que detém a autoridade de delegar políticas para unificar e articular a sociedade; ao mesmo tempo em que as políticas

públicas ao serem elaboradas, carregam consigo certa ideologia de mudança social, que pode ou não estar explícita.

Neste mesmo sentido, Hofling (2001) diz que as políticas públicas podem ser entendidas como o Estado em ação, significando que o Estado implementa um projeto de governo através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Rua (1998) também define políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos.

De acordo com Araujo et al. (2006, p. 112) as políticas públicas têm como principal papel “construir estratégias para resolver objetivos definidos e obter determinados resultados.” É deste modo que segundo Souza (2006), as políticas públicas depois de desenhadas e formuladas desdobram-se em programas e ações.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Neste trabalho o vocábulo políticas públicas é adotado e está conforme as definições dadas pelos autores citados acima, na medida em que consiste em objetivo deste estudo analisar as políticas públicas direcionadas aos jovens por meio dos programas que em última instância é o “governo em ação”.

Para Souza (2006, p.36), as políticas públicas são compostas por alguns elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Como se vê, para Souza (2006) política pública é uma ação intencional com objetivos estabelecidos a serem alcançados em curto prazo, com efeitos mais duradouros e de longo prazo, que envolvem vários atores e níveis de decisão, e que apesar de ser materializada através dos governos não se restringe a participantes formais, já que parceiros informais

como, por exemplo, ONGs e trabalhos voluntários são de grande importância, pois atuam na implementação dessas políticas, o que é particularmente verdade nas políticas dirigidas a juventude onde parcerias estabelecidas com as instituições governamentais tem se feito bastante presente. Segundo Souza (2006), uma política pública depois de formulada deve ser implantada, ou seja, após sua elaboração esta efetivamente deve ocorrer, diferindo assim de tantas outras leis que são aprovadas, mas que não entram em prática e para a autora as políticas públicas são de implantação imediata, devem ter sua execução realizada efetivamente e serem periodicamente avaliadas.

Souza (2006, p. 21) traz que na maioria dos países da América Latina, ainda não foi possível construir padrões mínimos “de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população”.

Para Abad (2003) as políticas públicas são influenciadas por diversos fatores entre eles: o projeto político dominante; as demandas, as necessidades e interesses da população; os recursos disponíveis; o desenvolvimento institucional da sociedade e o contexto internacional.

É obvio que essa reflexão crítica e transformadora não acontece por mágica e nem tampouco é fruto de uma generosa concepção de poderes hegemônicos, mas sim da capacitação dos setores subordinados, aos quais, reconhecendo o seu alinhamento, se apoderam dessa capacidade para mudar seu destino, transformando o seu antagonismo básico em mobilização social (ABAD, 2003, p. 14).

Deste modo, pode-se supor que a elaboração de políticas públicas não é algo simples, na medida em que não existe uma única política pública, pois cada política pública é elaborada a partir do público a que se destina, já que há varias formas de fazer políticas públicas a partir de determinado segmento social. Esta afirmação é também colocada por Rua (2006, p.32) quando diz que a “atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelo atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários”.

É possível concluir então que as políticas públicas encontram-se centralizadas no Estado e são elaboradas para a sociedade em geral ou para setores determinados. O Estado elabora políticas públicas que se concretizam em programas e ações direcionados a segmentos específicos da população, como por exemplo, os jovens, os idosos ou as mulheres. De acordo com o IBGE (2010), é importante conhecer de forma detalhada os aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos, de saúde entre outros, para que segmentos específicos da população, como por exemplo os jovens, possam ter suas demandas conhecidas de tal forma que as políticas elaboradas para eles sejam alicerçadas em suas necessidades.

1.3. Políticas públicas para a juventude

As políticas públicas direcionadas aos jovens constituem-se em políticas setoriais ou por categorias de população ou políticas focalizadas já que estão destinadas a uma parcela específica da população. Oliveira et al (2006) defende a necessidade de políticas públicas direcionadas à juventude, argumentando que há a necessidade de aplicação e ampliação dos recursos direcionados para estas políticas, sendo que para isso estas devem deixar de serem vistas pelo governo como gastos para passarem a serem reconhecidas como investimentos, já que produzem impactos positivos na sociedade.

Para Alves et al (2006) o surgimento de políticas públicas direcionadas aos jovens ocorre no início da década de 90, ao mesmo momento em que crescia a quantidade de indivíduos pertencente à faixa etária entre 15 e 24 anos, e nesta época as vozes destes jovens começam a ser ouvidas chamando ou reclamando a atenção da sociedade para eles seja na condição de vítimas ou de protagonistas de problemas sociais. Esta condição dos jovens seja como vítimas ou protagonistas de problemas sociais são então, como diz Abramo (1997), no mesmo sentido de Alves et al. (2006), veiculadas por meio de manchetes de jornal, letras de músicas e até mesmo nos programas e projetos sociais elaborados para os jovens.

Assim a visibilidade que os jovens adquirem nesta década acaba por impulsionar o surgimento de políticas públicas que tem a juventude como público alvo. Spósito e Carrano (2003) em análise que fazem sobre as políticas públicas direcionadas aos jovens evidenciam que estas passaram por transformações nas últimas décadas.

No Brasil, até a década de 90 as políticas públicas que abrangiam os jovens não eram específicas para este segmento, visto que abarcavam todas as faixas etárias. Esta falta de especificidade é notada, por exemplo, por estas políticas não estarem, como dizem Spósito e Carrano (2003, p. 17), “sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações”. Porém, esta característica da não especificidade que foi determinante durante anos começa a mudar a partir de década de 90, época em que as políticas públicas específicas para a juventude começam a ser elaboradas. Esta mudança ocorrida nas políticas públicas se dá pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei nº 8.069/90.

Antes disto, de acordo com Castro e Abramovay (2003) as políticas públicas elaboradas, principalmente até a década de 80, voltadas aos jovens estavam direcionadas apenas aos jovens infratores ou a aqueles que viviam em situação de vulnerabilidade social e tinha por objetivo adequar o comportamento dos jovens às normas sociais, controlando os

desvios, ou então prestar algum bem ou serviço em geral de ordem assistencial ou pontual. É a partir da década de 90 que as políticas públicas para a juventude se ampliam.

Embora, segundo Ferreira et al (2006), essas políticas públicas que têm os jovens como foco apresentam-se de forma fragmentada não atendendo às demandas que a juventude apresenta nos diversos âmbitos, como educação, saúde, trabalho e emprego, esporte e lazer, cultura e comunicação, e não atende também as especificidades de gênero, etnia, classe e região. Em geral, são projetos temporários que se configuram como assistencialistas, pontuais e excludentes o que, de acordo com os autores, ocorre principalmente pelo fato de que “o governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas” (FERREIRA et al., 2006, p.50).

Para Spósito e Carrano (2003) as políticas públicas direcionadas à juventude contemplam uma vasta variedade de orientações que variam conforme as propostas que trazem sobre os modos de enfrentamento dos problemas da juventude. As propostas podem ora estar mais próximas a modelos participativos e democráticos e ora podem ser caracterizadas como cidadania tutelada, e ora ainda se constituírem simplesmente como “forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social” (SPOSITO E CARRANO, 2003, p. 20), e são modelos participativos e democráticos, aqueles que consideram os jovens como sujeitos de direitos e que consideram essencial sua participação durante a elaboração e a execução do programa. A cidadania tutelada seria por sua vez encontrada em programas e ações que oferecem atendimento aos jovens visando colaborar com os itens necessários para a vida do cidadão, contudo esta cidadania é controlada pelo estado, que estabelece diretrizes para que os jovens permaneçam nos programas e ações, comumente obrigando-os a cumprir determinadas normas, como por exemplo, a frequência à escola.

A ênfase maior das políticas públicas direcionadas aos jovens está segundo Spósito e Carrano (2003) no “controle do Estado sobre a sociedade” que, de acordo com as autoras, ocorre principalmente com os grupos que estão na base da pirâmide social. Este controle é efetuado na medida em que as políticas públicas visam controlar a vida dos jovens, evitando ou buscando evitar que se envolvam com questões relacionadas à marginalidade, como a violência. Para isso, os programas buscam oferecer condições para que os jovens consigam ingressar de forma mais rápida no mercado de trabalho ou ocupar o tempo livre deles. Nestes programas aparece comumente a perspectiva de que o Estado sabe qual é a melhor forma de conduzir a vida dos jovens, principalmente daqueles que vivem em situações consideradas vulneráveis.

Siebert et al. (2006), ao caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens dizem que estas podem ser enquadradas em duas vertentes conforme a ótica pela qual os jovens são percebidos e/ ou representados. Em um momento os jovens são caracterizados em uma vertente negativa, como um problema social estando próximos da delinquência e excluídos de setores como educação escolar e saúde e em outro momento, sob uma ótica positiva, como um potencial trabalhador a ser preparado para o mercado de trabalho. Para os autores, porém, nos dois casos as políticas públicas são determinadas sem a reflexão sobre as peculiaridades dos jovens a quem são dirigidas.

Para Diógenes (2009), as políticas públicas para a juventude estão fundamentadas em dois pilares, um com políticas que buscam assegurar conquistas de natureza econômica e que deste modo focam a profissionalização e a geração de emprego e renda, e neste caso as políticas públicas direcionadas aos jovens são desenvolvidas tomando-se como parâmetro a inserção/reinserção e criação de oportunidades no mercado de trabalho e outro com políticas voltadas para conquistas no âmbito social, onde o foco está na cidadania, na participação juvenil, no acesso aos direitos sociais e à cultura, constituindo-se em ações que visam o resgate da autoestima, se desenhando como diz Diógenes (2009) como um pêndulo para os jovens.

Ora, as instituições desenvolvem suas diretrizes de promoção de políticas públicas para a juventude tomando como parâmetro a reinserção e criação de oportunidades no mundo do trabalho; ora, têm movido seus esforços para ações comumente identificadas no campo do resgate da autoestima e da promoção de participação e cidadania. (DIÓGENES, 2009, p.279).

Os autores acima indicam, analisam e questionam a importância de políticas públicas voltadas a juventude, embora segundo Oliveira et al (2006, p. 88) seja “pequena a porcentagem da juventude que tem sido atendida pelas políticas públicas”, o que é reforçado por Rocha (2003) quando diz que no Brasil é bastante comum a não realização de atividades direcionadas a juventude pobre, pois os governantes não percebem essa necessidade.

Mesmo insuficientes ou de pouca amplitude, em geral, as políticas públicas para a juventude e que se concretizam em ações e programas estão focados nos jovens mais empobrecidos, moradores na periferia urbana pobre.

1.4. As políticas públicas e os jovens das populações empobrecidas

Como está sendo apontado, embora a promulgação do ECA rompa com essa lógica ao postular que todas as crianças e adolescentes devem ser atendidas independente da condição

socioeconômica, as políticas públicas para a juventude são predominantemente direcionadas aos jovens pertencentes aos setores sociais mais empobrecidos da população e considerados excluídos de várias esferas sociais como educação, cultura, lazer, trabalho, etc.

Um balanço das políticas públicas destinadas a jovens, tal como faz Abad (2002) ao analisar a evolução histórica das políticas públicas de juventude na América Latina, indica que esta é determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e têm como proposta facilitar os processos de transição e integração ao mundo adulto. Assim as políticas públicas na área destinam-se principalmente aos jovens que se enquadram no perfil de pobre, morador de periferia e integrante de famílias consideradas desestruturadas.

Kafrouni (2009), na caracterização que faz a respeito da trajetória das políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil destaca alguns pontos importantes relacionados a concepções e práticas recorrentes a estas políticas e para a autora, há uma separação histórica entre duas juventudes: a juventude das elites e a juventude pobre, sendo a última a alvo de políticas públicas especificamente voltadas aos jovens.

De acordo com Kafrouni (2009) a preocupação com a juventude no Brasil estava presente entre o século XIX e o século XX, sendo este interesse principalmente direcionado a parte empobrecida da população jovem brasileira, especificamente os considerados abandonados e delinquentes e a legislação da época tinha como foco as crianças empobrecidas, os órfãos, as que vagavam nas ruas, mendigavam e cometiam pequenas delinquências. Para a autora, a juventude pobre é considerada desde o início do Brasil República sob dois enfoques: como população que ameaça à ordem pública e como população alvo de assistência, concepção que se mantêm nos dias atuais.

O enfoque nessas crianças e adolescentes perdura até a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na década de 90, que rompe legalmente com as políticas anteriores ao colocar como foco de atenção todas as crianças e jovens independente da condição socioeconômica e considerá-los como sujeitos de direitos (FONSECA, 2008).

As políticas públicas continuam a ser predominantemente direcionadas aos jovens pertencentes aos extratos sociais mais desfavorecidos. Grande parcela da população jovem se encontra em situação de vulnerabilidade social e predomina a percepção de que os jovens pertencentes às esferas sociais mais empobrecidas constituem um problema social.

Ao discutir a questão da vulnerabilidade social dos jovens, Carrano e Dayrell (2002, p. 4) dizem que eles “se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonegados em ampla escala no Brasil”. Neste sentido, os autores fazem

uma interessante definição do que pode ser considerado vulnerabilidade social no âmbito das políticas públicas para a juventude:

Consideramos como sendo situação de vulnerabilidade social juvenil o complexo e variável conjunto de fatores que faz com que os jovens se mostrem susceptíveis a processos de exclusão social e ao envolvimento com graves situações de violência física e simbólica. Parte-se do pressuposto que a vulnerabilidade se origina de processos de desigualdades sociais globais e que, por sua vez, provoca desvantagens sociais específicas. Na condição de vulnerabilidade concentram-se obstáculos e riscos a serem enfrentados por certos grupos sociais que desenvolvem táticas cotidianas – que nem sempre ocorrem em situações de legalidade – para a busca de superação dessas dificuldades colocadas à sobrevivência (CARRANO E DAYRELL, 2002, p. 10).

O jovem enquanto um problema social é discutido por Abramo (1997) que aponta que grande parte das políticas públicas que são predominantemente destinadas aos jovens de classe socioeconômica mais baixa, toma o jovem como problema social, a ponto dos programas voltados a eles terem como objetivo central reintegrá-los à ordem, por meio de estratégias de ressocialização e capacitação profissional.

A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família de baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (ou “meninos de rua”), adolescentes submetidos a exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinqüência, etc. (ABRAMO, 1997, p. 2).

Para Spósito e Carrano (2003), é necessário e importante reconhecer que alguns problemas afetam expressivamente a população jovem principalmente aqueles jovens que se encontram em situações consideradas de risco social, que precisaria ser combatido por meio de políticas públicas que levem em conta os problemas existentes em diversas áreas como na saúde, na segurança pública e no emprego. Entretanto, Spósito e Carrano (2003) ressaltam que as políticas para a juventude implantadas pelo Estado além de sua ação imediata podem agir ativamente na produção de novas representações sobre a população jovem, não sendo assim apenas um retrato passivo de como a juventude é concebida socialmente na medida em que podem influenciar na concepção construída da juventude e o risco é então que as políticas públicas voltadas à juventude acabem por impor uma percepção sobre os jovens em situações de vulnerabilidade social de problemas a ser combatido. De acordo com as autoras, no processo de elaboração das políticas públicas é possível perceber que em muitas das formulações a condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo que requer estratégias eficazes de enfrentamento, ou seja, as políticas são elaboradas tendo em

vista o enfrentamento do que comumente é chamado de problemas da juventude, onde a percepção do jovem como problema social parece predominar.

Spósito e Corrochano (2005) e Spósito, Silva e Souza (2006) afirmam que as percepções sobre jovens pobres estão articuladas a questão da violência. Spósito e Corrochano (2005, p. 145) dizem assim que a opinião pública formada em torno dos jovens empobrecidos no Brasil “sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos”. Neste mesmo sentido Spósito, Silva e Souza (2006) afirmam que o emergente espaço das ações públicas voltadas aos jovens ainda se inscrevem na lógica de um consenso dominante onde as “iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares”. Assim, a articulação entre jovens pobres e violência influenciou a maioria das ações oferecidas pelos municípios e com isso os autores relatam a negatividade dessas ações no sentido de que não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, levando em consideração sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, além do que, por essas razões, essas ações dificultam a alteração de imagens a respeito do jovem pobre ao resumirem estereótipos negativos em relação a eles:

No entanto, do ponto de vista das políticas de juventude, a visibilidade que ocorre origina-se, sobretudo, dos adolescentes pobres, em situação de rua ou em conflito com a lei. Essa visibilidade, agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento da conduta desses jovens. Talvez essa seja uma forte razão para a demora na constituição de um discurso público favorável às políticas de juventude, capaz de romper com a associação entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, inserindo-o na esfera dos direitos das múltiplas cidadanias. (SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006, p.243).

As ações que os atingem se inscrevem na lógica de que as iniciativas públicas devem conter ou prevenir a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares, principalmente buscando ocupar o tempo livre destes enquanto estão fora da escola:

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras (SPOSITO E CARRANO, 2003, p. 21).

Para Spósito e Corrochano (2005) em geral há uma postura social de defesa das políticas públicas destinadas aos jovens em “situação de exclusão social” ou em condições de

“vulnerabilidade”, pois ao visarem a “reintegração social” são vistas como possibilidades de amenizar os problemas provocados por estes jovens.

Uma forma de reintegração social postulada e enfatizada nas políticas é então a inserção do jovem no mercado de trabalho. Diógenes (2009) afirma que um dos grandes problemas dessas políticas são o predomínio de iniciativas restritas a profissionalização e a geração de renda e para a autora o tema que tende a prevalecer, e se torna foco das políticas públicas, é a exclusão social da juventude de periferia tendo como forma de enfrentamento a produção de novas oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com Diógenes (2009) uma das grandes preocupações das políticas públicas direcionadas aos jovens é a formação para o trabalho, que são:

Balizadas por uma percepção de um grau visível de rompimento da juventude com as esferas tradicionais da política, por uma necessidade cada vez mais precoce e emergencial de entrada no mercado de trabalho, e, paradoxalmente, a uma relativa resistência à disciplina e a normatização do mundo do trabalho, muitas políticas públicas para juventude pautam-se em iniciativas restritas de profissionalização e geração de renda sob parâmetros do mundo adulto. O mote dessas políticas é o tema da exclusão social da juventude de periferia e a produção de novas oportunidades no mundo do trabalho (DIÓGENES, 2009, p.278).

Trabalhar e se inserir no mercado de trabalho, tem aqui a conotação de que além de tirar o jovem da situação de vulnerabilidade social, o trabalho consiste em um meio de normatização, de disciplinamento da juventude, que vem reforçar a sua importância como eixo norteador das políticas públicas voltadas para o jovem pobre.

Ter acesso ao trabalho é importante, visto que trabalhar possibilita sair de uma situação de vulnerabilidade social permitindo, embora muitas vezes precariamente, uma inclusão social. Trabalhar, se inserir no mercado de trabalho, como dizem Castro e Abramovay (2002) é um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens pobres, pois são eles que compõem a maior parte da população desempregada ou sujeita aos subempregos. As autoras apontam para as dificuldades enfrentadas pelos jovens tanto para conseguir o primeiro emprego, como para se manter nele, já que não têm qualificação profissional, visto que uma qualificação profissional é pouco acessível aos jovens de famílias pobres.

Contudo, o trabalho dos jovens aparece principalmente para os jovens pobres, como uma condição para a autonomia e liberdade para com sua família, pois de acordo com Dayrell (2002) é através do trabalho que o jovem tem a possibilidade de viver a condição juvenil, já que este possibilita o consumo de bens e um mínimo de lazer e neste mesmo sentido, de acordo com Castro e Abramovay (2002) o trabalho seria além de uma forma de garantir sua sobrevivência e a de sua família, seria também uma forma de construir sua auto-estima,

através do respeito que irá adquirir da comunidade e da autonomia adquirida através da independência financeira.

O trabalho desqualificado e mal remunerado do jovem, a princípio não se constitui como um problema, porém ao invés de se tratar de uma etapa inicial na vida dos jovens acaba por se tornar um determinante em sua atuação no mercado de trabalho.

Outro eixo em torno do qual se articulam as políticas públicas direcionadas a essa população se relaciona a questão dos valores. Kafrouni (2009) diz que as práticas promovidas pelas políticas públicas encaram o jovem como carente de valores que devem então ser ensinados a eles e a função de ensinar os valores é comumente relacionada a escola e a família.

Segundo Zappe e Dias (2012), a escola e a família são consideradas as principais representantes das normas sociais, onde a família é responsável pelo processo de socialização primária dos indivíduos, e determina formas e limites de se estabelecer as relações interpessoais, ou seja, que prepara o sujeito para o convívio social. Para Zappe e Dias (2012), a família não é a única instituição responsável pela educação dos jovens, já que esta se encontra em uma rede social mais ampla, como por exemplo, no caso da importante participação da escola.

Outro eixo em torno do qual se articulam as políticas públicas direcionadas a essa população se relaciona a questão da escolarização, e Leão (2006) aponta que apesar de os jovens de hoje terem acesso a educação, esta “não corresponde a uma trajetória regular nos sistemas de ensino” (2006, p. 34), quando os jovens de referência são os jovens pobres. De acordo com Leão (2006) a educação aparece, para os jovens, como a possibilidade de um futuro melhor, relacionada à ampliação de chances de um bom trabalho.

Para Dubet (2001) a escola encontra-se com a difícil tarefa, que é ser justa para com os sujeitos, contudo esta é uma tarefa bastante complexa, já que de acordo com o autor o jovem pertencente a ela encontra-se em ambiente em que as “desigualdades escolares têm uma amplitude comparável às desigualdades sociais” (2001, p.31). A desigualdade escolar é apresentada no caso da inflação dos diplomas, em que para Bourdieu (1998) a escola deixa de ser considerada a garantia para um futuro melhor:

Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias, como pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que avança em sua direção (BOURDIEU, 1998, p.221).

As políticas para o Ensino Médio também são desenvolvidas para o público desta pesquisa, no entanto nestas políticas, de acordo com Krawczyk (2011) ainda há uma falta de

consenso em torno da identidade do Ensino Médio, pois este vem passando por diversas reformas.

Os jovens que estão a cursar o Ensino Médio hoje são jovens que perdem muito rapidamente o interesse pelos estudos, como diz Krawczyk (2011) “o trabalho e a construção do saber na escola tem que reconhecer a existência desse sujeito, para o qual a relação entre passado, presente e futuro é bastante diferente da que a escola sempre se propôs a articular”.

As políticas educacionais constituem-se como se observa, em um campo vasto e importante de estudo, reconhece-se sua relevância, mas neste estudo não serão analisadas estas políticas, se limitando a analisar somente os programas indicados pela Secretaria de Ação Social do município e os programas cadastrados no CMDCA.

Outro eixo em torno do qual se articulam as políticas públicas direcionadas a essa população se relaciona a questão do lazer, e para Abramovay e Castro (2002) “nas comunidades pobres, seriam escassas as oportunidades de os jovens usufruírem de bens culturais e terem acesso ao capital cultural e artístico cultivado pela humanidade e parte do patrimônio nacional”, ou seja, os jovens pobres tem dificuldade de acesso a serviços nesta área. Nos dados apresentados por Sarriera et al (2007) apenas 24% dos jovens brasileiros tem a possibilidade de participar de atividades artístico-cultural fora do ambiente escolar, o que de acordo com os autores, indica que estes “não tem acesso facilitado aos recursos que oferecem atividades recreativas e culturais, embora a criação destes espaços tenha forte impacto na redução da violência em comunidades urbanas localizadas nos cinturões da pobreza” (SARRIERA et al, 2007, p. 361).

Atrelado às atividades de lazer que são oferecidas aos jovens através dos programas e ações, há a preocupação com a reintegração do jovem que é associada ao controle das formas de uso de seu “tempo livre”, já que o modo como o tempo livre é utilizado pelos jovens, de acordo com Sarriera et al (2007, p. 362) pode “gerar consequências positivas ou negativas para seu desenvolvimento integral” e se este tempo ocioso do jovem não for direcionado a atividades socialmente aceitas, este pode se tornar um tempo nocivo.

Spósito e Carrano (2003) também analisam a preocupação que os programas têm sobre a forma como os jovens dispõem de seu tempo livre. Em geral há uma percepção de que o tempo livre contribuiria para que o jovem pobre ficasse mais sujeito a protagonizar ações violentas, usasse drogas, de modo que um dos focos das políticas públicas ao visar o enfrentamento dos problemas da juventude é a criação de programas e ações “orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras” (SPOSITO E CARRANO, 2003, p.21).

Tais atividades são propostas como diz Alves et al. (2006) como um meio que auxilia a formação educativa dos jovens e como uma forma de prevenir desvios como uso de drogas e delinquência, por exemplo, por ocupar positivamente o seu tempo livre evitando que permaneçam no ócio e à mercê dos perigos da rua, como a violência. Indicam assim, uma preocupação de que os jovens não venham a se tornar uma “geração perdida” (ALVES et al., 2006, p. 61).

Algumas políticas públicas têm também como objetivo formar o jovem para a cidadania, fazendo com que este se reconheça como um cidadão de fato, capaz de reivindicar seus direitos e protagonizar ações sociais na sua comunidade. Com relação a este protagonismo juvenil, Spósito, Silva e Souza (2006) o definem como um princípio educativo no qual os jovens passam a ser protagonistas, deixando de ser vistos como simples aprendizes e passam a ser compreendidos como sujeitos que podem agir no ambiente em que vivem, alcançando autonomia em suas ações.

Entretanto, como aponta Kafrouni (2009) formar para a cidadania não é uma questão fácil, e os jovens em geral são alvos de uma assistência que é encarada como um favor e não como um direito, contradizendo os avanços jurídicos que postula o reconhecimento de que os jovens são sujeitos de direitos. Kafrouni (2009) critica a falta de reconhecimento do Estado da condição de cidadãos dos jovens pobres fato que é facilmente perceptível no baixo estímulo à participação destes na elaboração de políticas públicas direcionadas a eles, embora se espere que protagonizem ações sociais em suas comunidades.

Os enfoques das políticas públicas, na maioria das vezes são pontuais, pois os programas e ações visam somente um aspecto implicado na questão da juventude, como por exemplo, ora a ênfase esta no desenvolvimento da autoestima e ora na inserção no mercado de trabalho, mas a formação para a cidadania não aparece. Isto, como aponta Diógenes (2009), pode ser caracterizado como um problema nas políticas públicas direcionadas aos jovens na medida em que estas políticas escolhem um lado para desenvolvimento do jovem. Para que isto não ocorra, Diógenes (2009) propõe que as políticas públicas para a juventude levem em conta o conjunto de experiências, de formas de sociabilidade e de marcas e códigos de linguagem, que delimitam linhas de comunicação e possibilitam a produção de um reconhecimento entre os pares.

Enfim, mesmo considerando a colocação de Rocha (2003, p. 13) de que as políticas direcionadas aos jovens são iguais às demais políticas públicas direcionadas as populações mais pobres “de regiões urbanas periféricas que já sofrem sistematicamente em seu cotidiano, a falta da ação governamental”, hoje tem crescido bastante os programas, projetos e ações

destinados a essa faixa etária, e embora as políticas públicas direcionadas aos jovens sejam em geral fundamentadas na exclusão social, que acaba direta ou indiretamente por nortear os programas e ações, questiona-se sobre o que seria a exclusão social, o que será tratado no próximo subitem.

1.5. A exclusão social

O debate em torno do tema da exclusão para Vieira et al (2010) surge primeiramente em um momento de falência do Estado de Bem-Estar Social das sociedades capitalistas da Europa, e posteriormente se desenvolveu na América Latina e principalmente no Brasil, com o aumento dos problemas urbanos das metrópoles dos anos 70 e com o aprofundamento da crise econômica da década de 80, que causou o aumento da desigualdade social e da pobreza. Vieira et al (2010) aponta que a exclusão em sua essência não é algo simples de definir, pois é composta de um processo que atinge países subdesenvolvidos e também em desenvolvimento, como no caso do Brasil:

A exclusão é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge a sociedade de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos da exclusão social se referem à falta de acesso ao emprego, de equipamentos públicos e de segurança e justiça; além disso, ela se manifesta no mercado de trabalho (desemprego de longa duração) e no acesso a moradia e aos direitos humanos (VIEIRA et al., 2010, p. 36).

De acordo com Vieira et al. (2010), um fator importante a ser investigado com relação à exclusão é o fator político definido por ele como a exclusão que “está relacionada as possibilidades de existência de qualidade política nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social estaria ligada à pobreza política” (VIEIRA et al., 2010, p. 48).

A exclusão social de acordo com Costa (1998) foi primeiramente utilizada nos discursos das políticas sociais, mas somente passou a ter relevância acadêmica quando alcançou a popularidade, que se deu principalmente através da mídia, a qual contribuiu para seu entendimento e sua conceitualização.

A questão da exclusão torna-se a questão social por excelência, mas este termo encontra-se pareado a outro bastante discutido na modernidade: a inclusão. Neste sentido, concorda-se com Sawaia (2008) que relata que ambos os termos “não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas, invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação” (2008, p. 108), ou seja, quando estamos falando da exclusão o termo inclusão apresenta-se como de dualidade deste, já que a exclusão só existe quando

distingue incluídos de excluídos. Deste modo ao falar-se da exclusão neste texto, encontra implícito o fato de que os excluídos estão contrapostos aos incluídos.

Para Young (2002) a exclusão surgiu como um movimento de passagem da modernidade para a modernidade recente, de um mundo que vive na assimilação e na incorporação para um mundo que passa a separar e excluir. Para Lopes (2006) a concepção de exclusão se relaciona à condição desenvolvida a partir do neoliberalismo, caracterizada pelos “jogos contemporâneos” entre mercado, trabalho, Estados, poder e desejos, e assim a exclusão:

[...] se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras (LOPES, 2006, p. 13)

De acordo com Lesbaupin (2001) o neoliberalismo é caracterizado “como um afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais e de bem estar social inexistentes ou mínimas, em nome da estabilidade financeira e monetária, e a liberação na esfera econômica, com a “mínima” intervenção estatal” que contribui efetivamente para a acentuação do processo de exclusão.

Para Castel (1997, p.19) o termo exclusão é utilizado para “rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”. Impõe-se para definir as modalidades de miséria do mundo o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, que assinala uma situação de vulnerabilidade, que se caracteriza pelo trabalho precário, isolamento social e pela dependência de uma rede de solidariedade.

De acordo com Costa (1998) é necessário ao se falar de exclusão social utilizar um “contexto de referência”, pois há uma multiplicidade de expressões de exclusões sociais, sendo as definidas por ele:

- a) Exclusão econômica: relacionada com a pobreza, resultante da privação do tipo relacional caracterizada por más ou baixas condições de vida.
- b) Exclusão social: trata-se de uma situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento e pela perda da auto-estima ou falta de auto-suficiência.
- c) Exclusão cultural: determinada pelos fatores de ordem cultural, como os fenômenos do racismo e da xenofobia.
- d) Exclusão patológica: condicionada pelos fatores patológicos, principalmente de natureza psicológica ou mental.
- e) Exclusão por comportamento autodestrutivo: trata-se da exclusão ou da auto exclusão provocada por comportamentos autodestrutivos, como alcoolismo, prostituição e uso de drogas. (VIEIRA et al., 2010, p.46)

Para concluir estas definições, Young (2002, p.11) diz que a exclusão social se dá em três níveis: “exclusão econômica dos mercados de trabalho, exclusão social entre pessoas na sociedade civil, e nas atividades excludentes sempre crescentes do sistema de justiça criminal e da segurança privada”.

Se a exclusão tem a ver e é determinada por questões socioeconômicas, ela é sentida pelo sujeito, ou seja, a subjetividade do sujeito é fortemente construída em termos da situação de exclusão que vive. É nos sujeitos que a exclusão social se legitima. Como diz Sawaia (2008), é no sujeito, e em sua subjetividade que as formas de exclusão se materializam, que se experimenta sua motivação, suas carências, privações, suas emoções, seus desejos e suas necessidades. A autora defende que a exclusão deve ser estudada por meio do sofrimento, o que possibilita inclusive refletir sobre o cuidado/descuidado do Estado para com os sujeitos.

Vieira et al. (2010) também discutem as implicações da exclusão social nos sujeitos individuais trazendo para análise a questão das relações sociais discriminatórias, e apontam que a exclusão social é considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, sendo um processo de ruptura entre o indivíduo e a sociedade:

Embora radicada como processo dos dominantes/poderosos, é reforçada por toda a sociedade por meio das relações sociais discriminatórias, quando da construção de representações sociais. A decisão de manter pessoas excluídas dos projetos sociais ou de não se buscar uma nova configuração social baseada em padrões de distribuição de renda equilibrados é gerada por grupos cuja moral é fabricada segundo a lógica da dominação que exercem. Contudo, o estigma da ameaça é construído socialmente para caracterizar esteticamente lugares, pessoas e objetos. Grande parte da sociedade aceita essa caracterização estética e despreza a ética (VIEIRA et al., 2010, p. 49).

O autor também relata que a exclusão social é legitimada quando as políticas públicas não consideram os sujeitos excluídos como base fundamental para sua elaboração:

Exclusão social é tanto produto como produtora da destituição de bens materiais e simbólicos e, ainda, que a origem representacional da exclusão se dá no momento em que o chamado destituído não é tido como eixo norteador de políticas sociais, e sim é deixado de lado, sendo seu lugar preenchido com rótulos negativos. Dessa forma, destacamos a ideia de que é no processo de internacionalização da economia, juntamente com as bases ideológicas que a amparam que emerge a nova face da exclusão social (VIEIRA et al., 2010, p. 52).

A exclusão é caracterizada então como um processo social de descompromisso com o ser humano, pois este o impede de ter acesso aos benefícios e serviços sociais e o que se vive é uma sobrevida e não uma vida de verdade.

Vieira et al. (2010) destacam também que as concepções sobre exclusão social são bastante relevante pois as políticas públicas vem sendo formuladas utilizando como base o que se compreende por este termo e as mobilizações políticas e sociais estão também em

curso ao redor do que evoca a expressão exclusão social. Deste modo, para Vieira et al. (2002) o termo exclusão caracteriza-se como um processo que permite a elaboração de conhecimentos que sirvam de parâmetro adequado para elaboração e implementação de políticas públicas, e que o fenômeno da exclusão deve ser analisado levando em conta a historicidade do processo a que se refere.

Pode-se perceber, portanto que a elaboração das políticas públicas não é algo simples e concorda-se com o que Verás (2001) ao citar Martins (1997), diz sobre as políticas econômicas atuais, que podem ser denominadas neoliberais e acabam provocando políticas de inclusão precária e marginal.

Martins (1997, p.17) ao falar sobre as políticas públicas diz que o período de passagem do momento de exclusão para o de inclusão “está se tornando um modo de vida, está se tornando mais que um período transitório”, pois a sociedade moderna está criando uma grande massa de população excedente, que tem poucas chances de se incluir no atual padrão de desenvolvimento econômico. Além disso, de acordo com Vieira et al (2010) a exclusão precisa ser “minuciosamente contextualizada”, para que seja bem compreendida, evitando assim que ocorra uma exclusão dentro da exclusão.

Castel (2004) aponta que existem algumas propostas de luta contra a exclusão, mas estas são delimitadas em zonas de intervenção: descapacitados, famílias monoparentais, desempregados, jovens sem emprego e educação. As políticas sociais se colocam como técnicas, como se o problema da exclusão fosse pontual e que pode ser resolvida através da intervenção de profissionais especializados, desconsiderando que a exclusão origina-se de uma produção social. Como também salienta Salles (2009, p. 126) quando diz que “a intervenção social desse tipo, por ser pontual, não resolve problemas profissionais, culturais e sociais dos jovens que permanecem na zona de vulnerabilidade”, é desconsiderado que a exclusão está inserida dentro de um processo que se origina de uma produção social, a qual deve ser o foco de estudo das políticas públicas, que ao tratar dos jovens de periferia tratam da exclusão e fazem propostas que favoreçam sua inclusão social.

Feijó e Assis (2004) ressaltam que a vulnerabilidade possui vínculo com a exclusão social à medida que designam um estado de carência, de segregação, discriminação, moradia inadequada, falta de condições para desempenhar papéis na comunidade, e outros. Com isso, a exclusão social e a vulnerabilidade impulsionam a participação do jovem em grupos organizados e em gangues, que de acordo com Salles (2009, p.116) “rompem com os controles sociais tradicionais, que operam na comunidade e que estão associadas à incapacidade das organizações para resolverem os problemas da comunidade coletivamente”.

Uma definição que se pode dar para a compreensão da exclusão social é que esta se apresenta como o impedimento ou a dificuldade de ter acesso aos direitos da cidadania e às oportunidades sociais.

Assim, é pertinente recordar a visão de Rua (1998) que define políticas públicas como o “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. Esta observação é bastante pertinente, pois contribui para compreender as políticas públicas, onde estas tendem a permanecer muito mais como estado das coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas. Portanto, são planejadas políticas sociais compensatórias, assistenciais e de controle que correm o risco de se tornarem mais um “pronto socorro social” (CASTEL, 1997, p. 45) sem buscar intervir nos processos que produzem estas situações que são denominadas exclusão.

De acordo com Rocha (2006, p.14):

Os diversos processos de representação e exclusão social têm conferido grande força e periculosidade a jovens, sobretudo os pobres, do sexo masculino, vinculando-os às identidades “delinquentes”, “galerosos”, favorecendo o surgimento de uma categoria de “pequenos bandidos e vilões”, ao invés de focalizar a fragilidade social sob a qual tais sujeitos se encontram.

Conhecer e compreender quem são os excluídos e como se concretiza os programas voltados a eles, foco desta pesquisa se apresenta como de fundamental importância para este estudo. Concorda-se com Pinheiro (2006) que diz que para a criação de uma política pública para a juventude é imprescindível saber como um jovem elabora sua personalidade e quais os fatores e as pessoas que o influenciam.

Diante do exposto foi possível observar que as políticas públicas se apresentam como de grande importância para os jovens e principalmente para os jovens que se encontram em situação de exclusão social. Acredita-se que as políticas públicas podem colaborar para o desenvolvimento dos jovens, mas para isto estas políticas devem ser elaboradas levando em conta as necessidades e particularidade dos jovens, e nesse sentido se concorda com Diógenes (2009) que argumenta que para a elaboração de políticas públicas eficazes é necessário que a:

[...] palavra de ordem se pauta no enlace de significações diversas e a construção de signos de comunicação e de encontro: a produção de significados compartilhados. Resignificar com a finalidade de produzir outras figurações visuais, estéticas, orais, imaginativas para conteúdos limitados, pré-conceituados, normatizados sobre si e sobre o mundo, significa produzir um leque de possibilidades, de multiplicidades para dimensões intrinsecamente lineares e limitadas, como tantas vezes escutei – sou um jovem pobre de periferia, não tenho futuro – para outro cenário das possibilidades de si, com a força e a eloquência dos que sabem que são portadores de direitos e movem-se pelas vias habitadas por tudo aquilo que

desejam de mais encantador e pleno para o desenvolvimento de suas vidas. (DIÓGENES, 2009, p. 287).

A exclusão pode ser compreendida então como um processo que se caracteriza pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário ou mesmo pela falta de acesso a bens de consumo e recursos básicos, pela falta de acesso à educação, a saúde, ao mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas.

1.6. Algumas considerações

Tudo isso indica que as políticas públicas direcionadas aos jovens destinam-se principalmente aos jovens pobres, que pertencem aos estratos sociais mais empobrecidos da população, morador da periferia urbana, e que são percebidos como integrante de famílias consideradas desestruturadas, como jovens que tendem a ficar no ócio, que estão sujeitos ao desemprego o que acarreta uma perspectiva de vida futura problemática.

Os autores apontam assim que as políticas formuladas para os jovens se embasam em uma visão negativa dos jovens pertencentes aos estratos sociais mais empobrecidos. A questão da exclusão social está fortemente presente nessas políticas.

Assim é que Diógenes (2009) afirma que as políticas públicas direcionadas aos jovens excluídos devem ser traçadas com o desafio de ressignificar valores e atitudes dos jovens que se sentem excluídos, e que são excluídos do acesso a equipamentos e diversos serviços urbanos e nos seus lugares de convivência. Para tanto, segundo a autora estes jovens devem ser interligados através de uma “rede de direitos” que os formem como efetivos sujeitos atuantes, ultrapassando sua atuação e vivência de costume. Deste modo é necessário que sejam construídas políticas públicas de forma que os jovens atendidos possam realmente viver uma mudança efetiva em suas condições de vida.

Como se vê, a questão da exclusão social está fortemente embasando as políticas públicas direcionadas aos jovens pobres visto que este é um grupo social considerado problemático. Assim e na medida em que a exclusão social acaba por embasar a elaboração de programas e ações, as intervenções se voltam a preparar o jovem para o seu futuro com o intuito de incluí-los socialmente. Porém como fazer isso se na sociedade não há lugar para todos, como apontam Bauman (2005), Wacquant (2001, 2007), Sennett (2006), entre outros. Bauman (2005) se refere ao grupo de excluídos como *lixo humano*, à medida que são considerados inúteis para a sociedade. Os limites e alcances das políticas públicas direcionadas aos jovens pertencentes às camadas mais empobrecidas da população

permanecem ainda como uma questão a ser aprofundada e investigada.

Concorda-se que o investimento em políticas públicas direcionadas aos jovens é importante, porém destaca-se que estas se fazem presentes de modo pouco significativo evidenciando que o que parece subsidiar a atuação do poder público junto à juventude é a situação de ser mais ou menos vulnerável. Pode-se supor que isto ocorre principalmente pelo fato de que os jovens sujeitos das políticas públicas são jovens em desvantagem social, em geral reduzidos aos estereótipos de jovens problemáticos ou facilmente sujeitos ao “desvio”, ao uso de drogas e protagonismo de violência, e é neste sentido que Zaluar (1997) realiza crítica, com a qual se concorda do objetivo destas políticas públicas norteada por uma visão homogênea e negativa das classes populares:

As políticas sociais devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Em outras palavras, não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade existente neste país, são poucos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminosa, exigindo assim, um atendimento especial para eles que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre estas (ZALUAR, 1997, p.8).

CAPÍTULO 2 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: A ATUAÇÃO NA ÁREA DE PROFISSIONALIZAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO

Neste eixo, como dito antes, podem ser enquadrados cinco programas: Guarda Mirim, UDAM, Núcleo Artevida, Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva e SENAI.

2.1. Os programas na área de Profissionalização/escolarização em documentos

2.1.1. Guarda Mirim de Rio Claro

A Guarda Mirim de Rio Claro é uma entidade que atende aos jovens concluintes do Ensino Fundamental que se inscrevem em um processo seletivo para participarem das atividades desenvolvidas pela unidade. Este processo seletivo é composto por prova escrita e por entrevista socioeconômica.

De acordo com o sítio da Guarda Mirim, sua história se inicia em 1961, quando um grupo de pessoas lideradas pelo Juiz de Direito da Comarca da cidade a criou “tendo por objetivo oferecer amparo a menores carentes” (GUARDA MIRIM, 2013). A Guarda Mirim foi criada ainda “com o objetivo de buscar alternativas que ajudassem as famílias carentes do município, cujos, os filhos não tinham acesso aos recursos sociais que lhes garantissem um futuro melhor, visando o sucesso escolar e livrando-os dos riscos da marginalidade” (GUARDA MIRIM, 2013).

Para tanto a Guarda Mirim, sob a direção do Comandante da policia da época, inicia um projeto que visa o treinamento de jovens para o trabalho. Como se vê, na sua criação a Guarda Mirim esteve diretamente vinculada à polícia, de modo que como consta em seus documentos, há uma:

[...] forte presença de orientações militares na organização das aulas, que eram chamadas de instruções, nas quais a postura e a disciplina, tanto na sede como no local de trabalho, eram e são até os dias atuais, fatores determinantes para o bom desenvolvimento e aproveitamento da atividade educativa realizada (GUARDA MIRIM, 2013).

Hoje este programa não tem mais vínculo com a polícia, mas pela tradição iniciada com a participação desta, ainda há forte influência da organização policial na Guarda Mirim, seja nas exigências de postura e na disciplina exigidas na sede, ou no local de trabalho que são

considerados como “fatores determinantes para o bom desenvolvimento e aproveitamento da atividade educativa realizada” (GUARDA MIRIM, 2013), seja na permanência do próprio nome Guarda que remete a organização policial.

Mesmo com mudanças que possam ter ocorrido, o objetivo de atuar junto a jovens “carentes”, aqueles pertencentes aos extratos mais empobrecidos da população visando o sucesso escolar e a profissionalização parece perdurar:

As atividades dos adolescentes educandos iniciados nos diversos segmentos de trabalho, têm aspectos predominantemente educativos e de aprendizagem, visando a profissionalização, orientados ainda nos princípios éticos, morais, de cidadania, na responsabilidade pessoal, no fortalecimento do vínculo familiar e, sobretudo na permanência e sucesso escolar (GUARDA MIRIM, 2013).

O objetivo central é tirar os jovens pobres de uma situação de risco que pode levar a delinquência, por meio da escola e do trabalho junto com a formação moral e o não rompimento do vínculo familiar e para tanto, mantêm um departamento social e pedagógico que busca promover a integração do jovem com a família, escola e empresa.

Este programa tem como missão oferecer aos jovens participantes a oportunidade de “despertar a consciência de que são sujeitos de direitos e competências similares à qualquer outro” (GUARDA MIRIM, 2013). De acordo com o sítio do programa, o acompanhamento pedagógico nas escolas e as atividades educativas desenvolvidas pelo programa têm o objetivo de garantir ao jovem “seu futuro sucesso profissional” (GUARDA MIRIM, 2013).

Para ingressar na Guarda Mirim o jovem interessado deve ter concluído o Ensino Fundamental, ter no máximo 15 anos, e participar de um processo seletivo composto por duas etapas: prova escrita de conhecimentos relacionados ao Ensino Fundamental e entrevista socioeconômica. Os ingressantes têm também uma infra-estrutura a seu dispor, composta por um departamento social e pedagógico que se encarrega de oferecer atividades educativas aos jovens e acompanhá-los pedagogicamente nas suas atividades escolares, um departamento administrativo, um de informática e um de marketing. Os jovens têm também amparo na área de saúde através da disponibilização de assistência médica, exames laboratoriais e assistência odontológica sem nenhum custo, e podem utilizar a área de lazer do programa que contempla quadra poliesportiva, piscina e academia.

Com relação às atividades que visam o ingresso do jovem no mercado de trabalho, estas são coordenadas por uma equipe interdisciplinar formada por uma assistente social e por uma orientadora educacional, que busca a “inserção do adolescente no mercado de trabalho, com vistas à aquisição de diferentes aprendizagens no âmbito profissional e no exercício de atividade regular remunerada” (GUARDA MIRIM, 2013). O processo de inserção do jovem

no mercado de trabalho se inicia com entrevistas de admissão que são realizadas com o jovem e seu responsável, estas são aplicadas pela assistente Social e pela Orientadora Educacional com o objetivo de encaminhar o jovem para uma atividade que lhe desperte interesse.

Antes do encaminhamento ao mercado de trabalho, os jovens realizam um curso profissionalizante na instituição, denominado Curso Pré-profissionalizante (CPP). De acordo com o programa:

Este curso está em concordância com as exigências da Lei 10.097/00 - Lei do Menor Aprendiz onde se estabelece que o adolescente deve participar do Programa de Aprendizagem desenvolvido sob a Orientação de Entidade Qualificada em Formação Técnica-Metódica. Neste curso os adolescentes são divididos em 4 turmas que se revezam de modo a terem quatro aulas diferentes por dia. É possível nesse esquema de aulas organizar salas ambientes com aulas expositivas, como também, saídas a campo e atividades práticas (GUARDA MIRIM, 2013).

Este curso tem duração de cerca de 5 meses com aulas de segunda a sábado no período da manhã, e é composto por dois módulos: o básico, com aulas de Língua Portuguesa, Inglês, Espanhol, Educação Física, Orientação Educacional I, II e III, Orientação Básica da Guarda Mirim e conhecimento da cidade, além de oficinas e palestras; e pelo módulo específico que oferece aulas de Auxiliar de Serviços Administrativos e Noções Contábeis, Informática Administrativa e Atendimento ao Público.

Após a finalização do Curso Pré-Profissionalizante, os adolescentes são encaminhados para as empresas onde trabalharão por dois anos, a partir da data de sua admissão. Ao longo desses dois anos, os adolescentes comparecem aos sábados à sede da Guarda Mirim para atividades educativas.

A Guarda Mirim conta com o apoio de mais de 80 empresas que recebem os jovens participantes do programa, que são do ramo alimentício, comercial e industrial, caracterizadas desde pequeno porte até multinacionais. Além das empresas, a Guarda tem também vínculos com a Prefeitura do Município que contrata jovens participantes deste e colabora financeiramente com o programa.

Como foi possível observar, a Guarda Mirim além de oferecer cursos profissionalizantes, enfatizar a formação moral, a cidadania, o vínculo familiar, a permanência e sucesso escolar aos jovens pertencentes aos estratos mais empobrecidos da população, evidencia uma concepção de jovem e de como deve ser a atuação junto a eles, concepção que por sua vez se assemelha e é condizente as propostas de intervenção junto aos jovens economicamente desfavorecidos. A centralidade no trabalho e na escolarização associada a uma formação moral e ao vínculo familiar norteia o programa (SIEBERT et al. (2006), DIÓGENES (2009), SPOSITO E CARRANO (2003)).

2.1.2. Núcleo Artevida

O núcleo Artevida iniciou suas atividades em 2004, com um grupo de mulheres que tinha como intuito “estar mais próximas de comunidades carentes a fim de levar oportunidades a um número maior de pessoas” (ARTEVIDA, 2013). Para os coordenadores do Núcleo, o contato direto com a realidade social dos bairros onde o núcleo se instalou permitiu constatar a “insuficiência de recursos adequados ao desenvolvimento das crianças e adolescentes” (ARTEVIDA, 2013), sendo que os recursos a que se referem estão relacionados ao baixo poder aquisitivo da população residente nos bairros.

De acordo com o núcleo Artevida, a população dos bairros que atende é “em sua maioria carente”, os moradores “apresentam baixa escolaridade” e são uma “mão de obra pouca qualificada”. As crianças e adolescentes moradores destes bairros apresentam alto índice de abandono escolar e dificuldades de aprendizagem.

A captação de recursos para o núcleo se dá através do “repasso de recursos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)”, que são considerados insuficientes. Assim, para a implantação e manutenção dos projetos e para a construção da sede o programa conta também com sócios doadores, organização de bazares, passeios ciclístico, festa junina, tarde de tortas, chás e bingos beneficentes.

O núcleo teve seu início com o oferecimento de oficinas de artesanato para mulheres e adolescentes de dois bairros periféricos do município de Rio Claro, e os bairros selecionados para instalação do núcleo foram escolhidos “por serem distantes e de difícil acesso à área central da cidade, sendo acessíveis somente por meio de uma rodovia.” (ARTEVIDA, 2013). O núcleo foi fundado oficialmente em 2006, ano em que foi construída sua sede “com recursos obtidos através de eventos beneficentes e doações de amigos e sócios da Instituição.” (ARTEVIDA, 2013).

O núcleo Artevida tem como missão “provocar na população atingida pelos projetos, melhor consciência de sua vida, seu papel na família e na sociedade, fortalecendo-os para a busca do auto-desenvolvimento, melhorar a auto-estima e favorecer a transformação social dessa população” (ARTEVIDA, 2013), e para o programa:

[...] as atividades desenvolvidas pela entidade contam com a atuação de 7 voluntárias que atuam diretamente com as crianças, em oficinas de coral, dança, artesanato, contação de história, oficinas de leitura e 8 bolsistas alunos da UNESP dos cursos de pedagogia, informática, e educação física e duas funcionárias, uma para serviços gerais e uma auxiliar de biblioteca (ARTEVIDA, 2013).

Contando com uma biblioteca e uma brinquedoteca, o núcleo oferece atividades que favoreçam a leitura e a escrita, bem como o desenvolvimento do senso crítico, visando a autonomia e formação de cidadãos responsáveis, de forma integrada dentro das oficinas de acompanhamento escolar, informática, atividades físicas, além de participarem de grupo psicossocial.

Em 2013, o Núcleo Artevida inicia um trabalho com a temática "Vivendo o Diferente", cujo objetivo é possibilitar aos participantes contato com outras realidade e/ou situações, a fim de motivá-los a buscar conhecimento para melhor compreensão e desenvolvimento de sentimentos de aceitação, solidariedade com os “diferentes”, ampliando o olhar sobre os que o rodeiam.

O núcleo desenvolve atualmente quatro projetos direcionados aos jovens: Projeto MAE (Mobilização de Apoio a Educação), PEJA (Projeto de Educação), Atividade de Férias e Semana de Leitura. Contudo, este número de projetos já foi maior, mas com a escassez de recursos três deles (Projeto Preserve que desenvolvia atividades relacionadas a educação ambiental, Projeto Geração de Renda que oferecia capacitação de mão de obra em artesanato e o Projeto Capacitação em Costura Industrial e Modelagem que oferecia cursos de costura) deixaram de ser realizados.

Pela análise das atividades desenvolvidas pelo núcleo, é possível perceber que diferentemente dos projetos apresentados anteriormente este estabelece uma ênfase de trabalho diferente, ou seja, a preocupação central aqui é com relação à educação dos jovens. O foco do programa deixa de ser a qualificação profissional, para ser a educação dos jovens. Neste sentido o Núcleo Artevida apresenta uma preocupação preliminar à formação profissional voltada diretamente a qualificação para o trabalho. Pode-se inferir que de acordo com os idealizadores do Núcleo Artevida de que há um pressuposto de que o acesso a uma educação mínima é imprescindível e talvez mesmo mais importante que a profissionalização estrito senso.

Segue abaixo descrição dos projetos em execução no momento da pesquisa (ano 2013).

- Projeto MAE (Mobilização de Apoio a Educação)

O MAE é o projeto de Mobilização de Apoio a Educação que se iniciou em 2008 com a implantação de uma biblioteca. Hoje, o projeto conta com acompanhamento escolar, Educação Ambiental e aulas de Informática, Matemática e Educação Física, todas ministradas

por bolsistas da UNESP, além de aulas de coral e dança ministrada por professoras voluntárias. São atendidos neste projeto as crianças e os jovens dos bairros Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel, que estão localizados na periferia do município em um local de difícil acesso, pois é necessário trafegar por uma rodovia para chegar até ele.

Nestes bairros como aponta Silva (2010, p. 34), “o nível de ensino dos moradores é em sua maioria de pessoas com Ensino Fundamental incompleto e no que se refere ao mercado trabalho predomina-se os de aspecto informal como diaristas, domésticas, pedreiros e trabalhadores rurais”, confirmando assim a caracterização de “carentes”, com baixa escolaridade e “mão de obra pouco qualificada”.

- PEJA – Projeto de Educação de Jovens e Adultos

O PEJA (Projeto de Educação de Jovens e Adultos) é um projeto de educação de jovens e adultos que visa transmitir conteúdos relacionados a leitura e escrita e operações matemáticas que colabore no dia a dia dos atendidos, sem o oferecimento de diplomas.

As aulas acontecem duas vezes por semana, e são ministradas por alunos do curso de Pedagogia da UNESP/Rio Claro e atende a maiores de 15 anos.

Os atendidos pelo programa são jovens e adultos que por algum motivo deixaram de frequentar a escola regular e desejam aprofundar ou iniciar os conhecimentos nas áreas de português e matemática.

- Atividade de férias

O Núcleo Artevida a partir do ano de 2009, nas férias de julho, oferece atividades diversificadas para crianças e jovens que se encontram em férias escolares. Este projeto faz parte de uma programação anual que oferece neste período atividades realizadas no âmbito do núcleo e outras que são externas a ele.

No núcleo há a apresentação de filmes, contação de histórias, brincadeiras, atividades físicas e dança, que são organizadas e desenvolvidas por voluntários. Contudo neste projeto além das atividades internas ao núcleo, este coordena atividades externas, como realizar jogos esportivos no SEST (Serviço Social de Transporte)/SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), que é próximo a sede do Núcleo Artevida, passeio ao Zoológico de Piracicaba, e visita a empresas como a Faber Castel localizada em São Carlos.

Essa atividade de férias visa oferecer atividades que ocupem nas férias o tempo livre dos jovens, ou seja, novamente surge a questão de controle do “tempo livre”, em que para não

ficarem no ócio, são convidados a participar de atividades no interior do núcleo, local em que teoricamente estão seguros.

- **Semana de Leitura**

O núcleo também realiza desde 2009 a Semana de Leitura em parceria com as escolas municipais do bairro. Nesta semana, entre outras atividades, são realizados concursos de poesia e redação cujos ganhadores são premiados através de doações realizadas por empresas do município.

2.1.3. Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva

O Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva iniciou suas atividades no ano de 2009, vinculado ao Fundo Social de Solidariedade e desenvolve atividades voltadas à qualificação profissional de jovens e adultos.

Seu objetivo é oferecer cursos que visem à profissionalização dos jovens e adultos moradores no município maiores de 16 anos:

A proposta do Centro é oferecer cursos gratuitos de qualificação profissional para que pessoas em vulnerabilidade, desempregadas, em risco de desemprego ou jovens em busca de uma qualificação, para que possam se preparar e capacitar-se visando acesso as oportunidades de ocupação e renda, através de inclusão produtiva, emprego formal ou atuando através de empreendimentos populares e solidários (CENTRO PÚBLICO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 2013)

O Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva iniciou suas atividades com o objetivo de atender “aos anseios e aos pedidos dos usuários que utilizavam do atendimento social e buscavam oportunidades de trabalho” (CENTRO PÚBLICO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 2013).

Para atender a este anseio e também ao dos empregadores, foram realizadas diversas reuniões com empresas no setor de confecções, panificação, gráfica, entre outros, quando foi planejado o oferecimento pelo Centro de diversos cursos gratuitos a serem ministrados em 2010. Para o desenvolvimento deste projeto, o centro estabelece parceria com o Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que disponibiliza cursos em diversos setores, além de equipamentos e o oferecimento de escolas móveis. As escolas móveis dispõem de equipamentos, ferramentas, mobiliários e recursos humanos que são transportados em um ônibus onde são oferecidas

oficinas de curta duração que tem como objetivo atender as necessidades imediatas e específicas de formação de mão-de-obra qualificada.

O Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva é dirigido pela Secretaria de Ação Social, sendo assim, tudo o que é necessário para sua execução é disponibilizado por esta Secretaria. Este programa recebe também o apoio do Fundo Social de Solidariedade que oferece sua equipe para ministrar parte dos cursos e se responsabiliza pela gestão do programa.

Para concretizar os objetivos a que se propõe o Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva possui 6 unidades no município, como descrito abaixo. A maioria delas em bairros considerados “carentes” e direcionados a pessoas em vulnerabilidade, desempregadas, em risco de desemprego ou jovens em busca de uma qualificação:

- Unidade I - Núcleo Central: Rua 4 nº3311- Vila Operária;
- Unidade II - Centro de Costura Lago Azul: Rua nº 3106- Jd. Primavera;
- Unidade III - Visconde: Av. Visconde do Rio Claro nº 150- Centro;
- Unidade IV - Quadra Esportiva Panorama: Rua 27 com Av. 60 nº 34- Jd. Panorama;
- Unidade V - Distrito de Ajapi: Av. 1 nº 304- Ajapi;
- Unidade VI - Centro Social Claretiano Terra Nova: Av. Marginal nº 1043- Jd. Novo

II.

As parcerias empresariais atuais são com a Escola SENAI, Escola SENAC, Empresa Supersoft que atua na área de informática e SESI (Serviço Social da Indústria).

Os cursos oferecidos atualmente são tear, bordado e crochê, confecção de bolsa e chapéu feito em taboa, pintura em tecido, costura industrial, pães artesanais, operador de computador, maquiagem, manicure e pedicure, salgadeiro, panificação, decoração com balões, corte e costura; almoxarife; promotor de vendas, cuidador de idosos, auxiliar de faturamento, confeitiro, modelagem e confecção de lingerie, modelagem industrial básica e pintor de obras.

Ressalta-se que os cursos oferecidos são sempre atualizados de acordo com o que as parcerias oferecem e com a demanda da população (CENTRO PÚBLICO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 2013).

Neste programa é possível observar que sua área de atuação é o oferecimento de cursos que visam à profissionalização dos jovens e adultos. Porém, além de preparar o jovem para o ingresso no mercado de trabalho o Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva, traz o trabalho informal como possibilidade de geração de renda

ao oferecer cursos para trabalhos que podem ser feitos de modo autônomo na própria residência como, por exemplo, bordado e crochê, ou cursos de prestação de serviços como o de pintor de obras. Estes cursos, no entanto podem também ser utilizados como uma forma de complementar a renda já existente, configurando-se assim como um segundo emprego.

2.1.4. SENAI (*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*)

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é uma instituição presente em todo o território nacional, sendo encontrada também no município estudado e se configura, de acordo com informações fornecidas pelo sítio do programa, “[...] como sistema estruturado em base federativa, que desenvolve ampla gama de programas de formação profissional, buscando atender às carências da mão-de-obra industrial brasileira, sempre em função das peculiaridades de cada região do país.” (PROPOSTA PEDAGÓGICA - SENAI – 2013, 2013).

O SENAI é administrado pelas entidades representativas da indústria e recebe recursos públicos através do imposto recolhidos destas, sendo uma entidade de direito privado, mas que recebe através do setor público, parte dos impostos recolhidos pelas empresas. Por receber recursos públicos e oferecer atividades ao público, o SENAI se constitui como uma política pública que tem por objetivo a escolarização de jovens e adultos e a formação para o emprego.

A Escola SENAI “Manoel José Ferreira” de Rio Claro iniciou suas atividades em 23 de julho de 1973. De acordo com documento disponibilizado o SENAI:

Tem se destacado em Rio Claro e região pela qualidade dos profissionais formados em seus cursos, nas programações de treinamentos e na assessoria e assistência técnica/tecnológica e administrativa, desenvolvidas para as indústrias e para a comunidade (PROPOSTA PEDAGÓGICA - SENAI – 2013, 2013).

Este programa pretende atuar na “formação profissional de alunos com um perfil de saída mais afinado com as necessidades da indústria” (PROPOSTA PEDAGÓGICA - SENAI – 2013, 2013, p. 6).

Os cursos oferecidos no município são compostos de duas modalidades: formação inicial e continuada que conta com 380 matrículas anuais, e aprendizagem industrial que conta com 270 matrículas anuais. Na modalidade de formação inicial e continuada os cursos oferecidos são na área de Automação - Automação da manufatura; Automotiva – Mecânica; Automotiva – Reparação; Construção Civil; Eletroeletrônica – Eletricidade; Eletroeletrônica – Eletrônica; Gestão - Gestão da Produção; Logística – Produção; Madeira e Mobiliário;

Metalmecânica – Mecânica; Metalmecânica – Metalurgia; Minerais não-metálicos – Cerâmica; Têxtil e Vestuário. Na área de aprendizagem industrial são oferecidos os seguintes cursos: Mecânico Automobilístico; Eletricista de Manutenção; Marceneiro-Tapeceiro e Mecânico de Usinagem.

Os jovens são os principais usuários e público alvo do SENAI.

Dessa população estratificada por faixa etária, destacam-se os jovens [...] que podem ser considerados como potenciais beneficiários da formação profissional, seja como iniciantes em cursos de qualificação com objetivos de inserção no mercado de trabalho, seja como demandante de aperfeiçoamento ou de requalificação para os que, já empregados ou que perderam o emprego, buscarem uma evolução funcional ou reintegração no mercado (PROPOSTA PEDAGÓGICA - SENAI - 2013, p.14).

O ingresso no SENAI é realizado através do oferecimento de vagas que devem ser custeadas pelo interessado ou através de vagas gratuitas oferecidas através de processo seletivo. O processo seletivo é realizado semestralmente sendo aplicadas provas de múltipla escolha com perguntas nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, e para participar do processo seletivo a única exigência feita é a de que os jovens tenham no mínimo 14 anos na data de início do curso e, no máximo, idade que lhes permita concluir o curso antes de completarem 18 anos.

O SENAI, assim como a maioria dos projetos apresentados anteriormente, visa preparar o jovem para o mercado de trabalho. Porém diferentemente dos programas e ações presentes no município e direcionados a escolarização/ profissionalização dos jovens, esta instituição não está voltada especificamente ao atendimento de jovens pobres ou considerados em situações de risco e vulneráveis socialmente.

2.1.5. UDAM - União dos Amigos do Menor

Outro programa que oferece atividades direcionadas aos jovens no município de Rio Claro é a União Dos Amigos do Menor (UDAM), que tem por objetivo:

Propiciar às crianças, jovens, adolescentes e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, auxílio no combate à fome, no desenvolvimento das responsabilidades, eventualmente usar o acolhimento e o abrigo, sempre no sentido de reordenar laços e valores familiares e objetivando incluí-los no mercado de trabalho, promover capacitação básica profissional (UDAM, 2013).

Como foi possível observar, esta instituição tem como foco os sujeitos em situação de vulnerabilidade social e como preocupação específica a inclusão no mercado de trabalho, que supostamente está relacionada com a capacitação profissional. Neste sentido, os objetivos propostos pela entidade se assemelham aos da Guarda Mirim já que visam atuar junto a uma

população considerada mais vulnerável, economicamente pertencente aos extratos sociais mais empobrecidos, tendo como foco a inclusão no trabalho e na qualificação profissional.

A questão dos valores aparece nos objetivos do programa como uma construção moral para aqueles que são nomeados como vulneráveis, estes sujeitos são vistos como desprovidos destes, já que seus valores podem diferir das atitudes que são consideradas de fato valores.

Este programa é financiado por empresas sediadas no município, por doações da população local, e por recursos da prefeitura do município repassados através da Secretaria de Ação Social. Os projetos da UDAM são realizados em sua sede próximo ao centro da cidade, em que os jovens do município - principalmente os considerados em situação de exclusão social -, são convidados a participar de suas atividades. Além de oferecer atividades aos jovens do município, a UDAM em seu programa denominado Casa Escola oferece também atividades a jovens que por terem cometido ato infracional são retirados do convívio social, estas atividades são realizadas no local de internação dos jovens.

A denominação UDAM (União dos Amigos do Menor) indica que o termo “menor” embora não mais utilizado hoje permanece neste projeto. Para Silva (2008), o termo menor surgiu a partir do seu uso no vocabulário jurídico brasileiro, que posteriormente foi relacionado a crianças e adolescentes pobres, abandonados ou que praticavam algum tipo de delito. Até o século XIX o termo era utilizado pelos juristas para se referir a crianças e adolescentes pobres da cidade que não estavam sob cuidados de seus familiares e viviam nas ruas e na marginalidade, o termo menor então possuía uma forte relação com a marginalidade. De acordo com Silva (2008) o termo menor foi relacionado a crianças e adolescentes pobres e desprotegidos pela sociedade e pelo Estado e após a proclamação da independência o termo menor foi utilizado como parte dos critérios de definição da responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente a terminologia menor para se referir a crianças, adolescentes e a jovens com idade abaixo de 18 anos considerados incapacitados para certos atos, é questionada e abandonada dado a sua associação com crianças abandonas e/ou infratoras. Como diz Guirado (1984, p.35):

Na linguagem comum, por sua vez, este termo se particulariza, referindo-se à pobreza, ao abandono, ao cuidado assistencial e à infração. Representa a criança que, proveniente de família de nível socioeconômico baixo, vive em situação de abandono, marginalidade e/ou sob cuidado dos serviços públicos. Uma faixa etária, uma condição econômica e social e uma conduta delinquente atribuem sentido a esta palavra. (GUIRADO, 1984, p.35)

Esta entidade, porém, foi fundada em 1964, época em que o termo menor era comumente usado, o que possivelmente justifica o emprego deste termo no nome da

instituição que foi mantido até hoje, e cabe o questionamento do por que disso: será então que permanece uma associação, mesmo velada, entre pobreza e delinquência ou será ainda porque uma parte dos jovens que estão no programa cometeram um ato infracional e continuam a serem vistos sob a ótica de menor?

No ano de 2013, a UDAM atuava em 7 projetos que tem como público alvo os jovens. Os projetos Casa Escola e Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade são projetos dirigidos a adolescentes que cometeram ato infracional enquanto que os demais são direcionados aos jovens da cidade em geral desde que se encontre em situação considerada de “vulnerabilidade social”.

A UDAM oferece projetos onde a ênfase está relacionada à preparação para o trabalho e nestes projetos, atrelada a preocupação com a formação para o mercado de trabalho está presente a preocupação com o desenvolvimento dos valores morais independente dos jovens atendidos serem autores de ato infrator, pobres, desempregados, entre outros. Parece que no geral os programas desenvolvidos pela UDAM se apóiam em três fatores: formação para o trabalho, geração de renda e formação para a cidadania. Deste modo estão condizentes ao que a literatura tem descrito sobre os programas de intervenção junto a jovens pertencentes aos estratos sociais economicamente desfavorecidos da população. (SPOSITO E CORROCHANO, 2005; SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006).

Segue abaixo uma descrição das atividades desenvolvidas pela entidade nestes 7 projetos.

- Casa Escola

O projeto denominado Casa Escola atua na Fundação Casa, que é vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. A UDAM o define como “um projeto que tem se destinado a atender até 56 (cinquenta e seis) adolescentes infratores, do sexo masculino, e que estão cumprindo medida sócioeducativa de internação ou de internação provisória” (UDAM, 2013). Nota-se novamente que embora hoje em dia a concepção de adolescentes infratores não é mais aceita esta aceção permanece no texto da instituição. Esta concepção não é mais aceita, pois de acordo com Volpi (2001) quando se diz “adolescentes infratores” está se referindo a uma categoria que não poderá ser transposta, deste modo o correto seria dizer “adolescente autor de ato infracional” já que representa uma circunstância de vida.

Aos jovens que são internados na Fundação Casa são oferecidas diversas atividades como oficinas culturais onde os jovens aprendem a tocar violão, trabalhar com tear e

decoupage e oficinas esportivas de basquete, futebol, jogos de tabuleiro e de mesa, e são oferecidos também cursos profissionalizantes nas áreas de panificação, jardinagem, inclusão digital, elétrica residencial básica e atendimento em bares e restaurantes. Além das atividades apresentadas acima, os jovens da Casa Escola cumprem as etapas da educação formal ministrada por professores do Estado e estas atividades são oferecidas no interior da instituição, já que estes se encontram em privação de liberdade.

Os jovens são também acompanhados por médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos e assistentes sociais. Os interessados recebem também assistência religiosa oferecida por igrejas que colaboram com o programa.

- **Liberdade Assistida E Prestação De Serviços À Comunidade**

O projeto Liberdade Assistida E Prestação De Serviços À Comunidade, também é dirigido pela UDAM e “tem como filosofia tratar o adolescente como sujeito da sua própria história, fortalecendo-o e facilitando na construção de um novo projeto de vida” (UDAM, 2013). Este projeto é desenvolvido por uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e que tem como propósito central colaborar para elevar a auto-estima do jovem. Estes profissionais para isto desenvolvem atendimento individual e atividades coletivas com os jovens.

Os jovens atendidos são jovens que por terem cometido ato infracional, receberam medidas sócio educativas aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. No documento disponibilizado, este projeto tem como proposta “levar o jovem a formar uma ideia positiva de si próprio, amar-se, aceitar-se, acreditar em seu potencial, sonhar e ter um sentido de vida. Enfim, focar o adolescente como um ser em desenvolvimento, e não só histórico” (UDAM, 2013). As atividades desenvolvidas pelo programa são atendimentos individuais e coletivos dos jovens que se encontram em Liberdade Assistida. Os jovens atendidos são então convidados a traçarem um novo projeto de vida em colaboração com assistentes sociais e psicólogos e são também convidados a participar de atividades do programa, principalmente as de qualificação profissional.

De acordo com o documento disponibilizado pelo programa, a caracterização que se faz destes jovens os caracteriza como sujeitos “bonzinhos”, desconsiderando que estão a cumprir uma medida sócio educativa, como um modo de responder por seus atos.

- **Oficina de Madeira**

A UDAM oferece também o projeto que intitula Oficina de Madeira aos jovens do município e podem participar deste projeto todos os jovens interessados e que passem pelo processo de seleção, como por exemplo, os em Liberdade Assistida. Para a instituição esta ação tem como objetivo “atender à demanda crescente por qualificação de mão-de-obra no setor de marcenaria” (UDAM, 2013), mas os jovens internos não participam da oficina, que é direcionada apenas aos jovens do município e os adolescentes em Liberdade Assistida.

Neste curso são abordadas as matérias primas utilizadas, os tipos de ferramentas manuais e elétricas, portáteis e estacionárias utilizadas para a execução da atividade, a forma de operação correta, a importância da segurança no trabalho além da demonstração prática da fabricação de bancos, por exemplo. Esta oficina é ministrada semestralmente na sede do programa, por profissionais capacitados e que atuam nesta área.

- Projeto de Instalações Elétricas Residenciais

A UDAM também desenvolve o Projeto de Instalações Elétricas Residenciais que de acordo com a entidade tem como público alvo jovens e adultos do município que “em grande maioria possuem dificuldades em se socializar devido às diversas variáveis de onde a mais impactante vem a ser a socioeconômica” (UDAM, 2013).

A proposta deste curso é a de contribuir para que estas pessoas consigam se manter economicamente de forma autônoma, e como dizem: “ganhar o seu próprio sustento”(UDAM, 2013). Este curso é ministrado por um professor responsável que é contratado pela UDAM

A instituição ao justificar a existência do Projeto de Instalações Elétricas Residenciais, comenta sobre a grande quantidade de jovens desempregados e de jovens que vem a óbito por conta da violência, parecendo entender que os cursos profissionalizantes podem colaborar para que isto não ocorra:

Nesse sentido, projetos profissionalizantes, indivíduos vulneráveis do ponto de vista sócio-econômico, que incluam também estratégias para a promoção do conhecimento em mercado de trabalho muito procurado e com pouca mão de obra em conhecimento na área, com programas educacionais locais que fomentem a produção de conteúdo adequado à comunidade local, visando desvendar novas perspectivas sociais e acesso a serviços públicos, com livre manifestação de suas culturas e saberes. Diante desse contexto, o trabalho apresenta uma solução participativa com a sociedade que está sendo aplicada para Instalações Elétricas Residenciais e fortalecimento da cidadania de crianças, jovens, adultos [...] (UDAM, 2013)

Este projeto além de visar a profissionalização através da qualificação do trabalho com redes elétricas visa também resgatar a cidadania dos indivíduos envolvidos e a cidadania

parece-nos estar bastante ligada ao incentivo oferecido para a profissionalização, na qual o indivíduo atendido através da obtenção de um trabalho qualificado pode passar a ser considerado efetivamente um cidadão, na medida em que passa a ter “novas perspectivas sociais” ao ter sua própria renda e modo de sustento.

- Projeto de Inclusão Produtiva

Este projeto da UDAM oferece cursos profissionalizantes aos jovens do município visando “promover a oportunidade de profissionalização” (UDAM, 2013) por meio da inclusão digital melhorando o preparo para o ingresso no mercado de trabalho. Para a entidade:

O principal objetivo é propiciar a profissionalização para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social auxiliando no desenvolvimento da responsabilidade e acolhimento no sentido de reafirmar laços e valores objetivando incluí-los no mercado de trabalho, favorecendo mudanças na qualidade de vida do público atendido e promover capacitação profissional na área de informática, visando sua inclusão digital e social para o ingresso no mercado de trabalho (UDAM, 2013).

Este projeto visa então uma profissionalização específica na área de informática aos jovens e neste programa são ministrados cursos de informática avançados e também manutenção de computadores, que tem como público alvo jovens em situação de vulnerabilidade social, que devem sair desta situação através do ingresso no mercado de trabalho. Deste modo, surge novamente a concepção de que para que o jovem deixe de estar no que é denominado “situação de vulnerabilidade social” este deve receber qualificação mínima para ingressar no mercado de trabalho. O trabalho aparece então como uma solução para a questão da vulnerabilidade social.

- Inclusão Digital e Cidadania

A UDAM desenvolve em sua sede um programa de inclusão digital, que de acordo com a entidade “busca minorar a falta de preparo para o mercado de Trabalho que gera o desemprego entre os rio-clarenses” (UDAM, 2013). Este programa além de buscar “reduzir o despreparo e a capacitação básica para o trabalho” (UDAM, 2013), desenvolve um trabalho educativo realizando palestras sobre a temática cidadania.

Este programa atende jovens, crianças e famílias que necessitem dessa capacitação. O ensino de informática é apostilado e varia de acordo com a escolaridade e faixa etária atendida. O curso é ministrado por monitores voluntários, que são alunos da UNESP do município.

Neste programa, diferente dos demais, nota-se uma chamada explícita para que as famílias participem do curso, ou seja, se os demais eram dirigidos a indivíduos ou jovens da comunidade este parece ter entre o seu foco a família.

Como apresentado anteriormente, há outro programa que também desenvolve habilidades na área de informática, o Projeto de Inclusão Produtiva, contudo os objetivos a que se propõe são diferentes, enquanto o anterior apresentado visa formar o jovem para trabalhar na área de informática no concerto de máquinas, este visa oferecer habilidades de manipulação do computador. Este programa embora fale de cidadania não trata deste tema em seus documentos.

- Projeto de Educação Ambiental

A UDAM também desenvolve um projeto de Educação Ambiental em sua sede, e para a entidade este projeto tem como objetivo “ensinar os conceitos básicos sobre meio ambiente para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social sejam elas: adultos, jovens, crianças, idosos ou portadores de necessidades especiais, do município de Rio Claro” (UDAM, 2013).

Para eles, o desastre natural que têm começado a aparecer em nossa sociedade torna “necessário educar a população de forma a vir a serem cidadãos críticos e formadores de opiniões, pois serão eles que contribuirão para elaboração de políticas públicas mais efetivas em prol do meio-ambiente em que vivem e das futuras gerações” (UDAM, 2013).

A formação para a cidadania parece ser o foco central deste projeto. Há um pressuposto da importância de se educar os indivíduos para serem efetivamente cidadãos “críticos” no qual a preocupação com o meio ambiente precisa ser despertada.

2.2. Os programas na área de profissionalização/escolarização na entrevista

Como dito na Introdução, foi coletado o depoimento de um coordenador dos programas existentes no município voltados a área de profissionalização/educação.

2.2.1. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas

O programa que participou da entrevista tem como foco central a profissionalização, embora desenvolva atividades em diversas áreas, atendendo jovens, adolescentes, crianças e

adultos como enfatiza o coordenador em sua fala “Geralmente de 9, vamos supor, até 100 anos, enquanto a pessoa da melhor idade, conseguir ta vindo as portas estão abertas.”

Conforme conta o coordenador o programa completa no ano de 2014 cinquenta anos de atuação no município, desenvolvendo projetos em diversas áreas:

Porque assim, ele esse ano faz 50 anos e junto nós temos vários projetos e vários segmentos. Então tem projeto voltado pra área de alimentação, tem a área da informática e tem a área ambiental e a área social. Então, esses projetos tão com a gente por volta de uns 6 anos.

A criação do programa foi estimulada pela imprensa da época que cobrava a necessidade de atendimento as crianças e adolescentes. Segundo o coordenador seus criadores:

Identificaram que era mais fácil você cuidar da população, que era mais fácil cuidar de crianças boazinhas do que as crianças que já estavam no mundo do crime, e a realidade é essa. [O programa] acolheu essas crianças que estão em extrema vulnerabilidade e risco social, desde crime, alimentação e tudo mais, e é ai que fortaleceu todo o trabalho.

Conforme relato do coordenador, era mais fácil cuidar de crianças consideradas boazinhas, essa afirmação no entanto, tem uma forte atribuição de valores estabelecida através da divisão de quem é bom e de quem é mal. Os sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e de pobreza é diferente daquilo que se espera, e portanto não é considerado bonzinho.

Com este propósito foi então fundado o programa, que é formado por membros de diversos segmentos da sociedade, como relata o coordenador:

Na verdade é assim, quem na época que fundou fazia parte da sociedade civil, de várias outras entidades, das igrejas, independente de qual a religião, da maçonaria, das escolas e do poder público, então não tinha, como que eu vou dizer..., não tinha uma exclusão de segmentos, todos se uniram e fundaram essa entidade, e ai é onde tem a preocupação com as crianças e os adolescentes.

Apesar de ter sido fundada para atender as crianças e adolescentes, toda a comunidade é convidada a participar das oficinas oferecidas pelo programa e diferentes cursos são procurados por faixas etárias diferentes. Os jovens são de acordo com o coordenador, uma faixa etária que procura principalmente por cursos de informática, enquanto as crianças procuram as oficinas de educação ambiental, os adultos do sexo feminino as oficinas de artesanato e os do sexo masculino o curso de elétrica residencial.

Participam do programa pessoas de bairros considerados carentes socioeconomicamente ou moradores próximos ao local sede do programa. Os participantes,

moradores em bairros considerados pobres, mas distantes da sede do programa dão segundo o coordenador, “um jeitinho” para custear o transporte e participar, como diz:

Olha, a grande maioria que a gente tem aqui hoje é do Terra Nova, tem o Bairro do Estádio, tem o Vila Cristina. Na verdade o pessoal ta buscando entidades que proporcionem cursos para as crianças, e ai eles tão dando um jeitinho, pra sei lá, pagar o transporte, a logística disso tudo né, então esse ano ta mudando as coisas, ta vindo crianças de bairros da outra ponta da cidade, vamos falar assim né, e ai a gente ta esperando.

O coordenador conta que os interessados em participar das atividades oferecidas pelo programa passam por um processo de seleção, em que os considerados mais desprovidos de bens são os principais selecionados:

Então hoje pra fazer os cursos aqui com a entidade,... A pessoa vem, faz a inscrição e é feita uma triagem social, e ai elas estabeleceram alguns critérios em termos de renda, de condições de moradia e tudo mais. A prioridade são essas pessoas, e ai quando a gente não tem mais esse público, ai é aberto a comunidade de uma forma geral.

A questão da carência socioeconômica define quem são os principais participantes das atividades oferecidas pelo programa.

De acordo com o coordenador as atividades desenvolvidas pelo programa estão nas seguintes áreas:

- Informática;
- Educação ambiental;
- Alimentação; e
- Social

Este agrupamento por área, porém, como vimos no item anterior, não aparece nos documentos e no sítio do programa, somente se fazendo presente na arguição do coordenador.

Segundo o coordenador, na informática há duas vertentes: o projeto de inclusão produtiva e o projeto de inclusão digital.

Dentro da área de informática a gente tem os cursos de hardware né, de montagem e manutenção de computadores, e tem o curso de informática. O curso de informática ele começa desde o básico, pra quem não sabe ligar o computador, ai a professora vai aplicando as atividades, que são os módulos onde você aprende a lidar com a rede social, monta um blog, monta um twitter. E esse ano a gente ta tentando começar uma página parecido com web designer, com alguma coisa diferente.

Na educação ambiental, a descrição apresentada pelo coordenador é a mesma dos documentos: são desenvolvidas oficinas que trabalham a reciclagem.

Tem a área de educação ambiental, a gente trabalha com reciclado de pneus, de garrafas pets, de óleo, e ai vai, todo o geral de reciclagem, trabalha dentro da entidade e fora da entidade, junto com as escolas e com equipamentos públicos.

Na área de alimentação há também dois programas o Banco de Alimentos Sustentável e o Programa de Aquisição de Alimentos, que também foram apresentados nos documentos. No Programa Banco de Alimentos Sustentável os alimentos que seriam descartados pelos supermercados são reaproveitados, como explica o coordenador:

Imagina que todos os mercados da cidade de Rio Claro descarte toda aquela fruta, legume, verdura que está naquela banca de um dia pro outro, que iria, que o destino seria o descarte, né, abre aspas, o lixo, mas ai o que acontece, a gente tem o projeto que a Kombi passa arrecadando todo esse descarte de alimento, vem prá cá, tem toda uma equipe operacional que faz toda a triagem e a higienização do alimento, e ai quando tiver tudo pronto, com o acompanhamento da nutricionista, esse alimento é embalado a vácuo, pesado, tem lá a etiqueta com prazo de vencimento, e é doado.

O coordenador explica que a doação destes alimentos é realizada para entidades do município.

Ele é doado pra asilos, pra entidades, pra igrejas, pastorais de crianças e todas as entidades que tem cadastro aqui, que não sejam da educação, porque na educação tem a merenda que fornece. Então os da área social é atendido. Ano passado, o ano todo, nós atendemos cerca de 93 mil pessoas direta e indiretamente.

Junto à doação destes alimentos há também a doação dos alimentos comprados pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, como relata o coordenador:

Então assim, é o fortalecimento a agricultura familiar, o pequeno produtor, ele produz o alimento, a prefeitura compra, doa pro banco de alimentos, o banco de alimentos faz toda a distribuição, pra asilos, pra entidades e projetos sociais.

Além destes programas apresentados acima, há a área social em que são desenvolvidos ações que colaboram para a geração de renda, que são os cursos de Elétrica Residencial Básica, Oficina de Sabão e Oficina de Artesanato.

Dentre os cursos que visam a geração de renda, destaca-se o curso de Elétrica Residencial Básica, que objetiva formar profissionais na área: “Tem o de Elétrica de Residencial Básica. A gente começou com esse faz dois anos, e tem dado certo, tem formado profissionais pra essa área”.

As oficinas de sabão e de artesanato também são programas que visa a geração de renda, como fala o coordenador: “Tem oficina de sabão que faz parte do Educação Ambiental,

o artesanato também trabalha com um pouco de ambiental com reciclado, que é um trabalho de geração de renda”.

O coordenador, contudo, ao apresentar os programas não citou os projetos Casa Escola e Liberdade Assistida, que constam no sítio e no documento disponibilizado pelo programa, e quando questionado a respeito ele explica que nestes dois programas a entidade desenvolve apenas atividades de apoio. Para a Fundação Casa são disponibilizados recursos visando a contratação de profissionais e os adolescentes em Liberdade Assistida são atendidos por psicólogas e assistentes sociais do programa. Os jovens em Liberdade Assistida são convidados a participar das atividades desenvolvidas pelo programa, mas são poucos dentre eles que as frequentam, pois já são encaminhados para cursos por meio da Secretaria de Ação Social. Já os jovens da Fundação Casa só podem frequentar as atividades oferecidas pelo programa quando falta cerca de um mês para finalização da medida sócio educativa que lhe foi aplicada, como conta o coordenador:

Eles participam em alguns momentos porque assim, o Estado, ele tem que tomar alguns cuidados, então o adolescente que tá lá pra sair, exemplo, daqui 1 mês, esse adolescente pode ser inserido em cursos externos à Fundação porém lá dentro eles tem varias oficinas profissionalizantes. Escola eles frequentam lá normal, tudo que é curso e escola eles participam. E tem a oportunidade de vir pra cá e fazer os cursos.

Nota-se na fala do coordenador que ele pouco sabe falar da Fundação Casa, aparentando ser um programa deixado de lado pela própria instituição. Eles recebem dinheiro, contratam os profissionais, põem os profissionais lá dentro e os “abandonam”, assim como os professores que dão aula na Fundação Casa.

As atividades apresentadas acima são ministradas por profissionais contratados pelo programa, com exceção da professora de artesanato que é voluntaria, como diz o coordenador:

Sim, nós contratamos. A gente recebe recursos pra tocar aquele projeto, e dentro daquele projeto existe um cronograma de despesas, é x para funcionário, y para consumo de alimentação, de material didático, e assim vai, então nós contratamos o profissional e ele dá conta do serviço.

Estes profissionais juntamente com a coordenação do programa são responsáveis por desenvolver as atividades e também por colaborar em sua divulgação, como pode ser observado na fala do coordenador:

É diferente você, do projeto, com toda a sua equipe apresentar o que você está oferecendo, do que você passar a informação pra escola. Na escola eles estão acostumados com aquela figura, vai ser pra eles mais um recado, vai ser bom que vai parar de fazer a atividade, de fazer lição, só isso. Então, a nossa tática é levar, por exemplo, a educação ambiental a gente leva um banner do que acontece no projeto, leva a assistente social, leva a instrutora, então é um impacto, pra eles é diferente, estimula.

Pode-se perceber, portanto, que a atuação do programa no município é direcionada para todas as faixas etárias, porém este se dedica preferencialmente ao atendimento de pessoas socioeconomicamente consideradas carentes, para tal o programa apresenta diversas possibilidades de participação que podem se dar nas diferentes áreas apresentadas.

As falas do coordenador já começam a evidenciar uma percepção sobre os participantes do programa e sobre a finalidade das atividades desenvolvidas nele, questão que será mais bem desvendada quando o coordenador fala sobre os objetivos do programa.

2.2.3. *Os objetivos do programa*

Quando questionado sobre quais seriam os objetivos do programa o coordenador conta que este visa uma atuação “social”: “Olha é assim, a entidade hoje, todo nosso trabalho, ele não tem fins lucrativos, ele não tem lucro nenhum. Então qual é o nosso objetivo e o resultado? É o social, então todo o trabalho é voltado pro próximo, para aquele que precisa.”

Nesta fala, para o coordenador o “social” significa a atuação junto a uma população considerada carente em termos socioeconômico. Para tanto, segundo ele, o projeto conta com uma equipe técnica, como diz:

Esse trabalho social é assim, você tem uma técnica né, assistente social, psicóloga também e trabalha a estrutura familiar porque o problema hoje você vê o adolescente na rua, às vezes a mãe tá presa, o pai tá usando droga e eles também chamam abre aspas de aviãozinho, vende drogas.

Essa carência socioeconômica parece, por sua fala, associada a uma estrutura familiar problemática, ou desestruturada quando se tem como referencia a família ideal e que requer uma equipe técnica para intervenção, com psicólogo, assistente social, o que segundo Castel (2004) é comum nas políticas sociais, que se colocam como técnicas, como se o problema da exclusão fosse pontual e que pode ser resolvida através da intervenção de profissionais especializados, o que é insuficiente, já que neste caso desconsidera-se que a exclusão origina-se de uma produção social.

Essa ideia de que a estrutura familiar é problemática é reforçada quando o coordenador diz que cabe ao programa acolher essa população infantil e adolescente para que não fiquem sozinhos quando seus pais saem de casa, mesmo que a ausência dos pais seja motivada pelo trabalho:

O exemplo que eu te dou é do Bom Sucesso, a criança vai pra escola depois vai pro projeto, completa 12 anos, elas só tem escola pra ir, então o que acontece? Ela fica

na rua, o pai tem que sair pra trabalhar, ou o pai tá preso, ou o pai já faleceu, ou ele tá usando droga, o que acontece muito, e a criança tá ali, tá na rua. Quem que vai acolher essa criança?

O modelo de apoio oferecido para que estes sujeitos sejam eles crianças, adolescentes ou jovens, está em acolhe-los de modo a “tomar conta do tempo” para evitar que o tempo ocioso seja tomado pela criminalidade.

Essas pessoas ela...se a gente não chega com um projeto bacana pra eles, pra tomar conta do tempo, vem o mundo do tráfico e toma conta deles, isso é inevitável, é o mundo que eles vivem, não tem como eles falarem não, não vou, o cara tá dando apoio.

Destaca-se a ideia de inevitabilidade das drogas e do tráfico caso o programa não intervenha.

Então o perfil desses adolescentes é esse, eles às vezes desistem de voltar pra escola porque o mundo do tráfico dá muito dinheiro, e isso é fato, se trabalhar você vai ganhar um salário mínimo pra trabalhar o mês inteiro e aí eles se prestam a esse trabalho, a esse serviço né.

O apoio a esta população que se constitui um dos objetivos do programa, é para o coordenador, determinante para que a ambição pelo dinheiro “fácil” não impulsione os jovens a criminalidade. Nos relatos do coordenador é possível perceber então que o programa atende a uma população pobre, qualificada como carente, vivendo em situação de vulnerabilidade social, como diz:

Em vulnerabilidade social, em vulnerabilidade de fato lá no risco social. Na verdade o papel daqui é trabalhar a prevenção, pra esse adolescente não chegar numa Fundação Casa, pra ele não partir pro mundo do crime, que infelizmente acaba levando ele dessa vida pra outra vida muito rápido. Então a gente tenta trabalhar a prevenção, onde oferece oportunidade pra ele saber que dá pra sair daquele mundo que ele vive e tenha oportunidade aqui do lado de fora, vamos chamar assim, o foco é esse.

Há na fala um contraponto entre estar dentro e estar fora, onde o estar fora aparece então como um modo de o jovem deixar de viver em condições de vulnerabilidade social e exclusão. Assim, é importante segundo o coordenador que o programa ofereça projetos que atraiam os jovens, para que estes não se envolvam com o tráfico. Isto é reforçado quando o coordenador diz que o objetivo do programa é o resgate dos sujeitos adolescentes, pois “Então essa equipe através de oficinas resgata esses adolescentes pra essa atividade e quando eles estão ali inseridos nas entidades, ou nos nossos parceiros, elas fazem um trabalho social que tenta resgatar a questão familiar, é esse que é o social.”

Os jovens são considerados então como sujeitos perdidos e que devem ser resgatados, aparecendo então a ideia de que estes jovens são criminalizados antes mesmo de cometerem um crime. A fala apresentada acima mostra então a criminalização da pobreza, em que há a ideia de resgatar algo que vão entrar e não tem jeito, como se eles já estivessem pré-destinados a se tornarem criminosos.

Estes projetos, de acordo com o coordenador, para que sejam bem sucedidos devem levar em conta a realidade social dos sujeitos:

Quando você chega com uma linguagem social, uma linguagem do bairro. Não adianta a gente chegar lá com um projeto superbacana e que não é o perfil do bairro, você não vai conseguir desenvolver nada. É diferente se você chegar com o Hip Hop né. É a linguagem deles, aí você consegue trabalhar a cabeça dessa criança, desse adolescente, desse público alvo.

Os projetos têm ainda por finalidade o fortalecimento de vínculos com a população atendida: “É o fortalecimento de vínculos, e aí através dos programas que nós temos que são, a gente chama de ponte né. Tem a educação ambiental, ele é uma ponte pra chegar até a criança, o adolescente e a família e aí você faz o trabalho social.”

Assim, para o coordenador, o programa é reconhecido como uma entidade que oferece apoio à comunidade:

Assim, ela é vista como uma entidade que apóia, né, que oferece recurso né, pra eles estarem se profissionalizando em alguma área, é, cuidando dos filhos no horário contrário as aulas, junto com os técnicos, trabalhando a família, então eu acredito que eles tem um ponto positivo em relação a entidade.

São projetos que visam estimular o jovem a sair da sua realidade oferecendo oportunidades profissionais, e “estimular o aluno a as vezes esquecer a realidade dele, que ele acredita ser aquilo para a vida dele, e ele identificar oportunidade, então você acaba descobrindo talentos.”

O trabalho “social” desenvolvido pelo programa então, de acordo com o coordenador, tem como propósito atuar junto a uma população carente socioeconomicamente, prevenindo que os jovens adentrem na criminalidade descobrindo seu talento e encaminhando-os a uma profissionalização o que , segundo ele, para ser bem sucedida deve ser executada em rede:

Na verdade assim, a importância do programa eu vejo dentro de uma rede. É onde tem nós, tem a prefeitura que é o equipamento público, tem as empresas privadas, tem outras entidades. Eu acho que nós somos tão importantes tanto quanto todos que estão aqui ativos hoje, as entidades, então é uma rede.

Contudo, o conceito do que seria uma rede que vise garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens parece não estar de acordo com o que de fato seria uma rede. Börzel

(1997) aponta que uma rede se faz pelo conjunto de relações relativamente estáveis, de modo não hierárquico e de natureza independente, na qual os diversos atores compartilham objetivos comuns e somam recursos para que de forma cooperativa alcancem esses objetivos.

Como se pode observar abaixo, na perspectiva do coordenador rede se constitui como uma ferramenta que deve “cercar” os sujeitos, descarta-se então a importância da rede como um artefato de garantia de direitos, em que deve-se atuar de forma conjunta na busca de articulação entre os diversos atores sociais, o Estado e a sociedade civil (CASTRO E OLIVEIRA, 2009), ou seja, desconsidera-se a essência de rede como a ação em conjunto e com a troca entre os diversos envolvidos, na media em que de acordo com Castro e Oliveira (2009, p.239) “a troca de saberes e experiências funciona como aprendizagem de práticas democráticas; as diferenças enriquecem o processo e permitem uma ação potencializada que conta com diversos olhares e abordagens”.

Para o coordenador, a atuação em rede, ou seja, uma atuação junto com as demais entidades pode colaborar para que a população hoje considerada carente saia desta situação, como afirma:

O dia em que funcionar certinho, imagina você cercar toda a comunidade carente de serviço? Seja cursos, seja benefícios, seja atendimento. Então o foco é esse. Mas é difícil né, porque a cidade cresce a todo momento, mas ta funcionando, ta cada ano melhor as coisas e o apoio do poder público é muito bom.

O trabalho em rede para o coordenador tem também como objetivo mostrar o que é correto para as crianças, jovens e adolescentes:

É um trabalho em rede Michele. Porque quando a gente fala em rede é a sociedade civil organizada, que somos nós, é o poder publico que são, secretarias de educação, saúde, desenvolvimento, todas as secretarias, porque todas de algum jeito estão inseridas em algum momento do aluno, e se todo mundo fala a mesma linguagem você cerca, você acaba cercando aquele usuário, aquela criança, e você consegue colocar na cabeça dela o que é certo.

Há ai a idéia de segregação, onde os sujeitos devem ser cercados mesmo que seja de serviços, os sujeitos devem ser colocados em um quadro que os separa, já que não sabem o que é certo, ou seja, há uma visão da juventude pobre extremamente preconceituosa e que precisa ser educada. O que é considerado pelo coordenador como o que seria “certo” não é explicitado, mas parece estar, podemos deduzir, bastante relacionado ao não envolvimento em condutas criminosas.

O coordenador em sua fala relata várias vezes a atuação de rede, porém não há relatos de que esta atuação em rede ocorra no atendimento dos jovens, mas ocorre através do programa de alimentação que distribui alimentos para várias instituições do município.

O programa também estabelece vínculos com a prefeitura municipal que são de ordem prioritariamente financeira:

Eles apóiam a gente financeiramente, com repasse de verba pra gente estar executando os projetos. Além desse repasse de verba que praticamente mantém a entidade, hoje nós temos a estrutura, tem alguns móveis, e aí a Prefeitura entra com a verba pra materiais de consumo e pagamento de RH. E aí tem o apoio dos setores né, tem os fiscais, tem os setores de fiscalização, tem o setor de convênios, eles sempre nos apóiam, nos apóiam e apóiam a todas as entidades conveniadas.

Estranhamente os vínculos com a escola nem sempre ocorrem. Nota-se que os participantes do programa - crianças, adolescentes e jovens- não são obrigados a frequentar o ensino regular, pois segundo ele são atuações em áreas diferentes, como explica que “Não. Porque é voltado pra área social, então não tem essa exigência.”, e a relação com a escola parece se resumir a oficinas esporádicas de educação ambiental ministradas pelo programa.

No programa, a comunidade participa de modo voluntário seja atuando na direção da entidade seja atuando como professor. A direção do programa é constituída por 33 diretores em que todos são voluntários. Estes voluntários, segundo o coordenador são pessoas que vão “abraçando a causa”:

E é um voluntário fiel que ta aqui, tem o dia de aula ela vem. Nós temos as empresas parceiras também, na questão financeira, na questão de apoio a informação e a qualquer outro gênero eles nos apóiam também.

Quando questionado sobre a quantidade de professores voluntários o coordenador conta que, no momento da entrevista, apenas uma pessoa atuava como professor voluntário.

Na verdade nós temos uma professora voluntária. Nós temos a UNESP que é uma parceira, com os cursos que vem junto a metodologia né, que a professora doutora Ilda, junto com ela vem 3 bolsistas que são bancados pela UNESP o que não deixam de ser voluntários pra gente. Então assim, quem conhece vai abraçando a causa e aí continua.

Enfim, como se observou na entrevista, a atuação do programa no município se faz presente há cinquenta anos, sendo então uma instituição sólida que tem o reconhecimento da importância de suas atividades pela população em geral e também pelo poder público, representado pela Prefeitura Municipal que continuamente lhes disponibiliza verbas. Estas verbas são aplicadas em atividades direcionadas principalmente a crianças, adolescentes e

jovens, em que são oferecidas atividades com o objetivo de que estes não se envolvam com o mundo do crime.

A trajetória dos jovens que tende a deslizar pela criminalidade segundo o coordenador, se apresenta como um difícil obstáculo para o atendimento destes, já que a criminalidade faz parte de seu cotidiano: “vem o mundo do tráfico e toma conta deles, isso é inevitável, é o mundo que eles vivem”. Segundo ele, o envolvimento com o tráfico de drogas ocorre principalmente pelo fato de que no ambiente familiar já há pessoas que o praticam e pela possibilidade vislumbrada de que por meio do tráfico ascenderem a uma condição socioeconômica melhor de que a que vivem. Assim, a população atendida pelo programa é caracterizada como sócio economicamente carente, encontrando-se em vulnerabilidade ou em risco social, para a qual são oferecidas atividades em diversas áreas que visam possibilitar a saída dessa situação social.

O trabalho em rede, interligando o programa entrevistado com as demais instituições do município é bastante comentado pelo coordenador, que o julga importante para que os sujeitos considerados em risco social deixem esta situação. O coordenador diz que através do trabalho em rede “você consegue colocar na cabeça dela o que é certo”. Para que não se envolvam nestas condutas criminosas o programa oferece então atividades que são caracterizadas pelo coordenador como uma ponte entre a instituição e os atendidos, ponte esta que através da atuação de técnicos pretende colaborar para que principalmente crianças, adolescentes e jovens não permaneçam no que o coordenador denomina como risco social.

2.3. Sobre os documentos e a entrevista

Neste capítulo foram agrupados os programas que atuam na área da profissionalização e da educação, considerando que essas duas áreas estão inter relacionadas como foi possível observar na descrição das atividades desenvolvidas pela Guarda Mirim, pela UDAM e pelo Núcleo Artevida em que em vários momentos a profissionalização e a educação se interpõem. Entretanto na entrevista fica claro que a escola não está interligada, o que é explicado pelo coordenador pela atuação em áreas diferentes. A escola aparece apenas como um local de divulgação das atividades desenvolvidas pelo programa entrevistado e como um local de convite aos alunos para participarem deste programa.

Nos documentos de uma forma geral aparece fortemente a questão da preparação e capacitação dos jovens para a atuação no mercado de trabalho, enquanto que na entrevista esta questão não é tratada com a mesma centralidade.

A centralidade na entrevista se dá para a tentativa de proteção do jovem considerado vulnerável, confirmando e reafirmando assim o que é colocado nos documentos, com exceção do SENAI que não realiza tal distinção.

A entrevista e os documentos no que se refere ao caso específico do programa entrevistado apresentam algumas discrepâncias. Quando se refere às atividades desenvolvidas o coordenador é bastante superficial enquanto que nos documentos as informações disponibilizadas são bem mais completas.

Os programas desta categoria apesar de serem caracterizados como políticas públicas, em sua maioria, com exceção do Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva, realizam processos de seleção para o ingresso dos jovens no programa, onde a questão renda ou pertencimento sócio econômico é central e apesar de se constituir como política pública acaba por excluir vários jovens reforçando a ideia de que são os jovens pobres moradores da periferia urbana que devem ser o foco destes programas por serem potencialmente perigosos ou estarem sujeitos a desvios sociais (CARRANO e DAYRELL, 2002, ABRAMO, 1997, SPOSITO E CORROCHANO, 2005, SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006).

CAPÍTULO 3 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: A ATUAÇÃO NA ÁREA DE CULTURA E LAZER

Neste eixo podem ser agrupados 3 programas: o Projeto Guri, o Projeto Segundo Tempo e o Projovem Adolescente.

3.1. Os programas na área de cultura e lazer em documentos

3.1.1. Projeto "Guri"

O projeto Guri é um projeto idealizado pelo Governo do Estado de São Paulo e se identifica como um projeto cultural de responsabilidade social que oferece aulas gratuitas de música para sujeitos de 8 a 18 anos. Este projeto existe desde 1995 e tem como objetivo, conforme consta em seus documentos, “promover a inclusão social e cultural de crianças e adolescentes, desenvolver a sociabilidade e a auto-estima, transmitir noções de cidadania por meio do ensino coletivo da música e ampliar os benefícios da cultura, levando-a a todos os segmentos da sociedade.” (PROJETO GURI, 2013).

Como consta no sítio do programa além do financiamento do Governo do Estado, o programa conta com o apoio de prefeituras, organizações sociais, empresas e pessoas físicas. Há uma grande participação de empresas na medida em que, conforme é relatado no documento do programa “as instituições interessadas em investir na Amigos do Guri e contribuir para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, têm incentivo fiscal da Lei Rouanet e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD)”(PROJETO GURI, 2013).

O programa é administrado por duas organizações sociais vinculadas a Secretaria de Estado da Cultura. Na cidade de Rio Claro é administrado pela Associação Amigos do Projeto Guri.

No seu Estatuto Social a Associação Amigos do Projeto Guri tem como missão “promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento de gerações em formação” (PROJETO GURI, 2013, p. 2). Para isto a associação tem como principais objetivos:

- I - Contribuir para a formação sociocultural de crianças, adolescentes e jovens;
- II - Fomentar o conhecimento prático de diversas culturas musicais, tanto dos participantes quanto das proporcionadas pela ASSOCIAÇÃO;

- III - Criar oportunidade de ampliação do repertório cultural para crianças, adolescentes e jovens;
- IV - Prezar pelo princípio da equidade quando da garantia de acesso e permanência nos espaços de atuação da ASSOCIAÇÃO;
- V - Apoiar alunos e ex-alunos na formação profissional e/ou técnica em música;
- VI - Apoiar a formação continuada de educadores musicais da ASSOCIAÇÃO;
- VII - Colaborar técnica e financeiramente para o desenvolvimento do PROJETO GURI da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo. (PROJETO GURI, 2013, p.3)

Para a concretização dos objetivos apresentados acima a Associação Amigos do Projeto Guri propõe:

- I- Realizar programas de educação musical em diversos contextos socioculturais.
- II - Fomentar a prática coletiva de música;
- III - Valorizar a diversidade musical, a cultura local e os conhecimentos musicais trazidos pelos alunos;
- IV - Criar formas de garantir acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade e risco social, às atividades, materiais e espaços de atuação da AAPG, monitorando riscos sociais e pessoais, por meio do acompanhamento dos alunos nas aulas, eventos e atividades afins;
- V - Estabelecer redes de parcerias e intercâmbios para a realização das atividades artístico-pedagógicas e sociais para os alunos e equipes
- VI - realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos, conclaves de tipos e natureza diversos, intercâmbio entre profissionais e entidades;
- VII - promover o treinamento, capacitação profissional e especialização técnica e científica de recursos humanos;
- VIII - promover campanhas de mobilização e esclarecimento da opinião pública acerca dos objetivos da ASSOCIAÇÃO;
- IX - prestar serviços e assistência técnica, acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas tanto nacionais quanto internacionais no campo da pesquisa, elaboração, avaliação e implantação de projetos, desde que voltados para os interesses da ASSOCIAÇÃO;
- X - atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou implantar normas legais pertinentes ao funcionamento do projeto, bem como estabelecer relações para o patrocínio e divulgação do patrimônio histórico e cultural da ASSOCIAÇÃO;
- XI - firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público em todos os níveis para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais dentro de sua especialidade.
- XII - desenvolver outras atividades musicais que contribuam para a realização da finalidade da Associação. (PROJETO GURI, 2013, p. 3)

Várias são as ações propostas pela associação para atingir aos objetivos a que se propõe, algumas delas estão diretamente direcionadas aos jovens, enquanto que outras nem tanto, como por exemplo as ações que beneficiam a sociedade em geral, e dentre as ações relacionadas diretamente aos jovens se destacam os itens I, II, III e IV que visam realizar os

programas de educação musical nos diversos contextos socioculturais, valorizar a diversidade musical, a cultura local e os conhecimentos trazidos pelos alunos e também fomentar a prática coletiva de música. Para que isto ocorra o programa visa também criar formas de garantir o acesso e a permanência dos considerados em situação de vulnerabilidade e risco social, realizadas através do acompanhamento dos alunos nas aulas e nas atividades da associação.

Em Rio Claro este projeto tem sua sede em uma faculdade particular, a Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro (ASSER), que disponibiliza o espaço para a realização dos cursos. Os cursos oferecidos no município são de: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, violão, cavaquinho, percussão, saxofone, clarinete, flauta, trompete, trombone e canto coral, ministrados por professores com conhecimento teórico e prático sobre os instrumentos e sobre música.

Para participar do projeto Guri não é necessário ter conhecimento prévio sobre música, mas as crianças e jovens interessados têm de estar matriculados em uma instituição de ensino regular. Assim, a obrigatoriedade da educação formal é forte, pois os jovens só são aceitos caso estejam matriculados em uma escola, reforçando com isso que a escola e a escolarização são fundamentais e alicerces na formação dos jovens.

As atividades do programa são desenvolvidas no contraturno escolar, ou seja, este projeto assim como os demais visa ocupar o tempo livre dos jovens, e essa ocupação do tempo livre provavelmente está associada a ideia de que o ócio do jovem pode contribuir para a vivência de situações de risco que os impelem a delinquência.

3.1.2. Segundo Tempo

A Secretaria de Esportes do município conta com o programa Segundo Tempo do Ministério de Esportes. Este programa teve início em abril de 2011 e “usa o esporte para promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida” (SEGUNDO TEMPO, 2013). Este programa atende crianças e jovens oferecendo a vivência e a prática em diversas modalidades esportivas como o futebol. Além das práticas esportivas são oferecidos aos jovens participantes o aprendizado de artesanatos, noções de higiene e saúde, que são ministradas por profissionais da Secretaria de Esportes.

Este programa, conforme relatado é “destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013) e tem como objetivos:

- Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;
- Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade;
- Desenvolver valores sociais;
- Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (auto-estima, convívio, integração social e saúde);
- Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania). (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013)

Este programa tem uma grande gama de objetivos, pois as práticas esportivas educacionais oferecidas visam estimular a criança e o adolescente a manter uma interação afetiva que contribua para seu desenvolvimento e para o desenvolvimento de valores sociais. Além disso, o programa tem também como objetivo oferecer condições adequadas para uma prática esportiva educacional de qualidade que contribua para melhoria das capacidades físicas, das habilidades motoras, e da qualidade de vida em geral, colaborando também para a elevação da autoestima, do convívio e integração social, o que colabora com a saúde física e mental dos atendidos. Estes objetivos confirmam o que é colocado por Spósito, Silva e Souza (2006) quando afirma que “a prática esportiva aparece como estratégia, para a consecução de outros objetivos que não incluem a própria prática esportiva” (SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006, p. 244).

De acordo com o sítio do Ministério de Esportes os sujeitos atendidos pelo programa são os “expostos aos riscos sociais” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013), que são jovens que por estarem em condições vulneráveis podem se envolver no caminho da marginalidade. O Programa Segundo Tempo tem como um dos focos de atuação colaborar para que as crianças e adolescentes atendidos corram menor risco de estar exposto aos riscos sociais, na medida em que os sujeitos ficam uma parte de seu dia no programa, os riscos sociais são definidos pelo Ministério do Esporte (2013) como a criminalidade, a prostituição, o uso de drogas, entre outros. Neste sentido este programa tem, como um de seus princípios básicos, a reversão do atual quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social dos sujeitos atendidos.

As atividades do programa Segundo Tempo são desenvolvidas em 9 núcleos que, de acordo com o Ministério de Esportes, estão localizados “prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013). São eles:

- Ginásio Municipal de Esporte – Rua 9, 1 – Bairro do Estádio;
- Centro Esportivo do Jardim Guanabara – Av 6, 330;

- Centro Esportivo Lagoa Seca;
- Centro Municipal de Convivência Jd Bandeirantes;
- Ginásio do Panorama – Av 60, com a rua 27;
- Centro Municipal de Convivência Residencial das Flores;
- CSU João Rehder Neto – Rua 11, 3008 – Santana;
- SEST/SENAT; e
- Centro Esportivo Arco Iris.

As atividades são realizadas no horário em que os jovens estão fora da escola e tem como perspectiva utilizar o tempo livre dos jovens para que estes não sigam pelo “caminho da marginalidade”. O pressuposto parece que embasa o Programa Segundo Tempo é o de que se o tempo ocioso do jovem não for direcionado a atividades socialmente aceitas, como práticas esportivas, o tempo livre deste pode se tornar um tempo nocivo (SARRIERA et al., 2007).

3.1.3 Projovem Adolescente

O Projovem Adolescente faz parte de um dos eixos do programa lançado em setembro de 2007 no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que foi desenvolvido através da Presidência da República. O Projovem Adolescente é um programa que foi reformulado a partir das pesquisas feitas com o projeto Agente Jovem e das diretrizes estabelecidas pelas Políticas de Juventude. Ou seja, este programa vem no sentido de substituir o programa anterior se apropriando dos aspectos positivos do programa anterior e melhorando-o.

Este programa é destinado exclusivamente para jovens entre 15 e 17 anos de idade pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, jovens considerados em situação de risco, independente da renda, que foram encaminhados pelo CREAS, Conselho Tutelar ou Ministério Público.

De acordo com o Governo Federal o Projovem Adolescente “oferece oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional” (PROJOVEM, 2013) e visa também fortalecer os vínculos familiares e sociais dos jovens atendidos.

Neste programa não há oferta de bolsa aos jovens, porém para participar deste eles não tem nenhuma espécie de gasto. Todos os recursos materiais são disponibilizados pelo programa bem como a alimentação, que é composta em ambos os períodos, por um lanche e um almoço.

As atividades desenvolvidas pelo programa são complementares à educação formal, sendo deste modo que para a participação no programa é exigido do jovem que frequente a educação regular. No município de Rio Claro alguns jovens são encaminhados ao programa sem estarem matriculados na escola, sendo estes aceitos. O programa, no entanto, os auxilia na reinserção na educação regular.

O Projovem iniciou suas atividades no município em 2009. Porém no início de 2013 este projeto foi interrompido, por falta de estrutura física, até que um novo local para sediar o programa foi disponibilizado no segundo semestre deste mesmo ano. Nesta reabertura o Projovem Adolescente dispõe de capacidade para atender a 80 jovens, 40 em cada período, embora no momento da pesquisa nem todas as vagas estivessem preenchidas, dado o curto período de tempo de reinício do programa. O programa conta com 2 funcionários técnicos e 3 monitores que trabalham diretamente com estes jovens.

Segundo informações disponibilizadas pela coordenação do programa no município de Rio Claro os jovens participantes são em sua maioria jovens com problemas familiares, com problemas de drogas, de renda ou em Liberdade Assistida.

O Projovem Adolescente ocorre no contra-turno escolar dos jovens. No período em que não estão na escola os jovens frequentam de segunda a sexta o programa onde são desenvolvidas atividades de inclusão digital, música, esporte, teatro e oficinas. Estas atividades são desenvolvidas a partir dos temas transversais que são: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Trabalho, Juventude e Cultura, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Saúde e Juventude e Esporte e Lazer.

Aparecem nesse programa duas características marcantes das políticas públicas direcionadas aos jovens: a obrigatoriedade escolar, em que o jovem para ter acesso a serviços de lazer e cultura têm de antes ter cumprido suas obrigações escolares e também a questão do uso o tempo livre do jovem, como uma forma de evitar que este se torne um tempo nocivo (SARRIERA, 2007).

3.2. Os programas na área de cultura e lazer na entrevista

Como falado na Introdução, foi coletado o depoimento de um coordenador dos programas existentes no município voltados a área de cultura e lazer.

3.2.2 A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas

O programa em que foi realizada a entrevista tem como foco central a atuação na área de cultura e lazer atendendo pessoas que se encontram na faixa etária jovens. Foi criado, como se encontra nos documentos, a partir da reformulação do projeto Agente Jovem e das diretrizes estabelecidas pelas Políticas de Juventude.

As atividades desenvolvidas pelo programa são atividades bastante variadas desenvolvidas na área de informática, esportes, artesanato e atividades de prevenção ao uso de drogas e sexualidade responsável.

As atividades sócio-educativas segundo o coordenador são determinadas e seguem as apostilas enviadas pelo Governo Federal: “No programa a gente segue as apostilas, os eixos temáticos que a gente trabalha é tudo através das apostilas que vêm.”

Observa-se então que o programa ao seguir as apostilas disponibilizadas pelo governo federal deixa de considerar a realidade local dos atendidos.

As atividades sócio-educativas são ofertadas continuamente por meio de dinâmicas que trabalham os eixos temáticos do programa, que são: Juventude, Direitos Humanos e Sócio Assistenciais, Juventude e Trabalho, Juventude e Cultura, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Saúde e Juventude, Esporte e Lazer.

Na informática o objetivo do programa não é de que os jovens obtenham diploma de conhecimento na área, mas que consigam utilizar o computador para tarefas do cotidiano, ou seja, é oferecido a eles um conhecimento básico.

Na área de esportes os jovens participantes desenvolvem suas atividades em um local próximo as instalações do programa, o Lago Azul, já que a sede do programa além de não dispor de infra-estrutura física para este tipo de atividade encontra-se também próxima a este local que é composto por diversas quadras esportivas e uma ampla área verde. Neste complexo ao quais os jovens são levados são praticadas atividades esportivas supervisionadas pelos técnicos de desenvolvimento social do programa.

No programa são também desenvolvidas atividades de artesanato, em que os jovens, por exemplo, aprendem a fazer porta-joias. Segundo o coordenador as atividades de artesanato são ministradas com o objetivo de desenvolver a coordenação motora dos jovens.

Artesanato eles fazem mais coisas de porta jóias, então você pega um pouco a parte do jovem assim... que ele trabalha a coordenação motora, então ela foca bem através de cada trabalho que tem um objetivo, onde ele vai tá vendo algo, entendeu?

Não há então por essa fala uma ideia de que as atividades de artesanato possam se constituir em atividades geradoras de renda.

Diversas palestras também fazem parte do cotidiano dos jovens participantes do programa, em que são convidados profissionais especializados sobre determinados assuntos para conversar, esclarecer e tirar dúvidas. Entre os temas já trabalhados no programa encontram-se: drogas e sexo, como fala o coordenador:

Assim né, vamos supor sobre drogas, então, ta meio no auge...sobre sexo, então assim, nessa parte a gente foca e traz para poder ta orientando que nós como profissionais não temos essa orientação tão profunda pra poder abordar um tema, então a gente acaba trazendo.

As atividades apresentadas acima são de acordo com o coordenador “exclusivamente e diretamente ligada aos jovens participantes do programa”, sendo desenvolvidas por cinco funcionários: três técnicos de desenvolvimento social e dois monitores. O programa conta também com uma cozinheira e uma auxiliar de serviços gerais.

Os jovens do programa participam destas atividades duas vezes por semana que é “composto por dois coletivos: há jovens que frequentam o programa de terça e quinta e ha jovens que o frequentam de quarta e sexta”.

A maioria dos jovens que frequentam o programa são encaminhados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social):

De um modo geral são os encaminhados pelo CRAS, o público atendido que é o foco maior são os encaminhados. Eu tenho vários que não são, mas o público maior já vem direto do CRAS pra cá.

Como será apresentado posteriormente o CRAS é responsável no município pelo desenvolvimento de ações que colaborem para a prevenção de situações de riscos sociais e vulnerabilidades. Sendo umas das ações desenvolvidas pelo CRAS o encaminhamento e acompanhamento dos jovens participantes do programa, como conta o coordenador:

Nosso contato com o CRAS é bem estreito. Por quê? Porque ele vem do CRAS né, pra nós aqui. Encaminhado. Então qualquer problema que a gente tem com esse jovem a gente passa pro CRAS, lá tem os técnicos, tem psicólogas, assistente social, porque o CRAS atende diretamente a família né. Então nós vamos estar com os jovens, a gente tem reunião de família, tudo, pra poder a família estar conhecendo o espaço que o jovem vive. Mas assim, essa parte, esse foco direto é o CRAS mesmo que faz.

Apesar de os encaminhados pelo CRAS comporem a maioria dos jovens atendidos esta não é uma determinante para a participação no programa, pois segundo o coordenador há casos em que os jovens procuram o programa pela indicação de amigos. Porém quando isto ocorre o caminho contrário dos demais jovens participantes do programa deve ser executado, ou seja, este tem que entrar em contato com o CRAS.

Tem alguns que vem por interesse próprio né, então eles vem, a gente faz a ficha, mas mesmo assim, o que a gente faz, é..., faz com que a mãe desse jovem vá até o CRAS, então o CRAS também tem acesso à família. Não que vá tirar o jovem, porque não se enquadra, não é isso, mas para o CRAS também estar acompanhando a família.

Há novamente o que pode ser denominado como o enquadro do sujeito, o qual mesmo não tendo sido encaminhado deve acessar o CRAS para que volte ao programa conforme o padrão estabelecido. Esta ação mesmo não sendo necessária deve ocorrer do modo pré estabelecido. Aparece então aqui uma visão de jovem e de família que deve ter seu lazer tutelado.

Não são apenas jovens como esses os acolhidos pelo programa, pois em outro momento da entrevista o coordenador diz:

A gente tem adolescentes que tomam remédios né, que frequentam o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), então já tem todo um histórico nisso. E temos também um aluno especial que vem da APAE, que vem, esse também é um dos objetivos do programa. LA também a gente tem, que é a Liberdade Assistida né, a prestação de serviço a comunidade também, então o objetivo do programa também é ta acolhendo essas pessoas. Que tem esses adolescentes que tem algum conflito aí com a lei e tudo. Da Fundação Casa a gente não teve nenhum, mas se tiver a gente vai ta recebendo.

Para o coordenador os jovens que participam do programa gostam de frequentá-lo, principalmente porque muitas vezes encontra no programa um ambiente mais agradável que seu ambiente familiar.

A gente percebe que eles tem vontade de vir aqui, eles gostam, e é esse o nosso desafio. É fazer com que o jovem venha. É isso que eu sempre passo pra equipe, o jovem tem que vir e tem que gosta de vir aqui [...], tem que se sentir bem aqui. Tem alguns jovens que eu vejo que eles se sentem aqui melhor até, às vezes, do que estando em casa. Ele acha melhor ta aqui então do que na própria casa né, então eu acho que a gente não pode ta bloqueando isso, ele quer vir, ele se sente bem, esse é o nosso desafio.

Entretanto são relativamente poucos os jovens que frequentam o programa, como constata o coordenador: “É uma faixa etária difícil né, pra você ta arrebanhando, ta trazendo pra cá”. Isto é particularmente verdade já que no momento da entrevista participavam do programa 30 jovens, 7 no período da manhã e 23 no período da tarde.

Considerando que estar vinculado ao CRAS não é a única possibilidade de entrada no programa, essa pouca frequência ao programa no período matutino é explicada pelo coordenador pelo fato de que a maioria das escolas do município oferecem o Ensino Médio no período da manhã e a maioria dos jovens que frequentam o programa estão matriculados no ensino regular, como diz:

Só que nossa demanda maior é por causa da cidade mesmo, das escolas, das séries que eles frequentam que é a tarde. De manhã a gente tem muito pouco, é mais os repetentes né, assim que não estão na escola. Então nossa demanda é a tarde. Sempre na parte da tarde.

No entanto talvez essa explicação seja insuficiente, pois o coordenador ao falar sobre a participação no programa diz que há pouca demanda por parte de jovens que residem próximo ao local onde o programa está instalado, como afirma:

Então, assim, demanda a gente não tem. Não tem. Eu acabei indo nas escolas, sabe? E assim, o jovem, ele precisa do grupo mesmo. Eu vejo assim, eles podem vir em 2-3, mas eles alegam que desmotiva. Então tendo um grupo bom né, de 15-20 jovens, aí um anima o outro.

A pouca participação é assim explicada por um processo circular, pois poucos jovens vão ao programa e assim não consegue formar um grupo sendo que este é que os motivaria a permanecer nele.

A pouca frequência dos jovens ao programa é ainda explicada pela própria faixa etária deles, que é qualificada como complicada e onde os interesses se voltam ao ingresso no mercado de trabalho:

Então nosso foco é de 15 a 17 anos, é assim uma idade mais complicada, eles querem trabalhar né.

Essa dificuldade em arrebanhá-los pode também ser notada mesmo nos casos em que os jovens são encaminhados pelo CRAS, embora a família, representada pela figura da mãe, o deseje:

Muitos são encaminhados pelo CRAS. Igual eu falei né, tem umas mães que veem aqui e elas acham...O CRAS fala pra ela que tem nós, então a mãe vem, vem mas não traz o adolescente, ela, na cabeça dela, ela ta que o jovem tem que fazer né, então já aconteceu muitos casos disso...a mãe chega e faz a ficha, faz tudo. “Então, ele vai começar hoje?”, “Vai, vai começar hoje”. Mas o jovem nem aparece. Porque é aquilo que a mãe quer né. Então é isso que a gente sempre orienta. Você tem que trazer ele primeiro, ele que tem que gostar de vir, que não adianta você impor nada. Então não adianta a mãe, de repente ela acha, ela vai no CRAS e conversa e não, agora é isso. Ele tem que frequentar, ele vai, mas não é assim. Eu procuro sempre estar orientando as mães pra trazer o jovem. Eu acho que depois que ele se sente bem, ele te dá toda essa acolhida, porque a partir do momento que o jovem vem fica muito mais fácil. A gente apresenta a casa né, mostra tudo que a gente vai ta oferecendo pra eles, então fica muito mais fácil dele continuar aqui do que da mãe que ta que “tem que ir”.

Esta questão da demanda é um interessante item a se pensar, já que parece que o jovem é um espectador que tem que ir até o programa e se enquadrar nos critérios, mas quando ele vai espontaneamente tem que voltar para ser encaminhado pelo CRAS, e fixa-se a ideia de que os jovens não aderem, pois não estão interessados.

Ao pensar neste programa no contexto da cidade de Rio Claro observa-se que há um vínculo estreito entre o programa e o CRAS. Há também um vínculo com a Prefeitura Municipal, tanto é que os recursos necessários para manter o programa e desenvolver as atividades são repassados através da Secretaria de Ação Social do município, mas a frequência à escola para participar do Programa não é obrigatória. Apesar da maioria dos jovens do programa frequentarem o ensino regular, esta não é uma exigência na medida em que não se configura como critério para o ingresso, como pode ser observado na fala do coordenador quando diz:

Assim, não há, a gente tenta aqui encaminhar, por exemplo, se ele saiu da escola tenta né, nós e o CRAS, a gente tenta ajudar que esse jovem retorne, mas não é porque ele está sem escola que ele não pode frequentar o programa. Não é uma exigência, porque tem alguns locais que é exigência. Tem outros que você tem que ta na escola pra poder frequentar, ou você não pode, é a maioria. E assim, a gente não foca isso, porque eu acho que é nesse momento que o jovem precisa da gente né, pra gente fazer toda essa parte com ele, para que ele retorne, da importância que tem a escola.

Porém seja como for a dificuldade de ter jovens que participem dele permanece. Este programa foi escolhido para entrevista, pois de acordo com os documentos do programa, que estava em fase de reinício das atividades no momento de levantamento dos dados este comportaria 80 jovens, porém 50 destas vagas ainda estão em aberto, já que não há procura pelas vagas, mesmo que estas tenham sido previamente divulgadas.

Esta não participação dos jovens é bastante curiosa, já que a literatura diz e aponta que um grande problema é a falta de espaços de lazer e atividades culturais para os jovens, (SARRIERA et al, 2007, ABRAMOVAY E CASTRO, 2002) mas quando um programa se dispõe a fazer isso eles não vão.

Este programa apesar de conforme diz o coordenador, visar preparar os jovens para o mercado de trabalho, as atividades que desenvolvem não correspondem a tal objetivo já que desenvolve trabalhos na área de cultura e lazer.

3.2.3. Objetivos do programa

Quando questionado sobre quais seriam os objetivos do programa o coordenador relata que é o de colaborar para que os jovens atendidos não fiquem vulneráveis:

Então, o objetivo do programa né, é que o adolescente não fique vulnerável, para que ele não tenha assim, algo a desenvolver. [...] Então eles precisam de um local onde eles vão ser acolhidos.

A vulnerabilidade social dos jovens que frequentam o programa é constantemente falada e a atuação para reverter essa situação torna-se o foco principal do programa.

Assim, não precisa ser especificamente quando eles estão na vulnerabilidade mas assim, o foco maior é esse. Então vamos supor, o CRAS viu uma família que está vulnerável, tudo, ele encaminha o jovem pra cá.

Mas o que significa estar em vulnerabilidade? Concorde-se com Carrano e Dayrell (2002) que define os considerados vulneráveis como aqueles que não têm seus direitos sociais garantidos, situação que se origina a partir de processos de desigualdades sociais.

Para o coordenador, a vulnerabilidade social dos jovens participantes o colocam em situação de risco social demandando o acompanhamento deles pelo programa o que colaboraria para que não desenvolvam um “comportamento diferenciado”:

Então qualquer comportamento diferenciado do jovem, às vezes a gente percebe, às vezes o jovem até se abre em alguns momentos com a gente, principalmente com quem fica diretamente com eles né, que às vezes experimentou drogas, às vezes usou né, então a gente já fica sabendo disso e tenta articular com o CRAS né, pra que o CRAS esteja fazendo uma visita para essa família e veja o que está acontecendo.

A questão da vulnerabilidade para o coordenador está relacionada a uma renda familiar baixa que favorece o uso de drogas, como diz: “Às vezes usuário de droga né, assim, uma renda bem baixa, renda familiar bem baixa né.”

A culpabilização da família pelo comportamento dos jovens parece estar presente na fala do coordenador quando este diz, por exemplo, que sempre conversa com os jovens para entender o que está acontecendo, e a explicação está sempre relacionada a problemas no ambiente familiar, como afirma:

Muitos (jovens) a gente chama pra conversar, às vezes tem muitos problemas em casa, brigas né, “não aguento meu pai e minha mãe”, às vezes brigando, um problema que acontece, então ele acha que é melhor esta aqui. E aqui, a gente tem alimentação, às vezes a mãe trabalha o dia todo, não tem ninguém em casa, então ai a gente acaba abrindo essa exceção, não particularmente nós aqui, mas o CRAS encaminha e por tudo aquilo que passa, que a família passa, eles acham a necessidade do jovem ta vindo todos os dias, então a gente abre essa exceção.

Com relação à família dos jovens atendidos, o coordenador aponta que eles apresentam dois comportamentos com relação ao programa que são bastante discrepantes, onde ora o programa é visto como positivo e necessário e ora como algo secundário e até desnecessário.

Algumas famílias eu sinto assim, que gostam do programa, acham necessário. E às vezes eu sinto assim que algumas famílias acham melhor o jovem estar entregando panfleto na rua para ajudar em casa. Mas assim a sociedade acho que é meio a meio: alguns apoiam e outros não.

Contudo, nos casos em que não há o apoio da família, esta é responsabilizada por colocar os jovens em situações consideradas difíceis, e que posteriormente poderão se tornar problemas, visto que a família é percebida como determinante para que o jovem “não siga pelo caminho errado”, sendo “importantíssima” para o trabalho desenvolvido pelo programa:

Tem alguns que a gente consegue, mas muitos né..., alguns assim a gente tem que te a família junto, a família é importantíssima pra trabalhar junto com a gente,[...], mas muitas vezes acaba sendo complicado.

O não apoio da família ao programa é questionado:

Tem muitas mães que chegam aqui pra mim e falam: “ó ele não vem mais porque ele ta entregando panfleto”. Então a gente pergunta, “mas isso é o ideal pra ele?”, “ai mas eu to precisando de dinheiro”. Então a própria família coloca o jovem, expõe ele em uma situação difícil que pode acarretar problemas mais para a frente.

A necessidade de ter uma renda não é considerada pelo coordenador como justificativa para não frequentar o programa, embora ele em outro momento tenha dito que o interesse dos jovens nesta faixa etária é o trabalho, que inclusive é o foco central do programa. O acolhimento dos jovens parece ser apenas um dos objetivos do programa já que em outros momentos o objetivo apresentado é outro, como se vê:

E assim, a gente vê que o nosso trabalho aqui com os jovens, ele é um trabalho assim que os jovens vão passando por aqui. A gente não tem o jovem fixo, a gente nem quer, a gente quer prepará-lo pra que? Para o mercado de trabalho. É esse o nosso objetivo, o nosso foco principal né.

Essa preparação para o trabalho se relaciona a parceria com o menor aprendiz:

Ah, o programa é muito importante para os jovens nessa faixa etária de 15 a 17, porque ele vai ter aqui uma orientação. Aqui a gente tem uma parceria com o menor aprendiz, então vamos supor: se este adolescente se enquadra naquilo que a empresa ta precisando, a gente vai ta encaminhando pra lá, né, um problema que aconteça com ele, a gente vai ter a família em contato com o CRAS, e nós também para poder articular tudo isso.

Entretanto, a ênfase de uma atuação no acolhimento do jovem é recorrente, e para que o jovem tenha uma vida com menos riscos sociais o coordenador ressalta a importância de que eles sejam acolhidos pelo programa, ou seja, a importância do acolhimento pelo programa está em contribuir para tirar os jovens da situação de vulnerabilidade, que está também segundo o coordenador relacionada à falta de espaços que estes dispõem para frequentar e de atividades direcionadas a eles no município: “O adolescente, o jovem, porque eu acho assim, que a nossa cidade não proporciona muitas atividades para eles.”

Como a cidade não dispõe de locais onde os jovens possam “conviver socialmente”, o programa apresenta-se então como uma solução, como um local em que poderão ser

acolhidos, um local onde “ele pode conviver socialmente. Então eu acho que o objetivo é esse: o acolhimento.”

A importância do acolhimento dos jovens para o convívio social se faz bastante presente na fala do coordenador, que considera o programa como uma possibilidade para que o jovem considerado vulnerável não se envolva com o uso de drogas.

Pode-se supor que nestas colocações do coordenador está presente uma ideia de que a convivência entre os jovens deve se dar de modo supervisionado pelos adultos e preenchido com atividades consideradas adequadas a sua idade e embora em certos momentos os jovens participantes sejam qualificados como “amorzinhos” pelo coordenador, ele, em vários momentos, reforça a ideia de que a convivência entre eles e com eles deve estar sujeita a regras e disciplinas visto que são os profissionais que sabem o que estão fazendo para que não sigam pelo caminho errado, como diz:

Assim, não é todo mundo, assim, bonzinho né. Tem uns que acabam passando um pouco dos limites, mas a gente coloca que tem regras, a gente procura tá colocando um limite, que nos sabemos o que a gente tá fazendo. Ele tem a liberdade dele de expressão, mas não de ofender ninguém aqui porque aqui ninguém o ofendeu. Então às vezes a gente tem alguns problemas de comportamento mesmo.

Novamente a questão da atribuição de valores aparece, ou o sujeito é bom ou ele não é bom, atribuindo assim ao sujeito e a suas características individuais todo o significado do contexto em que vive.

Segundo o coordenador a equipe que trabalha diretamente com os jovens, tenta sempre estar desenvolvendo trabalhos para que estes não “sigam pelo caminho errado”:

Uma coisa que a gente está aqui como adulto, para ajudá-los, para orientá-los, para que eles não sigam pelo caminho errado, isso aqui é muito bom.

Contudo esta responsabilidade é compreendida como um desafio:

Então esse é o nosso desafio, porque o jovem estando na rua, ele vai estar aprendendo coisas erradas, ele vai ter o dinheiro fácil.

A importância do controle do tempo e das atividades dos jovens é então reforçado e qualificado como muito bom, pois impede que sigam pelo caminho considerado errado.

Simultaneamente o coordenador fala da importância de se ter uma vida saudável, como uma alimentação correta, que contribuiria para que o jovem, por exemplo, não se envolva com drogas ilícitas, como diz:

Às vezes o jovem não tem uma alimentação correta, porque a família passa por muita dificuldade, então aqui ele vai ter a parte da alimentação, o café da tarde, ele vai ter o café da manhã.

Os jovens do programa são caracterizados então como sujeitos que não comem direito e que vivem em situação de vulnerabilidade que impulsiona o uso de drogas, então se o sujeito vive em situação de vulnerabilidade social ele já é caracterizado como um possível e provável usuário de drogas.

Tudo isso apontado acima evidencia que o coordenador do programa caracteriza os jovens como sujeitos pobres que necessitam participar do programa por terem uma “renda familiar bem baixa”, não terem em casa uma alimentação correta e por viverem em uma situação de vulnerabilidade social que pode impulsioná-los ao uso de drogas ou a buscar maneiras de ter “dinheiro fácil”. Para o coordenador estes jovens devem frequentar o programa para que não tenham “qualquer comportamento diferenciado”, sendo considerado um comportamento diferenciado a experimentação e o uso de drogas.

Pelo que se observou a frequência ao programa tem como objetivo “que o adolescente não fique vulnerável”, pois segundo o coordenador pode ocorrer que “o jovem estando na rua, ele vai estar aprendendo coisas erradas”. Estas situações de vulnerabilidades são em alguns casos atribuídas a família, que, por exemplo, retira o jovem do programa para trabalhar na entrega de panfletos, ação que colabora para que os jovens possam ter problemas futuramente.

O programa também é caracterizado como um local, em que o jovem “pode viver socialmente”, esta definição é bastante interessante, já que são os responsáveis pelo programa quem cabe definir os lugares em que o jovem pode conviver socialmente. Deste modo, questiona-se porque o jovem não pode conviver socialmente em espaços abertos ou em outros espaços que não seja o programa e a resposta possível é a de que em outros espaços o jovem foge da supervisão e do controle do adulto, que é em última instância o que sabe ser adequado a ele. A questão do convívio social que é permitido constitui então uma interessante problemática a ser investigada nos demais programas e ações do município, e relacionado a isso se ressalta a importância de que os jovens sejam orientados. Esta orientação parece se desdobrar em duas vertentes: como preparação e auxílio para inserção no mercado de trabalho e/ou como um método para evitar que “um problema que aconteça com ele” ou ainda caso o problema já tenha ocorrido agir para tentar resolvê-lo, principalmente pelo intermédio do CRAS.

É possível perceber na fala do coordenador que, ainda que o programa tenha sido categorizado na área de cultura e lazer pelas atividades que oferece aos jovens conforme definido nos documentos, este tem como foco central preparar o jovem para o ingresso no mercado de trabalho. Esta informação é bastante interessante, pois ela não se encontra

disponível nos documentos, mas encontra-se na fala do coordenador, o que possivelmente sugere ser uma ação específica do programa do município estudado.

3.3. Sobre os documentos e a entrevista

Nos documentos dos programas da área de cultura e lazer, e também na entrevista realizada, um tema que aparece com bastante ênfase é a questão do tempo livre dos jovens, que é então controlado através da participação nos programas.

A cidadania aparece também nos documentos do Projeto Guri e do Segundo Tempo, e pode ser relacionada também com o que o coordenador do programa define como conviver socialmente, colocando assim a questão do resgate a cidadania como um ponto de encontro entre os programas desta categoria.

Os jovens participantes destes programas são caracterizados de um modo geral como socioeconomicamente carentes, mas são também denominados pelo programa Segundo Tempo como excluídos e vivenciadores de injustiça. Estes jovens, apesar de serem classificados como sujeitos vulneráveis não tem estas características demarcadas no documentos de forma tão acentuada como o foi na entrevista realizada, pois os relatos e as caracterizações destes jovens como possíveis participantes do mundo do crime aparece de forma enfática na entrevista.

O coordenador também caracteriza estes jovens como desprovidos de recursos até para se alimentar adequadamente, colocando como um dos fatores que motivam o jovem a frequentar o programa a alimentação que lhes é oferecida.

Observa-se então que os programas da área de cultura e lazer através do oferecimento de atividades diversificadas sendo estas o ensino de música, de esportes ou de oficinas utilizam-se de um aprendizado específico para evitar que estes jovens fiquem na rua e deste modo estejam vulneráveis a criminalização que vivenciam em seus bairros cotidianamente.

CAPÍTULO 4 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE

Neste eixo, como dito antes, podem ser enquadrados os programas Comunidade Terapêutica Peniel, Instituto Allan Kardek, Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”, Associação dos Deficientes de Rio Claro – ADERC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Rio Claro e Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I).

4.1. Os programas na área de saúde em documentos

4.1.1. Comunidade Terapêutica Peniel

A Comunidade Terapêutica Peniel de Rio Claro é uma entidade filantrópica que trabalha com a recuperação e reintegração de dependentes químicos (álcool e drogas) desde 1998. Este programa não tem fins lucrativos e é mantido por doações da comunidade e pela prefeitura do município. O programa atende exclusivamente jovens do sexo masculino, maiores de 18 anos e que tenham decidido voluntariamente participar do programa.

Este programa tem como objetivo ajudar no processo de recuperação de ex-usuários de drogas, reconstruindo “a história de vida e a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica e a reinserção social” (PENIEL RIO CLARO, 2013). A comunidade Terapêutica Peniel de Rio Claro visa oferecer um ambiente protegido, sendo um lugar que tem como principais instrumentos terapêuticos “a convivência entre pares e estudos bíblicos”.

Os membros da coordenação do programa são bastante religiosos e trabalham voluntariamente, enquanto que os demais funcionários, que são treinados e capacitados, recebem remuneração compatível com o cargo que exercem.

O programa tem capacidade para atender até no máximo 14 jovens, destes 7 são indicados pela prefeitura e as demais vagas são preenchidas por jovens de todo o país. Os jovens de fora do município, porém, tem de fazer um investimento financeiro para participar do programa composto pela taxa de inscrição no valor de R\$ 1500,00 e mensalidades no valor de R\$ 300,00.

Os jovens atendidos pelo programa em regime de internato podem ficar na instituição por um período máximo de 7 meses. A comunicação com família e amigos é realizada por meio de correspondências que antes de entregues ao jovem ou à família são lidas pelo

programa. Isto visa, segundo se descreve no sítio, evitar a entrada de drogas através da correspondência e também acompanhar a reconstrução dos vínculos familiares.

O programa desenvolve as seguintes atividades com os jovens: atividades devocionais (estudos bíblicos e orações); atividades de incentivo ao trabalho (horticultura, tratar de animais, trabalho na cozinha, lavanderia, limpezas gerais, manutenção elétrica e construção civil) e atividades de lazer, descanso, acompanhamento e aconselhamento individual. Estas atividades são distribuídas da seguinte forma: estudos da Bíblia (5 horas/dia), trabalho (5 horas/dia), lazer (1 hora/dia).

Como se vê, este programa está bastante apoiado na questão religiosa, em que os jovens atendidos dedicam quase metade de seu dia para esta atividade, segundo Dalgalarro (2004) a cura do vício das drogas através da religião se dá pelo fato de esta ser um possível efeito inibidor, em que quanto mais conservadora esta for, maior a probabilidade de um resultado positivo no tratamento.

4.1.2. Instituto Allan Kardek

O Instituto Allan Kardek, conhecido também no município como IAK foi inaugurado em 3 de Abril de 1960, atuando no momento da pesquisa há 54 anos. Este instituto foi instalado junto a Casa dos Espíritas, se constituindo como parte deste programa.

Hoje no município o Instituto atende a aproximadamente 120 crianças e adolescentes, com idade entre 3 e 18 anos. Os sujeitos atendidos pelo Instituto apresentam dificuldades de aprendizagem ou deficiência mental leve, de modo que, segundo o programa, “possuem alguma limitação quanto à convivência sócio-educativa, neurológica ou escolar”, e estas crianças e adolescentes são atendidos por profissionais das áreas médica, psicológica, pedagógica, social, ocupacional e odontológica.

O programa apesar de estar vinculado à prefeitura do município tem suas vertentes oriundas na religião, fato que é explicitado no próprio nome do Instituto. Este programa é coordenado por uma diretoria indicada pela Casa dos Espíritas. Os diretores são voluntários, mas os funcionários especializados são contratados pelo Instituto Alan Kardek e os professores disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município.

O instituto conta com uma estrutura composta por 12 salas equipadas onde são ministradas aulas no período da manhã e oficinas pedagógicas no período da tarde. Cada sala tem capacidade para no máximo 15 alunos, possibilitando segundo o instituto um aprendizado mais focado nos problemas individuais. Contudo, como descrito em seus documentos, o

objetivo é “superar a dificuldade do aluno e encaminhá-lo para a escola de origem”, ou seja, possibilitar o retorno destes alunos a escola regular.

O programa estabelece parceria direta com a Prefeitura, por meio das Secretarias da Educação e Ação Social, que disponibiliza professores e recursos financeiros. Além destes, o Instituto Allan Kardec conta também com doações de particulares, empresas, clubes de serviços, comércio e voluntários.

4.1.3. Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”

O Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória” (CHI) de acordo com sítio do programa é uma unidade de saúde especializada na habilitação de crianças e adolescentes que foi fundada em 1982. O CHI surgiu com o objetivo de atender crianças e adolescentes portadores de deficiência física, visual, auditiva, com má formação congênita labiopalatais, com múltiplas deficiências ou com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. O Centro de Habilitação Infantil atende hoje pacientes com deficiências físicas e sensoriais, com diversas patologias progressivas, má formações e síndromes como: deficiência física, deficiência neurossensorial, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, malformação congênita, doenças progressivas, fissura lábio-patalal, artrite reumatóide juvenil, transtornos globais do desenvolvimento e hemofilia.

O CHI conforme consta no folder disponibilizado pelo programa desenvolve um trabalho de habilitação para as crianças e adolescentes atendidos:

Com foco no trabalho voltado para a habilitação, o CHI atende a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento dessas pessoas de acordo com suas capacidades e limitações. A meta é a inclusão social, seja na família, no esporte, no lazer, na escola e no mercado de trabalho.

Observa-se, portanto, que de acordo com o que é colocado pelo programa este se apresenta como uma ferramenta que possibilita aos sujeitos com algum tipo de deficiência a possibilidade do que denominam como inclusão social.

As crianças, adolescentes e jovens chegam ao CHI de duas maneiras, por meio de indicação médica ou por procura espontânea da família. No momento de realização da pesquisa estavam sendo atendidas cerca de 600 crianças e adolescentes oriundos do município e de cidades vizinhas, sendo estas Itirapina, Analândia, Ipeúna, Corumbataí e Santa Gertrudes. Estes sujeitos são atendidos de maneira individual ou em grupo, e se estende também às suas famílias.

Além deste atendimento, o CHI desenvolve também um trabalho preventivo denominado “Programa de acompanhamento ao bebê de risco”, que visa prevenção e detecção precoce de possíveis desvios no desenvolvimento global do bebê. São consideradas situações de risco os casos em que o bebê apresentou condições consideradas prejudiciais ao seu desenvolvimento seja na gestação, durante o parto e/ou após o nascimento como, por exemplo, uso de drogas pela mãe, falta de oxigênio no parto ou meningite. Estes bebês são avaliados semestralmente e seu desenvolvimento global é avaliado, seus pais recebem orientações sobre as fases de desenvolvimento do bebê e sobre a melhor forma para sua estimulação. Este trabalho preventivo surgiu devido aos encaminhamentos tardios ao CHI, e se espera com o trabalho de prevenção possibilitar que os bebês possam atingir a todas as suas potencialidades dentro do desenvolvimento infantil evitando ou minimizando futuros comprometimentos.

Embora este programa tenha previsto que o início do acompanhamento deve ser feito quando a criança é ainda um recém nascido, os jovens também são incluídos no programa na medida em que continuam a ser acompanhados até que completem 18 anos ou até que tenham estabilizado o quadro de atendimento. Além dos atendimentos individuais são realizados com os jovens atendimentos coletivos em que estes são agrupados por idade, o que está de acordo com o colocado nos objetivos do programa que é proporcionar a integração social: “o objetivo é dar oportunidade para que os usuários desenvolvam suas capacidades e habilidades proporcionando maior integração social”. Contudo, o foco principal de atendimento são as crianças como indicado no sítio do programa:

Quanto antes uma criança, que apresenta alguma alteração no seu desenvolvimento neuropsicomotor, for inserida num programa de tratamento, mais benefícios ela terá em sua vida. A criança com deficiência tem limitações sim, mas há um potencial a ser desenvolvido e isto pode ser conquistado por meio do trabalho conjunto entre profissionais especializados, família e sociedade.

Desenvolver este potencial se constitui então como o principal papel do Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”.

4.1.4. Associação dos Deficientes de Rio Claro - ADERC

A Associação dos Deficientes de Rio Claro (ADERC) foi fundada em 1986 no momento em que, segundo relata o sítio do programa, “um grupo buscava para seus filhos um atendimento digno, respeitoso com conteúdo e formato que proporcionasse possibilidades reais de aprendizado e desenvolvimento”.

A sede do local funciona em um conjunto de salas disponibilizado pelo Grêmio Recreativo e Cultural da Bela Vista, e atende a crianças a partir de 6 anos, jovens e adultos com necessidades especiais. Segundo o sítio do programa a ADERC “cumpre papel de auxílio na parte de alfabetização, estimulação motora e ainda oferece oficinas para os atendidos”, que apresentam deficiência mental associada ou não a outra deficiência.

A ADERC desenvolve atividades durante todo o dia, no período da manhã as atividades são voltadas para os deficientes que apresentam um grau leve de deficiência com aulas de alfabetização e no período da tarde são oferecidas atividades aos deficientes que apresentam um grau de deficiência mais severo, as atividades são centradas na estimulação motora. No período da tarde ainda, para os alunos que frequentam as aulas de alfabetização, são oferecidas atividades de artesanato, pintura e culinária. Estas atividades atendem a pessoas com deficiência através da estimulação, da habilitação e do oferecimento de oficinas pedagógicas supervisionadas e orientadas por pedagogos e psicopedagogos.

A ADERC tem parceria com a prefeitura do município que oferece recursos financeiros e parte dos funcionários, e conta também com o apoio da Secretaria Municipal da Educação para o transporte de alunos em ônibus e vans e recebe a Merenda Escolar. A ADERC recebe também colaboração financeira da comunidade através dos associados que contribuem conforme desejam, de empresas parceiras e também promove eventos.

4.1.5. Associação de Pais e Amigos dos Especiais (APAE)

A Associação de Pais e Amigos dos Especiais (APAE) Rio Claro iniciou suas atividades em 1964, ocupando locais emprestados pelo Instituto Allan Kardec e pela UDAM, tendo inaugurado sua sede em 1978. O programa no município iniciou suas atividades com o objetivo de atender aos deficientes mentais, auditivos e visuais através do oferecimento de atividades artesanais. Posteriormente em 1982 a APAE foi autorizada pelo governo estadual a desenvolver atividades educacionais de educação especial.

A APAE desde o início de sua existência estabelece convênios com as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, e desenvolve também parcerias com órgãos nacionais e internacionais para obtenção de recursos que possibilitem o desenvolvimento de seu trabalho e ampliação de seu patrimônio, portanto conforme relatado no documento disponibilizado esta é mantida através de recursos públicos municipais, estaduais e federais e também através de recursos próprios provenientes da organização de eventos e de doações.

Segundo o documento disponibilizado pela APAE esta desenvolve seu trabalho em quatro áreas como descreve abaixo:

Hoje a APAE Rio Claro – SP organiza-se em 4 áreas: Assistência Social, Saúde, Educação e Gestão, seu funcionamento tem como base o planejamento estratégico, tático e operacional e, em todos os níveis estratégicos trabalha com diagnóstico, planejamento, execução, avaliação e monitoramento.

Este trabalho segundo os documentos tem como objetivo “promover ações que busquem a realização plena da pessoal com deficiência para o exercício da cidadania, e de suas famílias, de modo a alavancar a construção de uma sociedade sustentável.”

Hoje o programa oferece atendimento na área da Educação nível de Ensino Fundamental e Projetos especiais de Educação com os programas nas áreas artística com teatro, dança e artes cênicas, e na área esportiva com atividades de atletismo, educação física e equoterapia. A APAE não atua com um grupo social específico, atendendo toda a comunidade do município e região que procura o programa.

Os documentos disponibilizados mostram que além do atendimento descrito acima a APAE tem também uma preocupação específica com a gestão de pessoas, na medida em que frequentemente oferece, tanto de forma interna como externa, cursos, seminários, fóruns, simpósios, participação em congressos e conferências, enfim participa e desenvolve eventos científicos e também elabora documentos técnicos, administrativos e manuais que servem de referência para o atendimento de pessoas com deficiência e para a acessória técnica administrativa de pessoas físicas e jurídicas.

Como forma de reconhecimento ao trabalho que desenvolve a APAE recebeu nos anos de 1998, 2001 e 2004 o Prêmio Bem Eficiente e em 2006 recebeu o prêmio das 50 melhores entidades da década.

4.1.6. Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I)

O CAPS I é o Centro de Atenção Psicossocial direcionado a faixa etária infanto-juvenil que atende a crianças, adolescentes e jovens que apresentam transtornos severos psíquicos persistentes, como por exemplo, autismo, psicoses, deficiência mental com comorbidade psiquiátrica grave, neuroses graves e uso prejudicial de álcool e outras drogas. Em 2013 foram atendidos cerca de 300 sujeitos distribuídos da seguinte forma: 32% usuários de álcool e outras drogas; 49% apresentaram transtornos severos/persistentes e 19% em processo de avaliação.

O CAPS I iniciou suas atividades no atendimento a população indicada acima em julho de 2013, se constituindo como parte do programa mental do município de Rio Claro. É destinado a prestar atenção diária através do atendimento individual, em grupos, visitas domiciliares, assistência a família e atividades comunitárias.

Nos atendimentos oferecidos pelo CAPS I são oferecidas atividades terapêuticas, assistenciais e comunitárias, e estas atividades se iniciam através do acolhimento do indivíduo, momento em que se dá a entrada do sujeito e de sua família no serviço. Os atendimentos são realizados por uma equipe multidisciplinar constituída por psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistente social, enfermeiro, técnico em enfermagem, equipe de apoio administrativa e um médico psiquiatra.

Conforme relatado no documento disponibilizado pelo programa no CAPS I os usuários recebem atendimento de três formas: regime intensivo, semi-intensivo e não intensivo, que ocorre no período contrário ao escolar. De acordo com os documentos, muitos dos casos atendidos são discutidos com diversos setores que compõem a rede de atenção à criança e ao adolescente, tais como CRAS, CREAS e escola. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 11h e das 14h às 16h; e o de acolhimento é de segunda a sexta, das 8 as 11 e das 14h às 16h.

O CAPS I é mantido financeiramente pela prefeitura, mas também recebe repasse de verba do Governo Federal.

4.2. A atuação na área de saúde na entrevista

Como previsto, foi realizada entrevista com um coordenador do eixo saúde.

4.2.2. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas

O coordenador entrevistado faz parte de um programa de saúde mental que é estruturado tanto para o público infantil quanto para o adulto, como fala o coordenador:

Ele é um serviço né, do que faz parte? Do programa de saúde mental. É assim ele é parte de um programa de saúde mental. Esse programa de saúde mental é estruturado tanto pro publico infantil quanto pro público adulto.

O trabalho desenvolvido pelo programa no atendimento às crianças e jovens é recente no município, estando presente a cerca de um ano. O programa foi criado como um modo de tentar suprir uma necessidade no município, como conta o coordenador:

O serviço inaugurou em julho de 2013. Mas a equipe começou a ser contratada em maio de 2012, então assim, foi se formando aos poucos, foi procriando da demanda, porque tinha uma lacuna no município referente a esses casos mais agravados.

Os casos mais agravados que o coordenador se refere são:

[...] atende transtornos severos, persistentes, e o uso abusivo de álcool e outras drogas então é uma demanda da saúde mental.

O programa tem então como objetivo promover atendimento aos sujeitos apresentados acima e que estão na faixa etária dos 3 aos 18 anos de idade incompletos. Os pais também são chamados a participar do programa porque segundo o coordenador essa participação potencializa o tratamento.

A gente tem os grupos tanto dos adolescentes, das crianças, como também os grupos dos pais que são importantíssimos pro cuidado. Pensar em clínica da infância não dá pra pensar sem o cuidado dos pais, apesar da adesão ser difícil.

Segundo o coordenador o programa é a porta de entrada para o programa de saúde mental do município, na medida em que é ele quem faz os encaminhamentos quando necessário:

Então assim o programa é a porta de entrada, então todos os casos chegam aqui no programa. Independente do encaminhamento e independente de ser um caso que caracteriza nossa demanda ou não. Se for um transtorno severo né, uma psicose, uma neurose grave, ele vai ser cuidado aqui, senão se tiver uma queixa em saúde mental a gente vai avaliar o encaminhamento apropriado.

Todavia ele critica esta situação de porta de entrada com a qual o programa se encontra, explicando que esse atendimento inicial deveria ocorrer na atenção básica:

Isso não é legal. A diretriz ministerial é que a porta de entrada seja a atenção básica, mas isso ainda não é possível no município. Por quê? Porque é a lógica da especialidade né, a saúde mental ela também é parte da saúde então ela também tem que estar no território e a luta da reforma é exatamente essa: que o indivíduo seja integrado ao território tendo em vista os limites e as possibilidades dele. O ideal seria na atenção básica, acontece que não é. Então todos os dias a gente faz, tem uma profissional responsável pelo acolhimento.

Ou seja, na perspectiva do coordenador o indivíduo deveria ter seu diagnóstico nos atendimentos de saúde básica que estão presentes em sua comunidade, porém como isto não ocorre, mesmo não sendo considerado o ideal, o programa desenvolve este trabalho de atendimento inicial dos sujeitos que o procuram, como fala o coordenador:

Todo mundo que chega dentro da faixa etária, independente da demanda, vai ter uma escuta. As pessoas podem vir espontaneamente, temos muitos casos que a procura é espontânea, e outros, a gente tem muito encaminhamento das escolas, muitos encaminhamentos do Conselho Tutelar também. Todos os serviços, eles podem encaminhar. Ou demanda espontânea ou referenciada, a gente atende as duas.

Dada a diversidade de problemas afetos à área de saúde mental, o coordenador diz que as atividades oferecidas no âmbito do programa variam de acordo com as necessidades de cada pessoa. Cada um tem um projeto terapêutico diferenciado:

O programa dá a possibilidade de que a partir de cada indivíduo elabore-se um projeto terapêutico, a grosso modo falando. Então assim, aquela criança ela tá num surto ela precisa ficar o dia todo, os dois períodos, então ela pode ficar. Mas ele (programa) tem uma lógica de atendimento de não estar dentro da clínica enfiado. O programa prioriza os atendimentos semanais pontuais que, em muitos dos casos resolve. Mas nesses casos mais agravados não, então a gente tem essa possibilidade de fazer mais atendimentos por mais tempo, então tem adolescente, tem criança que passa as tardes, as manhãs, tem um que vem três dias na semana, outros, dependendo do momento, vem os cinco. Então é uma lógica substitutiva ao hospital psiquiátrico.

Para o coordenador o trabalho do programa é desenvolvido na lógica de clínica ampliada:

Então assim, a gente tem várias oficinas, é que, assim, o programa trabalha numa lógica de clínica ampliada, então a gente entende que o espaço aqui tem que ser um espaço terapêutico tanto nas atividades estruturadas como nas oficinas.

O atendimento desenvolvido é assim diferenciado do atendimento hospitalar, sendo as oficinas o meio básico de atendimento:

Não é escola né, então das 8 as 9 horas tem um grupo, toca o sinal, das 9 as 10 tem outro. Aqui tem um espaço pra eles circularem e nesse circular eles acabam se vinculando com os profissionais, acabam se vinculando com os outros usuários do serviço e aí emerge muita coisa importante que é trabalhada, ali no momento, né, então rompe um pouco a lógica do psicólogo na salinha fazendo o atendimento. Então todo espaço aqui a gente tem que entender como um espaço potente pra elaborações.

Assim, os atendimentos podem ser tanto de questões que emergem no momento como através de grupos pré-definidos caso em que os usuários participam das diversas oficinas existentes no programa, como conta o coordenador:

A gente tem oficina de artesanato, que é a que tá acontecendo agora. A gente tem algumas oficinas avaliativas para casos que chegam e muitas vezes a gente não consegue de cara entender direito o que que é, se é uma demanda nossa, se não é, então fica pra essas oficinas avaliativas. Temos oficina de beleza pra trabalhar com as questões da autoestima e tudo que permeia isso. Oficina de Rap. Temos oficinas externas. Tem oficina de linguagem e expressão pra eles trabalhar essa questão da comunicação, de se colocar. Deixa eu lembrar mais...oficina de brinquedo. de produzir brinquedo. Esses espaços são espaços que as questões deles emergem e são trabalhadas né. Acho que, algumas oficinas externas também a gente vai pro Sest/Senat.

A participação nas oficinas é definida de acordo com a necessidade de cada indivíduo. O coordenador conta que estas atividades são desenvolvidas com dois públicos bem diferentes e que os usuários de álcool e drogas têm mais difícil inserção no programa pelo fato de que o frequentam por determinação judicial:

Os usuários de álcool e drogas muitas vezes chegam aqui encaminhados pelo judiciário, então são casos que são judicializados. Eles vêm como... inicialmente como a obrigação de estar, porque eles tem ali um cumpra-se que eles tem que cumprir a medida.

Nestes casos os jovens são caracterizados como uma população que dificilmente adere ao programa, e ele aponta "Então é assim, depende muito né, mas tem que haver, tem que ter um trabalho pra vinculação, porque é uma população de difícil adesão, essa de álcool e drogas principalmente."

No entanto, para o coordenador, nem todos os jovens frequentam o programa por que são "obrigados", há também uma parcela que frequenta o programa por demanda espontânea. Neste sentido o coordenador enfatiza que trabalham com essas singularidades as quais tem implicações na forma de atendimento que é desenvolvido:

Uns vem já com essa intenção de parar e tudo mais. Assim não dá pra gente generalizar, porque aqui é um serviço de singularidades. Depende muito do tempo que eles têm de uso. Temos histórias que foi legal, o caso caminhou bem, que dá pra falar de sucesso, outras não, então vai muito do momento.

As atividades desenvolvidas com os sujeitos usuários de álcool e drogas do programa, de acordo com o coordenador, seguem a mesma metodologia das atividades desenvolvidas com os jovens portadores de outros transtornos:

É aquelas mesmas que eu coloquei né então mas assim...os grupos, o grupo específico né a gente tenta fazer uma engenharia aí dos casos pra agrupar e tudo mas tem alguns grupos que são restritos pra esse público porque são duas clínicas muito distintas né a clínica do álcool e drogas e a clínica do transtorno[...], mas as intervenções elas são diferentes. Então em alguns momentos a gente da conta de juntar em outros não então é...e dependendo do momento ali enfim então tem alguns grupos que são específicos pra esse público tem outros que não tá.

Como exemplo de atividade realizada exclusivamente para o grupo de usuários de álcool e drogas encontra-se a oficina de Rap, conforme fala o coordenador:

A oficina de hip hop que dá a gente através das músicas...a oficina de hip hop não...a oficina de Rap, através do Rap a gente, as técnicas, levam e eles vão trazendo as histórias e vão fazendo alguns amarelos, aí que é algo muito próximo da realidade deles que eles adoram né é uma oficina que eles gostam muito, então e daí vai emergindo as questões.

No entanto, para o coordenador a questão central do atendimento desses jovens não é a questão da droga e sim a vida do sujeito.

Quando a gente atende um menino que é usuário de álcool, drogas e faz uso abusivo, a gente nunca tenta focar na droga, ninguém tá aqui pra ficar puxando orelha né, a gente tá aqui pra olhar ele e que lugar essa droga ocupa na vida dele que ele chegou a ponto de tá num serviço especializado de saúde, porque assim quando ele chega aqui ele já tá com os vínculos todos, na maioria das vezes, ele tá com os vínculos todos destruídos, ele já não tá mais na escola entendeu? Então a leitura não é do uso, mas do sujeito que usa e o lugar que essa droga ocupa dentro da vida desse sujeito.

Diferente dos demais programas que temos discutido nesse trabalho a entrada no programa não está vinculada a questões socioeconômicas:

Nossa demanda é independentemente de nível socioeconômico, não é um serviço...é um serviço da saúde assim como qualquer outro, é SUS. Todo mundo tem que ser atendido, é um dos princípios do SUS.

Apesar de todos os que procuram o programa e se encaixam no perfil serem atendidos, o coordenador comenta que os principais atendidos consistem em sujeitos da classe média baixa: “Classe média, classe média baixa acaba tendo mais, mas a gente atende todas as classes.”

A diferença com os outros programas fica assim acentuada. E embora o coordenador diga que os recursos necessários para a execução do programa é do Governo Federal e municipal, o que o caracteriza como “um serviço público”, os demais programas analisados também recebem verbas de órgãos públicos, mas seu foco é a população vulnerável.

4.2.3. Os objetivos do programa

Como já vínhamos apontando acima, o coordenador quando questionado sobre quais seriam os objetivos do programa diz que é inserir os sujeitos atendidos na sociedade:

Eu acho que assim né, o objetivo do programa é o objetivo na verdade da reforma, da luta, eu acho que se a gente conseguir fazer com que esses sujeitos, independente das limitações que um diagnóstico impõe, tenham uma inserção na sociedade, eu acho que esse é o nosso legado. Possibilitar que dentro dos limites e possibilidades eles estejam inseridos na sociedade.

O coordenador conta também que este objetivo surge a partir da reforma psiquiátrica que rompe com a lógica manicomial:

Teve um movimento que é o da reforma psiquiátrica, porque antes a lógica da saúde mental era uma lógica manicomial, então assim, acho que é o que a gente pensa, a gente associa loucura com hospital psiquiátrico, aquele corredor enorme, as pessoas loucas ali e esse movimento da reforma, ele traz uma mudança paradigmática porque ela para de olhar o sujeito como homem excluído da sociedade e busca incluir só que pra que isso aconteça esses hospitais tem sido fechados né, porque existem poucos hospitais aí nos moldes antigos.

Esta reforma da qual o programa participa objetiva, como foi relatado pelo coordenador, incluir o sujeito na sociedade, sendo o programa um dos principais substitutivos dos hospitais psiquiátricos. Para o coordenador, este objetivo é difícil de ser alcançado sendo o trabalho em rede apontado como um importante fator para a concretização desse objetivo:

Então eu acho que é isso. Eu acho que a lógica do programa é muito difícil porque a gente trabalha com uma demanda que é muito pesada né e que tem um estigma social muito grande que é a história da loucura e ou a questão da drogadição que tá muito atrelada no imaginário da população, que tem muito a ver com a criminalização e tudo mais. Então é difícil né. Eu vejo que o programa não consegue trabalhar sozinho. Os casos que a gente vê que da uma andada legal são os casos que a gente consegue costurar uma rede de cuidados.

O programa considera assim o trabalho em rede bastante importante e tenta, na medida do possível, estabelecer contato com as escolas municipais e estaduais:

Então a gente nesse um ano, a gente já teve parcerias interessantíssimas com algumas escolas, uma inclusive de um paciente nosso que tava com muita dificuldade de se socializar na escola e aí a gente pensou numa estratégia de inserção de uma outra pessoa com ele e o caso andou de uma maneira muito legal, só que pra gente chegar nisso a gente teve que sentar e discutir o caso varias vezes com vários atores da rede. Sinto uma abertura muito grande das coordenadoras da educação municipal a estadual. Tem algumas que a gente consegue o dialogo, então dependendo do caso a gente chama e senta pra conversar.

Neste sentido, um dos objetivos estabelecidos pelo programa consiste também em estabelecer parcerias com as escolas do município para que compreendam como o trabalho do programa é desenvolvido e quem pode ser atendido. Há um ano e meio o programa desenvolve um projeto denominado “matriciamento” em que no horário de HTPC são discutidas questões relacionadas à saúde mental. Este projeto surgiu principalmente pelos diversos encaminhamentos errados que o programa recebe, como fala o coordenador:

Essa história do matriciamento nas escolas é uma primeira rodada. Foi um pouco apresentando os serviços porque a gente percebia que chegava muito caso aqui pra saúde mental que era pra ser encaminhada pra outros serviços ou que então encaminhamentos errados que geram um transtorno, a família vem até aqui.

Este trabalho ainda não é suficiente, já que segundo o coordenador objetiva-se ampliá-lo:

A gente pensa no futuro expandir isso e deixar um espaço mais aberto mais né... que acaba sendo um pouco verticalizado entre a professora e o tema de saúde mental. Tem a troca sim, mas acaba sendo um espaço mais de formação mesmo né pra esses temas da saúde mental

O trabalho em rede ocorre também quando a escola também vai até o programa:

Nas reuniões de equipe também a gente tem uma abertura, vira e mexe vem coordenador, diretor de escola. Semana passada mesmo veio uma coordenadora e a diretora trazer casos que elas tão com dificuldade de encaminhar pro serviço. Eles vêm pedindo algumas orientações então a gente tem essa abertura sim pra discutir os casos.

A descrição do que o coordenador considerado um trabalho em rede nem sempre se constitui como tal, já que na rede, como é colocado pelas autoras Castro e Oliveira (2009,

p.240) a complexidade das questões envolvidas com a manutenção dos direitos requer a ação de mais de uma política e que se considere a população de forma integral. Essa complexidade impossibilita que qualquer ator consiga, de maneira isolada, abordar e controlar toda a situação. Para alcançar determinado objetivo, é necessário somar seus recursos aos de outros atores.

Os jovens atendidos pelo programa são então sujeitos que seja por suas deficiências físicas, intelectuais ou pela dependência química em álcool ou drogas encontram-se socialmente excluídos da sociedade, já que diferem do padrão de jovem estabelecido pela sociedade.

4.3. Sobre os documentos e a entrevista

Neste capítulo foram agrupados os programas que atuam na área de saúde. Estes programas atuam sobre dois grupos específicos de jovens, os jovens portadores de deficiências diversas e jovens que se encontram sob o vício de álcool e drogas.

Apesar de nos documentos dos programas estudados haver relatos de que as atividades desenvolvidas pelo programa incluam também as famílias dos atendidos essa afirmação não se confirmou na entrevista realizada com o coordenador do programa. Essa afirmação não se mantém já que não há relatos de que esta interação com as famílias dos atendidos de fato ocorra.

Dois dos programas da área de saúde, como já indicados, tem uma vertente religiosa, mesmo não concordando plenamente com a indicação desses programas como políticas públicas, estes por terem sido indicados como tal foram objetos das análises desta pesquisa.

Observa-se então que mesmo com características bastante peculiares frente outros eixos, os programas da área de saúde e principalmente o programa entrevistado, atendem sujeitos excluídos, não mais diretamente vinculados a uma questão social, mas sim por questões de saúde dos indivíduos. Em nenhum momento o coordenador entrevistado vincula os indivíduos atendidos no programa, mesmo aqueles que são usuários de álcool e drogas e que estão nele por uma ordem judicial, a questões socioeconômicas, já que a ótica é a ótica da saúde.

CAPÍTULO 5 - OS PROJETOS PÚBLICOS DIRECIONADOS AOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO: PROJETOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ABRIGO

5.1. Os programas de caráter assistencial em documentos

Neste eixo são enquadrados dois programas o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

5.1.1. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS é uma unidade pública e estadual de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo informação disponibilizada em seus documentos, o CRAS tem como intuito “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais” (CRAS, 2013), como diz:

Prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento das capacidades dos atendidos, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania. É uma unidade pública de referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de Proteção Básica do SUAS.

Para a concretização de tal objetivo o CRAS conta com um quadro de funcionários composto por 1 coordenador, 1 psicólogo, 2 assistentes sociais e uma equipe de apoio.

O CRAS é, portanto, o primeiro acesso das famílias aos direitos sócio assistenciais, que visa prevenir as situações de riscos sociais e vulnerabilidade através do “desenvolvimento de potencialidades e aquisições”.

O CRAS é responsável pela inclusão das famílias nos programas de transferência de renda como, por exemplo, Bolsa Família, Ação Jovem e o Renda Cidadã. Estes programas de transferência de renda segundo o CRAS estão atrelados a prevenção de riscos sociais e vulnerabilidades, que atua, através de investimentos financeiros para que esta situação seja de alguma forma transposta, e além deste serviço, há também outros descritos no documento disponibilizado, contudo não há uma descrição do que se desenvolve em cada programa. Quando o CRAS em seus documentos elenca quais atividades desenvolve são apresentadas as seguintes:

- PAIF – Programa de Atenção Integral a Família;
- Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

- Inclusão de famílias na rede socioassistencial;
- Concessão de benefícios eventuais;
- Concessão de carteira do idoso para transporte interestadual;
- Orientação para inclusão de pessoa com deficiência e pessoa idosa no BPC – Benefício de Prestação Continuada;

- Orientações e encaminhamento à rede de serviços municipais.

Estes programas são desenvolvidos de forma setORIZADA, na própria comunidade através de 7 CRAS, localizados principalmente nos bairros considerados “carentes”, a saber:

- CRAS Região Jardim Bandeirantes;
- CRAS Região Jardim Independência;
- CRAS Região Bairro do Estádio;
- CRAS Região Jardim Panorama;
- CRAS Região Jardim Bonsucesso/ Novo Wenzel;
- CRAS Região Jardim Brasília;
- CRAS Região Jardim Terra Nova.

5.1.2. Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)

O CREAS também é uma unidade pública e estadual de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferece segundo é descrito em seu documento “serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados” (CREAS, 2013). Este tem como objetivo “orientar e acompanhar a família com um ou mais de seus membros em situação de ameaça, violência, e violação de direitos, contribuindo para a reparação dos danos” (CREAS, 2013).

O CREAS oferece “apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais” e atua no acolhimento de vítimas de violência, no desenvolvimento de ações que colaborem para diminuir o desrespeito aos direitos humanos e sociais. Este atendimento técnico especializado, conforme é relatado no documento disponibilizado, tem como fim “potencializar a capacidade protetiva da família e do indivíduo, visando cessar a situação de risco vivenciada.” (CREAS, 2013).

No município este programa atende a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, vítimas de violência ou com seus direitos violados. Estes sujeitos são atendidos através dos seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimentos Especializados a adultos, idosos e suas famílias;
- Serviço de Proteção e Atendimentos Especializados a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e suas famílias;
- Serviço de Acompanhamento em Acolhimento e Desacolhimento Institucional / Descumprimento das Condicionalidades do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade.
- Serviço especializado em Aproximação Social com pessoas em situação de rua.

No município, o CREAS desenvolve as atividades descritas acima através da atuação de assistentes sociais, psicólogos, técnicos em desenvolvimento social e assessor jurídico. Estes profissionais trabalham em dois endereços bem próximos e só não estão localizados no mesmo espaço, pois nenhum dos locais apresenta infra-estrutura completa, mas as sedes do programa, apesar de desenvolver um trabalho direcionado a população considerada carente está instalada em um bairro não considerado como tal.

5.2. Os programas de caráter assistencial na entrevista

Conforme previsto foi realizada entrevista com um coordenador dos programas que atuam na área assistencial.

5.2.1. A criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas

Segundo o coordenador o programa entrevistado tem como função oferecer atendimento aos sujeitos atendidos pela Secretaria de Ação Social de forma descentralizada, como diz:

Hoje nós temos 7 que são em Rio Claro. Estamos caminhando para o 8º que vai ser inaugurado logo mais, em maio ou junho, no bairro Mãe Preta e aí descentraliza aquele atendimento que tava todo voltado pra Secretaria, eles vão sendo feito nos bairros.

A existência de diversos programas distribuídos pelo município é explicado por ele como decorrente de uma política estabelecida pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que visa a descentralização do atendimento:

Na verdade a política do SUAS do Sistema Único de Ação Social, prevê essa descentralização de atendimentos na medida em que os municípios vão descobrindo

as necessidades das famílias eles vão fazendo um mapeamento e abrindo para atender aquela região.

O programa como explica o coordenador recebe verba disponibilizada pelo Governo Federal, mas que segundo ele é insuficiente já que o montante seria suficiente apenas para a manutenção de dois pólos do programa, de modo que a prefeitura também disponibiliza recursos para este programa:

O programa é mantido pelo Governo Federal, vem uma verba do governo Federal e essa verba é repassada pra ir sendo distribuída entre os programas. Na verdade eu te falei que a gente tem 7 em Rio Claro mas a gente recebe do Governo Federal subsídios pra 2, e essa verba que vem do Governo Federal é distribuída entre os 7 que tem. Lógico que tem também uma boa injeção de fundos do município, a própria Prefeitura injeta também no programa.

No município, o programa atende por meio de programas sociais jovens, mulheres e idosos, como conta:

Ele atende famílias com programas sociais, e daí então atende tanto os programas Federal, Estadual e o Municipal. Assim na cobertura das famílias, existe o Bolsa Família, um outro programa é o Renda Cidadã, o outro é a Ação Jovem que é voltado para os jovens, tem também o Projovem. Todos esses programas são oferecidos às famílias.

Os atendidos pelo programa, contudo, são os sujeitos que o procuram, ou seja, os projetos somente são oferecidos para quem o procura e se enquadra nos critérios estabelecidos pelo SUAS, critérios relacionados principalmente a renda.

Não é o programa que elege a família, a família vem ao programa, faz o cadastro e aí nós encaminhamos a família para o Cadastro Único que é o cadastro geral, esse Cadastro Único é alimentado para o governo federal. Aí a família faz a inscrição lá, apresenta documentos: renda per capita e tudo mais, e o cadastro único envia isso pra Brasília pro Ministério do Desenvolvimento e Ação e elege ou não a família para algum programa.

No programa é desenvolvido o programa Ação Jovem que tem por objetivo incentivar o retorno e/ou permanência dos jovens na escola, estimular a conclusão do ensino básico, promover ações complementares, propiciar acesso a cursos profissionalizantes e favorecer a iniciação no mercado de trabalho. Este – o projeto Ação jovem - é um programa de transferência de renda destinado a jovens entre 15 e 24 anos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ele é voltado pra jovens de 15 a 24 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, às vezes tá até estudando e tal, mas a família é muito carente e família necessita de alguns recursos, e aí a gente atende esse jovem. Ele recebe uma bolsa de R\$ 80,00 mensais.

Os jovens que frequentam o programa participam semanalmente de reuniões com um técnico. Nestas reuniões são desenvolvidas atividades de cultura e lazer como leitura de livros, artesanato e debates sobre um tema escolhido, estas atividades são elaboradas através de parceria estabelecida entre os jovens e os técnicos e devem estar articuladas nos eixos do programa, que são: educação, cidadania e meio ambiente, trabalho e empreendedorismo, pluralidade cultural, esporte e lazer e saúde.

Existe alguns eixos que são obrigatórios, mas dentro desse eixo que atividades que podem ser trabalhadas com eles, e ai eles constroem junto o programa. Os eixos que temos que trabalhar com eles são: educação, cidadania e meio ambiente, trabalho e empreendedorismo, pluralidade cultural, esporte e lazer e saúde. Dentro desses quatro eixos, a técnica trabalha com eles atividades, que tipos de temas, ações, então eles assistem filmes, eles leem livros, eles constroem poesias, fazem cartazes, vão as escolas do território.

Com relação a educação observa-se que a escolarização é obrigatória para que os jovens participem do programa, ou seja, a contra-partida exigida para a participação no programa é estar frequentando regularmente uma unidade escolar, podendo ser no Ensino Médio ou no Ensino Fundamental. Os jovens participantes do programa recebem estão uma bolsa para estudar.

A questão de cidadania é pensada neste programa através da intervenção do jovem em sua comunidade:

No eixo de cidadania sempre tem uma ação que é voltada pra algum aparelho, seja uma escola, seja uma ONG, aonde eles vão e dão parte do período deles em uma ação para as crianças ou idosos, então é bem legal trabalhar essa questão da cidadania com eles.

No entanto esta intervenção transfere para o jovem uma responsabilidade que não lhe cabe, já que sua atuação de forma singular não colaborará ou colaborará de forma muito pouco significativa para esta comunidade, já que se configura como uma atuação isolada. Para Spósito e Carrochano (2005) esta proposta tem seus limites visíveis, pois segundo elas essa mudança só será possível se o mundo adulto reconhecer e criar condições para a realização destas ações, concluindo então que se “atribui ao jovem uma tarefa difícilíssima - a de transformar a sua "comunidade", em geral desprovida de equipamentos públicos e serviços que assegurem um mínimo de qualidade de vida” (SPOSITO E CARROCHANO, 2005, p. 150).

Na fala do coordenador o meio ambiente é pensado no sentido em que se discute a importância de um consumo consciente dos bens naturais.

Com relação ao tema trabalho e empreendedorismo o que se vê é que este programa quer que os jovens se insiram no mercado de trabalho, inserção esta que é valorizada pelo fato

de que mesmo que o jovem se insira no mercado de trabalho e não tenha mais disponibilidade de horário para participar da reunião com os demais jovens do Ação Jovem, ele continua a receber a bolsa até a conclusão de sua vigência que é de 24 meses. Este eixo também é identificado no momento em que os jovens do programa são constantemente convidados a participar dos cursos de formação profissional do programa. Ressalta-se, porém que estes cursos pouco colaboram com a vida profissional dos jovens já que são atividades que exigem pouca qualificação e conseqüentemente dão pouco retorno financeiro.

Outro eixo que é desenvolvido com os jovens é a pluralidade cultural em que são desenvolvidos com os jovens atividades em grupo de discussão de temas relacionados a diversidade e elaboração de materiais como poesias e cartazes. E por fim no que se refere a esporte, lazer e saúde a equipe técnica através das reuniões e rodas de conversa discute estes temas a partir da realização de dinâmicas e discussão de filmes.

Os jovens participantes deste programa devem frequentar semanalmente o programa, e essa frequência é obrigatória, sob pena do jovem ser desligado do programa caso falte. É possibilitada a não frequência ao programa somente no caso dos jovens que ingressam no mercado de trabalho. Estes jovens continuam a receber a bolsa, mas são liberados da participação das reuniões semanais que ocorrem no programa.

No momento de realização da pesquisa estas reuniões estavam ocorrendo apenas duas vezes ao mês devido a falta de profissionais para esta atividade, pois segundo o coordenador há uma psicóloga responsável pela gestão desta atividade, mas como esta se retirou do cargo um novo profissional irá ser contratado, porém não há até então previsão de quanto tempo demorará esta contratação. Com este déficit no quadro de funcionários as reuniões que deveriam ocorrer semanalmente estão sendo desenvolvidas, de modo provisório, quinzenalmente.

Os jovens que participam do programa Ação Jovem têm que necessariamente pertencer a famílias que são atendidas pelo programa já que como relata o coordenador estas vagas são divulgadas somente no interior do programa e não na comunidade.

Se há uma necessidade, se a família diz que tem um jovem que tá estudando e tem uma situação de baixa renda, uma per capita econômica muito baixa, tem até R\$ 140,00 per capita, a família vem e dá o nome na lista. Só que é assim, nós temos um número de cotas, o Governo do Estado determina um número de matrículas do município e isso é repartido entre os programas, então até completar aquela cota, aquele número que a gente tem de bolsa, a gente pode receber os jovens, quando completa a gente para e deixa a lista de espera pra medida que for saindo algum jovem.

No entanto, o coordenador conta que há certa rotatividade neste programa, pois muitos jovens, mesmo sendo de baixa renda e desempregados são desligados do programa por faltarem as atividades semanais exigidas em contrapartida ao recebimento da bolsa.

Às vezes o jovem tá no Ação Jovem, mas ele desiste, não quer mais. Ele não pode faltar. Obrigatoriamente ele tem que estar em todas as reuniões que são planejadas, então se ele falta ele recebe primeiro uma comunicação pedindo pra ele justificar a ausência, mas a partir de um determinado número de ausências ele é cortado do programa, ai abri-se aquela bolsa para um outro.

Além do programa Ação Jovem, como já começamos a apontar visto que os jovens só têm acesso ao programa se são provenientes de família atendidas pelo programa. O programa desenvolve também os programas Renda Cidadã e Bolsa Família. O programa Renda Cidadã é voltado a mulheres de classe socioeconômica baixa e que se encontram fora do mercado de trabalho e o programa bolsa família tem como foco de atuação sujeitos pertencentes a famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais.

O programa Renda Cidadã destina-se a mulheres que se encontram desempregadas. Ao participar deste programa elas recebem por até 2 anos uma bolsa do Governo do Estado, momento em que devem frequentar cursos de qualificação profissional para se reinserir no mercado de trabalho, como fala o coordenador sobre a Renda Cidadã que:

São pra mulheres que estão sem emprego precisando de alguma renda. Enquanto elas estão nesse programa elas recebem uma bolsa do Governo do Estado e enquanto isso elas vão tendo capacitação e cursos que elas mesmas escolhem, da preferência delas, para que elas se capacitem pra fazer alguma atividade que gere renda. Elas se encontram uma vez por mês, as mulheres, elas são obrigadas a vir senão tem que justificar, aí a gente vai oferecendo formação, capacitação pra elas buscarem alguma habilidade delas e conseguirem ter autonomia financeira.

Em contrapartida ao recebimento da bolsa há a obrigatoriedade de frequentar cursos que supostamente levariam a uma inserção no mercado de trabalho tirando-as de uma situação de desemprego, mas os cursos que são oferecidos a estas mulheres são cursos que fazem uma inserção precária, já que consiste em formações superficiais, confirmando assim o que é colocado por Spósito e Carrochano (2005) em que por ser direcionados a pessoas pobres “qualquer coisa parece bastar”. Como conta o coordenador a respeito dos cursos oferecidos:

tem (cursos) manicure, cabeleireira, estética, salgadinhos, coisas assim né. Algumas preferem também artesanato e aí na medida do interesse do grupo a gente faz parcerias pra dar esses cursos pra elas.

Cursos na área de culinária, artesanatos e informática também são oferecidos visando a geração de renda de modo autônomo pelos participantes.

Deu (o programa) um curso pras mulheres com certificação do SESI sobre salgados, bolos e doces que elas poderiam aprender e fazer e ganhar renda também. Demos um curso também em parceria com o SESI de um artesanato que envolve vidro e

elas poderiam fazer toda uma decoração no vidro e depois guardarem biscoitos e depois venderem; demos um curso de estética e cabelo e manicure e tal; informática pra elas também em parceria com o Centro Comunitário. Cursos que foram oferecidos pra que elas pudessem ter uma formação.

Este apoio tem duração definida de 24 meses, em que após isso a mulher participante do Renda Cidadã é desligada do programa: “Depois desses 2 anos também elas são desligadas pra já desenvolverem a sua própria atividade e levantar renda.”

Observa-se que estas mulheres após participarem do programa deixam de receber qualquer acompanhamento e qualquer outra atividade de aperfeiçoamento profissional, já que os cursos são oferecidos exclusivamente as que participam do programa:

só pra quem recebe a bolsa do programa, senão a gente não dá conta. Senão a comunidade vem, procura e aí fica muita gente.

As famílias da comunidade procuram os cursos oferecidos, contudo estes são restritos, ou seja, mesmo havendo a procura pela comunidade este só é oferecido às famílias que participam dos programas de transferência de renda, ou seja, são cursos oferecidos aos considerados “mais pobres”.

O programa também é responsável pelo Bolsa Família, na medida em que realiza o cadastro das famílias interessadas em participar do programa mas:

é o Governo Federal quem aprova e libera se aquela família entra ou não e quanto ela vai receber de acordo com o numero de filhos que ela tem, filhos na escola, e tudo mais.

O Programa Bolsa Família é destinado a famílias que tem filhos em idade escolar – 0 a 15 anos - e que frequentam regularmente a escola. Além de receber uma bolsa no valor de R\$ 70,00 por cada filho que frequenta a escola, essas famílias são convidadas a participar dos cursos de formação e capacitação oferecidos pelo programa, como fala o coordenador:

No Bolsa Família não tem que obrigatoriamente a família fazer algum curso, mas toda formação e capacitação que a gente tem a gente chama elas também pra estarem presente e elas vem mas depende do interesse, se for um curso que é interessante pra elas, lota.

Outro programa oferecido pelo programa é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é um benefício dado a idosos com mais de 65 anos de idade que não recebem aposentadoria. Estes idosos ao participarem do programa recebem por meio do programa o valor de um salário mínimo do INSS. Neste projeto são desenvolvidas atividades voltadas para a saúde dos atendidos:

A gente faz atividades com eles também, mas não são mais pra formação porque eles já são idosos, então são atividades voltadas mais pra saúde deles, pra saúde mental. Tem a questão da memória, eles vem toda 5ª feira de manhã. Nós temos quase 40 idosos e eles passam o tempo aqui e a gente sempre faz uma atividade de interesse deles. Aí o foco é outro né. Então a gente joga com eles muito jogo de

memória, jogo que envolve cores pra continuar desenvolvendo os neurônios, pra evitar Alzheimer e algumas coisas assim. A gente traz o pessoal da Unesp da 3ª idade pra fazer palestras pra eles. Eles jogam bingo também. Enfim é um período de lazer deles, aí já não é uma capacitação pra eles irem pro mercado de trabalho é pra cuidar da saúde deles. A gente faz passeios com eles.

A questão da renda aparece como um determinante e um denominador comum para a participação nos programas desenvolvidos pelo programa, já que os atendidos pelo projeto são pessoas que não tem nenhuma renda ou que tem uma renda insuficiente para sua sobrevivência. Situação que ocorre também com os jovens, em que os jovens de baixa renda são os selecionados para participar do programa.

Além dos programas apresentados acima o programa também realiza atendimentos técnicos com moradores de rua e dependentes químicos (álcool e drogas) e esses “atendimentos que a gente faz pra pessoa que nem é referenciada, a gente lida com morador de rua, a gente lida com dependente de drogas ou alcoolista, ele entra e é atendido”, segundo aponta o coordenador.

Nos atendimentos distribuídos por 7 programas do município são atendidos cerca de 5000 famílias por programa nas quais a questão da renda aparece como um determinante e um denominador comum para a participação nos programas desenvolvidos pelo programa, já que os atendidos pelo programa são pessoas que não tem nenhuma renda ou que tem uma renda insuficiente para sua sobrevivência, uma situação que ocorre também com os jovens, em que os jovens de baixa renda são os selecionados para participar do programa Ação Jovem.

5.2.3. Objetivos do programa

Quando questionado sobre o objetivo do programa, como já começamos a indicar, o coordenador relata que é fazer o atendimento de famílias que se encontram em situação de risco, como conta:

ele vai exatamente ser instalado na região para fazer o atendimento direto das famílias que precisem ou se encontrem em qualquer situação de risco de vulnerabilidade.

Este atendimento segundo o coordenador visa colaborar para que os direitos do indivíduo sejam garantidos:

[...] às vezes a pessoa tem uma necessidade e quando você vai conversar você descobre outras, então a gente tá aqui mesmo pra tentar minimizar na medida do possível e não oferecer só os programas, mas tentar minimizar dentro do que é possível essas angustias das famílias e das pessoas e caminhar pros direitos, principalmente para os direitos das políticas que garantam o direito de todo cidadão. É muito difícil...tem dias que a gente mata leão aqui.

Como relatado nos documentos, o público alvo do programa são os sujeitos considerados “em risco” que vivem uma situação social considerada de vulnerabilidade, sendo sua atuação centrada na tentativa de garantir os direitos do cidadão considerado vulnerável. O programa desenvolve esses objetivos através da atuação em duas vertentes: oferecendo um atendimento técnico realizado por assistentes sociais e psicólogos e pela transferência de renda realizada através dos três programas sociais apresentados.

Segundo relato do coordenador o território (local onde estão instalados os programas) tem sofrido com questões relacionadas à violência e as drogas, principalmente em relação aos jovens:

É um território bastante empolgado nessa área, muita droga e ultimamente a questão da...não sei se é acerto de conta mas ta morrendo muito jovem aqui, muitos jovens que são envolvidos com roubo, com a violência, isso ta presente. Dentro do programa a gente conversa muito sobre isso, mas não aparece muito esse dado que eles estejam envolvidos com isso, porém no território é bastante presente.

Neste sentido, o programa tem também como objetivo “proteger” os jovens da questão das drogas e da violência atuando através da discussão deste tema com os jovens participantes, já que estes jovens são considerados desprovidos de valores e “Os jovens estão um pouco perdidos com relação a valores [...] então eu acho que os jovens ainda precisam amadurecer um pouquinho ao que se diz respeito à formação pessoal.”

Como estes jovens são considerados desprovidos de valores e convivem em locais em que a violência e as drogas estão presentes estes devem receber uma “formação pessoal”, formação essa que visa lhes oferecer valores, proposta que não é considerada pelos jovens como interessante, pois como já foi relatado muitos jovens deixam de frequentar o programa, mesmo com o recebimento da bolsa.

Outro objetivo deste programa é o incentivo da frequência regular a escola:

Ele tem que estar estudando. Se ele arrumar um emprego enquanto ele está nesse grupo do Ação Jovem, por dois anos, ele pode ficar no grupo ainda e recebendo essa bolsa, até que ele consiga fazer uma autonomia da renda e a família também. Eles recebem essa renda por meio de um cartão magnético que é pessoal e é emitido por uma instituição financeira, geralmente o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal, como incentivo da conclusão da escolaridade que ele se encontra, até o Ensino Médio, ou no Ensino Fundamental.

Este incentivo é questionável já que a conclusão da escolaridade que é citada pelo coordenador faz referência a conclusão do Ensino Médio, questiona-se então o porquê de a conclusão da escolaridade estar atrelada a conclusão desse nível de ensino sendo a inserção no Ensino Superior desconsiderada. Seriam então estes jovens incapazes de ingressarem em um

curso superior e estaria isso vinculado a representação de que esses jovens são sujeitos descapacitados de se incluírem no sistema educacional e que permanecem neste somente através de bolsas oferecidas por programas sociais?

O risco e a vulnerabilidade é relacionado neste programa a pobreza. Questiona-se então como o oferecimento de bolsas em contrapartida a frequência a escola ou a cursos profissionalizantes de qualificação profissional em geral de baixo retorno financeiro e de difícil inserção no mercado de trabalho pode colaborar para que as mulheres e jovens participantes destes programas possam transpor a questão da vulnerabilidade? Acredita-se assim que estas ações não colaboram para que os sujeitos participantes deste programa transponham esta situação após a participação nestes.

5.3. Sobre os documentos e a entrevista

A Proteção Social Especial oferecida tanto pelo CRAS como pelo CREAS deve garantir o acolhimento e desenvolver atenções sócio assistenciais que possibilite “a reconstrução de vínculos sociais e conquistar o maior grau de independência individual e social.” Estes serviços são oferecidos de forma contínua a indivíduos e famílias em situações de risco social e pessoal, que podem ocorrer por negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e violação aos direitos humanos.

No município de Rio Claro o CRAS e o CREAS trabalham juntos, enquanto o CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam, o CREAS trabalha com pessoas em que o risco já está instalado.

Nos capítulos anteriores, o CRAS aparece como um articulador que procura também proteger o jovem, seja nos encaminhamento que faz destes para o Projovem adolescente, seja pela relação que estabelece com a UDAM. Ressalta-se que a relação do CRAS com estes programas não apareceu nos documentos, mas somente nas entrevistas, o que indica que este também pode estabelecer ligações com os programas que não foram entrevistados.

O CRAS e o CREAS visam o atendimento não somente dos jovens, mas também de suas famílias, oferecendo desde recursos financeiros disponibilizados pelo governo através de bolsas, como também assistência psicológica. Contudo em todos os programas desenvolvidos em contrapartida ao recebimento da bolsa são exigidos que participem em atividades no CRAS e nos casos dos atendidos em idade escolar que frequentem regularmente a escola.

5.4. Os programas de abrigamento em documentos

A atuação na área de abrigamento de jovens no município estudado é realizada pela Aldeias Infantis SOS.

5.4.1. Aldeias Infantis SOS

O Aldeias Infantis SOS é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que trabalha na defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, que surgiu em 1949 na Áustria, com o objetivo de acolher crianças órfãs, vítimas da Segunda Guerra Mundial. Hoje o programa encontra-se espalhado por 134 países e atende a crianças em situação de vulnerabilidade social, que perderam ou estão prestes a perder os cuidados de suas famílias.

No Brasil há 20 programas presentes em 12 estados e no Distrito Federal. No Estado de São Paulo há 6 unidades do programa incluindo a da cidade de Rio Claro, que encontra-se em fase de implantação visto que iniciou suas atividades em junho de 2013.

O Aldeias Infantis SOS realiza o acolhimento institucional, através do que é denominado pelo programa como “núcleo familiar”. Cada núcleo é composto por até nove crianças, adolescentes ou jovens, de ambos os sexos, sem a separação de irmãos que ficam sob a responsabilidade de uma mãe social.

A mãe social, de acordo com o programa, “é a pessoa responsável por educar e cuidar de crianças, adolescentes e jovens que por diversos motivos tiveram seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos (negligência, discriminação, abuso e exploração)” (ALDEIAS INFANTIS, 2013). Esta mãe social tem como papel principal dar carinho, amor, orientação e realizar tarefas do dia a dia, como por exemplo, levar para a escola, ajudar a fazer o dever de casa, levar ao médico, ou seja, como diz o sítio do programa “todas as atribuições de uma mãe” (ALDEIAS INFANTIS, 2013). A mãe social deve também acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos sujeitos para que no futuro sejam adultos independentes e responsáveis. Para isso a mãe social recebe o apoio de uma equipe técnica formada por assistentes administrativos, assistente social, assistente de desenvolvimento familiar, coordenação e gestão.

De acordo com o sítio do programa:

Cada núcleo familiar possui suas próprias características, ritmo e rotina. No núcleo familiar estimula-se a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, trabalhando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral. Os núcleos familiares estão inseridos no meio

comunitário, onde crianças, adolescentes e jovens têm a oportunidade de participar ativamente da realidade local. (ALDEIAS INFANTIS, 2013).

As crianças, adolescentes e jovens acolhidos pelo programa são encaminhados pelas autoridades da infância, onde não há uma idade limite estabelecida, e no caso dos jovens em processo de emancipação o programa oferece apoio, orientação e acompanhamento, por um período determinado, até que seja garantida sua autonomia.

O programa é mantido através do apoio financeiro de pessoas físicas que contribuem mensalmente, por parceria com empresas que financiam projetos e por convênios estabelecidos com o Poder Público.

O Aldeias Infantis SOS relata que a atuação com as crianças, adolescentes e jovens atendidos está embasada nos documentos que apresentam as diretrizes para a garantia dos direitos destes, a saber: Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de julho de 1990 e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).

O Aldeias Infantis SOS visa, portanto, oferecer abrigo a crianças que se encontram em situações de risco, oferecendo assim condições para que os direitos das crianças, adolescentes e jovens atendidos, sejam garantidos, conforme é estabelecido no ECA.

5.4.2. A atuação na área de abrigamento de jovens na entrevista

Conforme previsto foi realizada a entrevista com um coordenador da área de abrigamento no município estudado.

5.4.4. A Criação do programa, os participantes e as atividades desenvolvidas

O coordenador conta que a atuação do programa no município de Rio Claro se iniciou em 2013, momento em que todas as crianças que se encontravam em situação de abrigamento conviviam em um único espaço:

Quando a gente começou o trabalho aqui eram 54 crianças acolhidas numa única instituição: crianças de Ipeúna, Charqueada, Santa Gertrudes e de Rio Claro. Hoje nós estamos com uma Casa Lar em Santa Gertrudes, atendendo as crianças de Santa Gertrudes, uma Casa Lar em Charqueada atendendo as crianças de Charqueada e em Rio Claro permanecem só as crianças de Rio Claro.

A Casa Lar é o local onde são abrigadas até 9 crianças que foram encaminhadas pelas autoridades da infância e ficam sob o cuidado de uma mãe social. Nesta casa lar são garantidos os direitos básicos de alimentação, educação, saúde, lazer e convivência familiar e comunitária. Os irmãos biológicos não são separados.

Essa organização foi uma mudança necessária, pois se trata de uma das diretrizes que constam no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária elaborado pelo Governo Federal que é seguido pelo programa, como fala o coordenador:

Porque existe um documento chamado Plano Nacional de Convivência Familiar Comunitária que ele diz que cada criança deve crescer em sua comunidade. Ainda que ela não cresça na sua família ela tem que crescer na sua comunidade, frequentar as escolas mais próximas, conviver com as suas raízes. Então, assim, o programa de acolhimento de Rio Claro, ele preza esse ... inicialmente por isso, pela convivência familiar Comunitária porque as crianças que estão acolhidas fica mais fácil de receber visita dos familiares, as que não tem proibição de visitas. Também elas seguem na mesma cidade, elas podem ir pro lago, elas podem frequentar os mesmos pontos culturais, esportivos, as mesmas escolas, posto de saúde, às vezes posto de saúde e escola talvez não porque a família mora em um bairro distante, mas ela não sai da sua comunidade.

Atualmente, são atendidos pelo programa no município de Rio Claro 35 crianças, adolescentes e jovens:

Crianças e adolescentes eu tenho 35. Só que assim nós não contamos 35, Nesse documento (Plano Nacional de Convivência Familiar Comunitária) que eu falei antes, que são as orientações técnicas do serviço de acolhimento, crianças com necessidades especiais contam 2 pra nós. Então, por exemplo, menores de 1 ano e crianças ou adolescentes com necessidades especiais- psiquiátrica, de rebaixamento mental - eu conto duas. Então hoje eu tenho 35, mas eu to contando 45 em 4 casas que a gente atende aqui. Por casa são até 9, só que assim, se são 9 vagas e eu tenho 1 bebê eu só posso ter 8 porque o bebê conta 2 ou a mesma coisa uma criança com necessidade especial, isso inclui AIDS, câncer, cadeira de roda, rebaixamento mental, todas essas questões.

As crianças, adolescentes e jovens que ficam abrigados nas casas lares, em alguns casos, continuam a manter vínculo familiar e em outras as visitas são proibidas. Os sujeitos atendidos pelo programa são crianças que perderam o cuidado parental, que segundo o coordenador, “nós chamamos de grupo meta. Então nosso grupo meta são crianças que perderam o cuidado parental. Crianças que por algum motivo foram retiradas das suas famílias, esse é nosso público do acolhimento.”

A perda do cuidado parental está principalmente relacionada a questões ligadas ao uso de drogas, abandono material e intelectual como conta o coordenador ao falar sobre os motivos que levam a perda do cuidado parental:

Os mais diversos possíveis. Droga, prostituição. Aí na droga a gente inclui tudo: alcoolismo, tráfico, prisão dos genitores ou dos responsáveis, que às vezes não é os pais, é avô. O abandono material, abandono intelectual, por exemplo. Quando a

gente fala de abandono material a criança foi encontrada suja, magra, mal vestida, perambulando pela rua, faminta, desnutrida, fora da escola...isso é abandono material e intelectual porque tava fora da escola.

A não frequência a escola é caracterizada como abandono intelectual, considerando então como uma obrigação dos pais a matrícula dos filhos na escola. As crianças e jovens atendidos pelo programa são caracterizados também como sujeitos que se encontravam em abandono material, abandono esse relacionado principalmente a má alimentação, questiona-se porém o modo como se espera que estas famílias tenham condições de sustentar as crianças e jovens visto que muitas vivem em situação de pobreza. Sabe-se que hoje uma grande parte da população convive com esta situação, sendo que a retirada do convívio familiar realizada quando estes sujeitos se encontram em abandono intelectual e material por envolvimento de familiares com drogas e em casos em que diversas entidades acompanham a família. Esse sujeito é então retirado do convívio familiar até que sua família seja considerada apta para recebê-lo de volta, o que o coordenador denomina como “reordenamento”:

Então é assim, não é porque o Conselho Tutelar encontrou essa criança nessa situação que ela vem pro acolhimento. Às vezes já é uma família que é atendida, a Pastoral da Família vai lá, o conselho vai lá, a escola vai lá, a assistente social do CRAS vai lá, e a criança tá em risco nutricional, ela tá em risco social, pessoal, físico então nesse caso é retirada a criança, vamos dizer assim, fazer um reordenamento nessa família. A gente não chama de reestruturar.

As crianças e jovens atendidos pertencem a famílias, que como fala o coordenador, vem sendo acompanhadas por diferentes órgãos. São famílias consideradas em situação de risco social, que na fala do coordenador parece estar relacionado a questões de pobreza e de drogas. Esta percepção sobre os jovens e suas famílias esta pautada na questão do risco social que é definido por Janczura (2012) como uma condição de fragilidade da sociedade tecnológica contemporânea, em que:

A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir. (JANCZURA, 2012, p.137)

As famílias que tem este risco instalado devem então passar por um reordenamento, que apesar de não ser denominado desta forma, se constitui em uma reestruturação da família. A ideia de família presente no programa parece então estar relacionada a pobreza, ao envolvimento com drogas e de que são desestruturadas.

Há então o processo de culpabilização, onde é família é considerada responsável pelo

abandono material em que a criança, adolescente ou jovem se encontra, contudo é difícil fazer esta afirmação, já que estas famílias não podem ser culpabilizadas sozinhas pela situação de pobreza e de privação de seus direitos da forma como se encontram.

Estas crianças, adolescentes e jovens que foram então retirados de seu convívio familiar o que é justificado pelo fato da família manter a criança em condição de risco são recebidas no que o programa denomina como “Casa lar” e que visa:

O nosso trabalho é de oferecer um ambiente mais próximo de família possível, então a casa tem quartos, cama, guarda roupa, tem uma sala pra ver TV, pra jogar vídeo game, tem uma sala de jantar pra que todos façam refeição à mesa, tem a cozinha, lavanderia, normal. Atividades dentro da instituição a gente não oferece.

Nesta casa lar a ideia que perpassa é que esta seja semelhante ao lar no que diz respeito ao modo como é organizado o espaço físico, contudo esta semelhança não permanece no sentido de família, já que não há o convívio cotidiano com seus pais e parentes. A mãe-social tenta suprir esta necessidade na medida em que se responsabiliza pelas atividades desenvolvidas no cotidiano de uma mãe, prepara as refeições, participa de reuniões escolares, ajuda nas tarefas de casa, etc. Segundo o coordenador essa mãe-social passa por um processo rigoroso de seleção e tem que ter vocação para o cargo:

Ela tem que ter pelo menos uns 25 anos, não pode ser uma pessoa muito jovem por conta da responsabilidade e pra dar um intervalo de idade aí pra ela ter um pouco de respeito com os jovens que tem 17 por exemplo. Ela precisa ter o ensino fundamental completo, ela precisa ter competências assim, por exemplo, essa coisa com criança esse talento com criança especialmente, então ela tem que ter essa vocação, eu digo que não é uma profissão, é uma missão, então não basta ter 25 anos, ter ensino fundamental completo e ser agressiva, violenta, é...até a questão das palavras, praticar violência psicológica então isso a gente não admite, elas passam por avaliação física, psicológica, é bem rigoroso o processo de seleção e também não pode ter filhos pequenos né porque não tem onde deixar, ela tem que morar na casa lar então se ela vem pro acolhimento ela vai morar ali e só vai pra casa na folga.

Atividades internas não são oferecidas pelo programa, pois segundo o coordenador este tem como objetivo que os sujeitos atendidos sejam como as demais crianças, como diz:

A gente quer que eles participem das atividades fora da instituição como todas as outras crianças, então eles vão pro inglês fora, vão pra natação fora, vão pra escola, pro curso, pro SENAI, pra Guarda Mirim...fora da instituição.

O programa então na tentativa de assemelhar o novo espaço de convivência ao ambiente familiar das crianças, adolescentes e jovens além de colocá-los em um espaço físico semelhante ao que convivia com sua família tenta também estabelecer outras semelhanças como, por exemplo, a frequência a escola e a cursos extra escolares.

Porém, para o coordenador o tipo de atendimento e acolhimento que o programa tenta seguir pautado em suas diretrizes não é simples e frequentemente enfrenta resistência da

população local, uma casa-lar instalada no município teve de ter sua sede transferida, pois a comunidade não a aceitava. Ele exemplifica essa situação contando o que aconteceu quando da implantação do programa em Rio Claro:

Então, a gente teve muitos problemas aqui em Rio Claro porque algumas pessoas que a gente chama de visão higienista né, eles acham que adolescente que dá problema tem que ficar na FEBEM, tem que ficar escondido, as pessoas acham que tem que internar esse menino né.

Nesta fala aparece então mais uma das características atribuídas aos sujeitos atendidos “adolescentes que dão problema”. O coordenador, mesmo os reconhecendo como tal atribui esta situação ao modo de vida que tinham antes de ingressarem no programa e discorda do fato de que por serem considerados problemáticos devem ser colocados em instituições como a FEBEM.

Outros setores sociais parecem apoiar o programa o que se evidencia por meio das doações que recebem da comunidade:

A gente recebe doações, A gente recebe visitas aqui no escritório. Alguns empresários da cidade nos apóiam também levando as crianças pra passear nas chácaras deles, dando presente, dando bicicleta. A gente tem um empresário especificamente que ele vem aqui e quer saber porque a criança não está indo na escola, como tá indo o rendimento delas, ele paga Kumon pra essas crianças, de português, de matemática, de inglês. Então assim a gente tem a sociedade...algumas pessoas que se sensibilizam e apóiam o nosso trabalho, eles entendem.

Essas doações contribuem para um atendimento otimizado das crianças, adolescentes e jovens ao se somarem aos recursos disponibilizados pela Prefeitura do Município ao programa.

Então, o nosso recurso que mantém nosso projeto aqui é 100% da prefeitura. A prefeitura repassa pra nós recurso municipal. Tem também um recurso do Governo Estadual e outro do Governo Federal. É o que mantém o nosso projeto, que paga a equipe, que compra comida pras crianças, roupa, todas as necessidades delas.

Como começa a se evidenciar nas falas, vários são os objetivos, princípios e diretrizes que organizam e dão sustentação ao modo de funcionamento do programa de acolhimento das crianças tal como realizado no programa entrevistado.

5.4.5. Os objetivos do programa

Quando questionado sobre os objetivos do programa o coordenador afirma que este visa o acolhimento de crianças e jovens:

O objetivo é trabalhar o acolhimento. A gente diz assim: que a gente trabalha pra deixar de existir. Então nós trabalhamos com essas crianças pra que um dia não seja

mais preciso ter abrigos, pra que um dia as famílias vão estar fortalecidas a ponto de não precisar mais de ter um abrigo na cidade.

Num primeiro momento o coordenador indica que deve se atuar junto à família para evitar que os adolescentes e jovens tenham que sair ou se distanciar de suas famílias de origem, dado que a situação familiar em que vivem contribui para que se coloquem em situação de risco, como diz:

Porque ele se coloca em risco né. Um adolescente que ta na Casa Lar e foge e passa a noite fora ele ta se colocando em risco, uma adolescente que vai pra biqueira ela ta se colocando em risco, então não é assim que ela ta apresentando um comportamento inadequado, ele tem que, vamos dizer assim... desajustado, não é isso; ele precisa de uma orientação pra ele entender que ta se colocando em risco né, e é a nossa grande dificuldade aqui.

Os adolescentes e jovens atendidos apresentam comportamentos “considerados como inadequados”, se colocando em situações de risco e levando o projeto a atuar em múltiplas questões como “[...] droga, prostituição, vivencia de rua, ato infracional, são questões que a gente trabalha.”

Parece que a despeito do acolhimento e das orientações propiciadas pelo programa alguns comportamentos inadequados permanecem; o adolescente que foge da Casa lar e passa a noite fora, a menina que vai à biqueira, etc. Comportamentos que segundo o coordenador podem ser motivados pelo fato que “vem de um histórico diferente, ele (adolescente) sofreu violência, ele ta longe da família. Ele vai apresentar esses comportamentos, vamos dizer assim, inadequados né.”

Há aí, na fala do coordenador, uma contradição importante; o adolescente é separado de sua família, sendo este o objetivo central do projeto, mas tal fato impulsiona ao uso de drogas, prostituição, etc.

O coordenador conta também que o programa tem como objetivo evitar que os direitos das crianças, adolescentes e jovens sejam violados, parecendo, no entanto em sua fala que a conotação de direitos violados se refere a violência e a questão sexual e não a cidadania, como diz:

Porque quando eu tenho crianças com direitos violados, se elas crescem na família, existem pesquisas que dizem que a criança que teve seu direito violado ela pode se tornar, tem uma tendência a se tornar um adulto violador de direitos. Eu não sei em que quantidade, mas crianças que sofreram abuso sexual tem uma tendência ta, não é regra, por exemplo, a se tornar um abusador quando adulto. Então nós fazemos um trabalho de prevenção, de minimizar pra essa criança o dano que essa violência da família causou, ainda que eu tenha que tirar ela da família, que também é um dano né.

A dúvida entre tirar ou não da família parece sempre persistir e retornar em diferentes

momentos da fala de modo simultâneo as justificativas para isso, como o fato de ter sido ou ser violentada sexualmente.

Complementando, e de modo condizente com esta dúvida que parece persistir, além do abrigo de crianças, adolescentes e jovens o programa tem também como proposta realizar no município um projeto que ensine aos pais a maneira como devem educar os seus filhos. Como fala o coordenador:

Tem 2 tipos de trabalho: tem o acolhimento que é esse que a gente mais conhece né, as crianças vem por medida judicial, e a gente tem outro trabalho também que é chamado de fortalecimento de familiar comunitário que o programa também executa. Esse fortalecimento vem na contra mão do acolhimento, a gente chama de prevenção do abandono. Então o acolhimento fazendo seu papel de cuidar dessas crianças e o fortalecimento fazendo seu papel de fortalecer as famílias. A gente vai caminhando pra deixar de ter crianças em abrigo.

O projeto de fortalecimento familiar consiste, segundo o coordenador, em atuar junto a comunidades consideradas carentes e “incapazes de educar seus filhos”, como diz o objetivo é o de “ensinar essas famílias a cuidar das suas crianças”, e para ele “o fortalecimento faria nessas comunidades tipo Bom Sucesso, essas comunidades mais vulneráveis um trabalho de ensinar essas famílias a cuidar das suas crianças.”

Questiona-se então o motivo de pré-definição de que os pais moradores dos bairros citados não sabem cuidar de seus filhos. O programa saberia dizer o que é bom e o que não é? Nos relatos do coordenador parece que a maneira correta de educar os filhos destas famílias é os mantendo na escola e não educar com violência, como fala que “essas famílias precisam entender que tem outras formas de educar que não seja a violência que não seja a negligência né, que as crianças precisam ir pra escola, que isso não é bobagem né, e a gente vai trabalhando nesse sentido.”

Esta proposta do programa, no entanto, não é questionada pelo coordenador que propõem mais do que ensinar aos pais, ensinar a comunidade como agir para cuidar da criança, embora o fim último seja o de atingir a família:

Indo pras comunidades, oferecendo programas de geração de renda pra essas mulheres, fortalecendo essas famílias, indo nas escolas, ensinando essas famílias a cuidar dessas crianças e não só a família, a comunidade. Então assim: os diretores de escola, os líderes comunitários, a Pastoral da Saúde, os agentes da Pastoral da Saúde, assistentes sociais do CRAS, que todo mundo consiga identificar um fator de violação de direito e saber o que fazer, como combater, pra quem denunciar, pra onde encaminhar, que tipo de serviço a gente pode oferecer pra essa família né, uma orientação, um projeto de combate a violência. Porque não é por maldade que essas famílias violam o direito dessas crianças.

Para o coordenador estas famílias necessitam de ajuda para educar seus filhos principalmente por serem famílias pobres e vulneráveis sujeitas a prostituição e ao uso de drogas:

Em geral classe pobre. Não porque a pobreza gera o acolhimento, não isso não é motivo, mas porque a pobreza ta muito associada, por exemplo, as questões relacionadas a prostituição, à dependência química, a violência. Não que na classe média e alta não aconteça violência, mas pensa, uma mãe que é usuária de droga negligencia os cuidados com o filho pra manter o vicio ela acaba se prostituindo perde o emprego. Então gera um ciclo ali de violação de direito né, a exposição aos riscos da droga, a falta de alimento porque a mãe perdeu emprego, a exposição ao risco do usuário de droga usando droga na frente da criança. O risco por exemplo, de um traficante entrar na casa dele pra cobrar uma divida, to falando especificamente de droga mas tem outras questões que tão associadas a isso, por exemplo quadros de saúde mental graves, por exemplo, uma mãe que usou droga por muito tempo ela vai desenvolver alguns distúrbios mentais e isso gera um quadro de negligencia porque ela não tem mais a condição de cuidar daquela criança, as vezes ta preso, eles entendem que a violência é uma forma de educar então acabam violentando as crianças, tudo isso.

Estas famílias também além de estarem possivelmente envolvidas com a violência e ao uso de drogas têm segundo o coordenador uma trajetória escolar restrita, o que tende, segundo ele, a agravar a situação descrita acima, que “a grosso modo o índice de pais com ensino médio e superior é pequeno, é bem pequeno. Em geral são pessoas que pararam na 5ª serie, terminaram a 8ª serie, em alguns casos terminaram o ensino médio.” No entanto, essas famílias estão dentro do quadro de escolarização média do Brasil. segundo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) de 2011 no Brasil a média de anos de estudo é de 7,7, o que é insuficiente para a conclusão do Ensino Fundamental. O trabalho precário dos pais e/ou responsáveis compõe o quadro familiar e ajuda a explicar para o coordenador a necessidade de afastar as crianças da família e acolhê-las.

Em geral são pessoas com trabalhos... que ganham um salário mínimo tipo doméstica, operário, pedreiro esse tipo de trabalho né. To sendo grosseira, não tenho esses dados pesquisadinhos mas em geral são esse tipo de trabalho. Assim, são trabalhos de gente mais...vamos supor assim, de uma classe pro nível de escolaridade deles, domestica, camareira, operário, pedreiro, ouvi dizer que tem usina de cana, cortadores de cana, essas coisas. E tem aqueles casos que a gente não tem nem a inserção que tão desempregados, enfim.

Os familiares são então sujeitos pobres considerados incapazes de educar seus filhos e que necessitam de um “trabalho de fortalecimento” para que aprendam a educar seus filhos e a não se envolverem em situações que coloquem crianças, adolescentes e jovens em risco.

5.5. Sobre o programa de abrigamento e a entrevista

No município todas as crianças que são retiradas do convívio familiar são encaminhadas para o programa que tenta criar um ambiente de convivência semelhante ao que poderia ser considerado um lar adequado, já que em muitos casos a família com uma mãe e vários irmãos não se constitui como a realidade vivida pelos sujeitos quando fora do programa.

A família é representada pelo programa como “errada” e é então culpabilizada pela maneira inadequada de como cuidam e educam seus filhos. E os atendidos por sua vez são compreendidos, principalmente quando a referência são os jovens, como sujeitos problemáticos, que comumente se colocam em risco.

O programa que atua abrigando as crianças, adolescentes e jovens relata a dúvida frequente que perpassa o trabalho desenvolvido pelo programa: “tirar ou não tirar a criança do convívio familiar?” O coordenador diversas vezes questiona essa atitude, alegando que outras medidas deveriam ocorrer para que esta situação não chegasse a tal extremo, no entanto, não há relatos em sua fala sob a participação ou a necessidade de um trabalho efetivo em rede que objetivasse garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as concepções e objetivos que fundamentam os programas sociais direcionados aos jovens de um município do interior do estado de São Paulo. Este trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes questões:

- Quais são os programas presentes na comunidade direcionados aos jovens?
- Quem são os jovens que estes programas atingem?
- A que objetivos se propõem esses programas?
- Qual a concepção de jovens que os fundamenta?

Através destes questionamentos foi delineada esta dissertação de mestrado que apontou características bastante interessantes com relação aos questionamentos colocados.

Os 17 programas direcionados aos jovens do município estudados foram agrupados em 5 categorias de análise em que apesar de obterem características singulares e particularidades apresentam alguns pontos e conceitos comuns pré definidos ao se referirem aos jovens participantes destes.

Uma parcela significativa dos programas direcionados aos jovens no município trabalha com uma dupla atuação composta pela ligação entre a educação e a profissionalização. Estes programas visam a qualificação profissional para um possível ingresso no mercado de trabalho através do oferecimento de cursos nas diversas áreas e também a escolarização inicial que aparece em um dos programas.

Nos programas e ações estudados, a preocupação com a educação formal se faz presente em 9 dos programas, o que corresponde a 53% dos programas e ações estudados. Esta preocupação com a educação regular é constatada pelo fato de que estes programas e ações exigem em contraposto a frequência no programa, a frequência também a escola regular, o que como vimos está de acordo com Spósito (2005) que diz ser esta uma das preposições presentes nas políticas públicas direcionadas aos jovens.

Contudo, esta exigência é definida por Spósito, Silva e Souza (2006) como curiosa, já que a exigência de retorno e frequência a escola, que hoje não é capaz de lidar com esse tipo de situação, apenas apresenta a permanência dos processos de exclusão.

Com relação às faixas etárias atendidas pelos programas o que se observa é que apenas 2 dos 17 programas dedicam-se ao atendimento exclusivo aos jovens. Nos demais, a categoria jovem é atendida junto a outras categorias, como no caso de programas que desenvolvem atividades para crianças, adolescentes e jovens (8 casos), com jovens e adultos (3 casos) e

com crianças, adolescentes, jovens e adultos (4 casos). Estes dados evidenciam então a dificuldade de se caracterizar a população jovem, ora tida como semelhante às crianças e adolescentes e ora mais próxima aos adultos.

A preocupação com relação a formação para o trabalho é uma das características presentes nestes programas pois as políticas públicas em sua maioria visam a profissionalização dos jovens para que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho. Os programas visam contribuir para que os jovens consigam se inserir no mercado de trabalho entendendo que essa inserção evita que não sigam o caminho da marginalidade. As possibilidades de profissionalização propostas pelos programas são variadas, desde a formação para o trabalho informal que pode ocorrer em casa, como também o trabalho no comércio e na indústria. Esta formação para o mercado de trabalho, não pode de fato ser considerada como tal, já que se constituem como políticas pontuais e pouco valorizadas inseridas em um mercado de trabalho também não valorizado. Esta preparação se constitui então como uma pseudo-preparação para o mercado de trabalho.

Com relação aos programas na área de cultura e lazer, o que se vê é que seus objetivos são muito mais complexos do que ensinar certa atividade. Spósito, Silva e Souza (2006) apontam à hipótese de estes programas e ações serem utilizados com um “caráter instrumental” em que estas passam a se constituir como uma “porta de entrada para objetivos estranhos ao mundo cultural e dos esportes” (SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006, p. 244). Esta afirmação então pode justificar o porquê destes programas apresentarem entre seus objetivos “promover a inclusão social” ou “contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais”, contudo para os autores quando as atividades de cultura e lazer aparecem como um método para atingir a outros objetivos ela pode deixar de agregar em suas competências específicas, técnicas e materiais necessários.

Com relação aos programas na área de saúde, estes não vinculam os sujeitos atendidos a questões sócio-econômicas, diferentemente do que ocorre nos programas agrupados nas áreas de abrigo e assistência social em que os sujeitos provenientes de problemas sociais são atendidos, principalmente com relação aos programas de assistência social em que a questão socioeconômica é determinante para a participação no programa.

Nos documentos e também na fala das entrevistadas é possível perceber então que os programas utilizam as atividades que propõem como um modo que definem para a concretização dos objetivos, ou seja, são utilizados métodos que podem ser inserir nas áreas de profissionalização/educação, cultura e lazer, abrigo, assistência social e saúde, mas que

convergem em uma mesma finalidade: proteger os jovens da vulnerabilidade em que se encontram.

Nos programas estudados os jovens tem uma identidade pressuposta atribuída a eles. Tanto nos documentos, como nas falas das entrevistadas, os jovens são criminalizados antes mesmo de cometerem um crime, ocorre então o que é definido como a criminalização da pobreza, em que é tomado como se estes jovens já fossem criminosos ou estivessem predestinados ao mundo do crime. Estas políticas não conseguem então ver o sujeito como portador de direitos e que deve ter acesso a espaços de cultura e formação, sendo considerado apenas como alguém que precise ser “cercado” para que não seja mais um problema social, desconsidera-se então o que é colocado pelo ECA em que crianças, adolescentes e jovens devem ter a garantia de condições básicas de existência e sobrevivência.

Os jovens atendidos pelo programa são também comumente associados a usuários de drogas, justificando esta associação através da pré-definição de que a situação de vulnerabilidade impulsiona o uso de drogas. Nesta afirmação recorrente nos textos e principalmente nas entrevistas desconsidera-se que o consumo de drogas na classe média e alta pela juventude é alto, e reforça-se que o sujeito que vive em situação de vulnerabilidade é identificado como usuário de drogas.

O caminho da marginalidade se constitui em uma preocupação geral nos programas apresentados. O que pode ser evitado no caso de quando o horário de desenvolvimento dos projetos/programas utiliza-se justamente do tempo livre destes, tirando-lhes a possibilidade de que utilizem o tempo livre para o ingresso na marginalidade.

Nos documentos analisados e na fala dos entrevistados a ideia que perpassa por todas estas políticas públicas direcionadas aos jovens pobres do município é a de que estas podem contribuir para a inclusão desta população e que sem a ação destas estes tenderiam a permanecer em uma situação de vulnerabilidade social que facilitaria seu ingresso na marginalidade. Esta inclusão, porém é caracterizada por Salles e Silva (2011), em concordância com a definição proposta por Kuenzer como uma “inclusão excludente” no sentido de que estas políticas e ações visam contribuir para que os jovens tenham acesso à escolarização e ao primeiro emprego, porém estas se caracterizam como excludentes já que seu alcance é limitado tanto quando a referência é a escolarização como também quando é o emprego.

Os jovens participantes das políticas públicas do município estudado são então caracterizados como uma juventude pobre e vulnerável, sem valores, tendencialmente má,

proveniente de famílias desestruturadas e incapazes de educar seus filhos, suscetível a muitas experiências negativas e a más experiências com drogas e atos violentos.

As políticas públicas estudadas são direcionadas a um grupo específico de jovens, os jovens pobres, ou seja, é uma concepção de pobre que beira o preconceito. São então políticas públicas que estão apoiadas em preconceitos. Confirmando assim o que é apontado pela literatura da área na qual os programas, projetos e ações apresentados assinalam para o fato de que estes comumente são direcionados aos jovens pobres, jovens que não tem seus direitos em diversas áreas garantidos, seja na formação escolar e profissional, na saúde, no abrigo e também na área de cultura e lazer.

No entanto, é importante destacar no que se diz respeito às políticas públicas de modo geral e conseqüentemente as direcionadas aos jovens, que há uma diferença entre o que se declara e o que de fato se almeja em determinada política pública, na medida em que os discursos são compostos por intenções que não se declaram. Estamos inseridos em uma comunidade capitalista, e que como tal esta fundamentada na desigualdade, neste sentido as políticas públicas elaboradas para os jovens e para os demais membros da sociedade vão atuar para mantê-los assim, já que não existe um capitalismo igualitário.

Os apontamentos acima colocados evidenciam assim quais são os pressupostos das políticas públicas direcionadas aos jovens, o que colabora com as ideias colocadas por Spósito, Silva e Souza (2006) de que a conformação das políticas e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. (SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006, p. 238).

Há de se lembrar, contudo, de que ao mesmo tempo em que há uma concepção de jovem que fundamenta as políticas públicas, estas em contrapartida também criam e reproduzem concepções de juventude que o senso comum passa a adotar. Ou seja, as políticas públicas também criam identidade sobre os jovens.

Por fim podemos afirmar que as políticas públicas se constituem como um direito dos jovens e que, portanto, não deve e não pode ser encarado como um favor, como foi evidenciado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. “Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil”. In: **Última década**, Viña Del Mar, n.16, 2002.

ABAD, M. Crítica Política das Políticas Públicas de Juventude. In: FREITAS, Maria & PAPA, Fernanda. (orgs). **Políticas Públicas-Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. **Caleidoscópio das Violências** nas Escolas.Série Mania de Educação. Missão Criança, União Européia, OXFAM. Brasília, 2006.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G.M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.116, p. 1-26, jul, 2002.

ABREU, S. E. A. Pesquisa e Análise Documental. In: XVI Seminário de Práticas Docentes: competências docentes no século XXI e em outros também, 2008, Anápolis. **Anais do XVI Seminário de Atualização de Práticas Docentes**. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2008. p. 26-28.

ALDEIAS INFANTIS. **Quem somos**. Disponível em <<http://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos>>, Acesso em 11 Out. 2013.

ALVES, I. B.; SOUZA, J. F.; JESUS, L. P.; ROXO, T. S. Juventude e políticas públicas de Estado e emancipatórias: algumas comparações. In: SILVA. J. S. e; BARBOSA. J. L.; & SILVA, A. I.(Orgs).**Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio De Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. Disponível em: <http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46 >, Acesso em 12 out 2013.

ANDRADE, E. R.; NETO, M. F. Juventude e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009. P. 57-80.

ARAÚJO. C. P.; FURNELANETTO, E.; ALONSO, F. H.; VEIGA. J. W.; TAVARES. N. R. K.. Reflexões acerca de políticas públicas para a juventude. In: SILVA. J. S. e; BARBOSA. J. L.; & SILVA, A. I.(Orgs).**Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio De Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. Disponível em:<http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46 >, Acesso em 12 out 2013.

ARTEVIDA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.nucleoartevida.org.br/>>. Acesso em 10 out 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.1997.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERNI, V.L., ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**. 26 (1), 126-136, 2014.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 2010.

BÖRZEL, Tanja. **¿Qué tienen de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación**. 1997.

BOURDIEU, P., CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In.: _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 2ª ed. p.217-227.

BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. In: Bourdieu, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, **Lei 8069 de 13/07/1990**. Cria o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>, Acesso em 12 mar 2014.

CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, J. T.. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, GT 3 Movimentos Sociais e Educação. Caxambu (MG): 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt3>>. Acesso em: 12 out. 2013.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdades e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, R. **Las trampas de la exclusión: trabajo y utilidad social**. Buenos Aires: Topia, 2004.

CASTRO, A. C.; OLIVEIRA, V. L. A. Comunicação e mobilização dos conselhos com instituições parceiras, redes de serviços e sociedade civil. In: ASSIS, S. G.; SILVEIRA, L. M. B.; BARCINSKI, M.; SANTOS, B. R. (orgs.). **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**, 2009. Disponível em <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_457758362.pdf>, Acesso em 12 Mar 2014.

CASTRO, M. e ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do Fazer Políticas de/ para/com juventudes**. UNESCO, 2003.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. Para um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 02, pp. 19-46, jul./dez. 2002.

CENTRO PÚBLICO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. **Centro de qualificação**, 2013.

COSTA, A. B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva. 1998.

CRAS. **Centro de Referência de Assistência Social**. Secretaria municipal de ação social. 2013.

CREAS. **Centro de Referência Especializado em Assistência Social**. Secretaria municipal de ação social. 2013.

DALGALARRONDO, P.. Religião e uso de drogas por adolescentes. **Rev. Bras. Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, n. 2, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000200004> Acesso em: 16 out. 2013.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24. p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, Jun. 2002, vol.28, no. 1, p.117-136.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. **Jovens no Brasil** - difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. 2003. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/JOVENS%20BRASIL%20MEXICO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

DIÓGENES, G. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: FILHO, M. & NOBRE, T. (Org.) **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador - São Cristóvão: EDUFBA / EDUFS, 2009.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo-ANPED, n. 17, 2001.

ESTEVES, L. C. G., & ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In M. Abramovay, E. R. Andrade & L. C. Esteves (Orgs.), **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade** (pp. 21-56). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G.. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**. Natal, v.9, n.1, pp 157-166, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

FERREIRA, A. da S. G.; OLIVEIRA, F. S. de; RITO, I. N. de A.; BOTELHO, J. do N.; MENDONÇA, J. M.; SILVA, K. F. da, FERNANDES, P. da S.; SANTOS, T. de O.; MORA, L. Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife. In: **Políticas públicas no território das juventudes**, p. 70-78, 2006. Disponível em: <http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46>, Acesso em 12 out 2013.

FONSECA, D. C. **Os profissionais da estratégia de saúde da família (esf) e a construção de sentidos sobre adolescência**. Dissertação de mestrado PUC-SP, São Paulo, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARDA MIRIM. **A Guarda Mirim**. Disponível em <<http://www.guardamirim.rioclaro.com.br/>>. Acesso em 11 out 2013.

GUIRADO, M. **Menor: o grande excluído**. Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, 1984.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354390>

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

KAFROUNI, R. **A dimensão subjetiva da vivência de jovens em um programa social: contribuições à análise de políticas públicas para a juventude**. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, SP, 2009.

KLIKSBERG, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 909-942, out. 2006.

KRAWCZKY, N. Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41. n. 144, p. 752-769, 2011.

LEÃO, G. M. P., **Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 2001, 199 p.

LOPES, J. R. Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n.2, p. 13-24, maio/ago, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E.J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo. v. 26/27. P. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Segundo Tempo**. Disponível em <<http://www2.esporte.gov.br/snee/segundotempo/objetivos.jsp>>, Acesso em 10 Out. 2013.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governos as políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v.32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, S.F.; FERREIRA, A. S. G.; A RITO, I. N., BOTELHO, J. N., MENDONÇA, J. M.; DA SILVA, K. F.; FERNANDES, P. S.; SANTOS, T. O.; LA MORA, L. Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife. In: **Políticas públicas no território das juventudes**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. Disponível em: <http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46>, Acesso em 12 out 2013.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In M L. J. Contini (coord) & S. H. Koller (Org.), **Adolescência e psicologia: concepções práticas e concepções críticas**. Rio De Janeiro. Conselho regional de Psicologia, p. 16-24, 2002.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), (1.º, 2.º), pp. 139-165, 1990.

PENIEL RIO CLARO. **Quem somos**. Disponível em < <http://www.penielioclara.com.br/>>, Acesso em 10 Out. 2013.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo, **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, números 5 e 6, 1997.

PINHEIRO, A. C. C.; FARIAS, C. L.; GOMES, E. S.; FILHO, F. B. A.; PINHEIRO, H. N. A.; SOUZA, J. T. S.; NETO, K. A. P.; PASSUELO, R. R.. Juventude e políticas públicas: algumas reflexões necessárias. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; & SILVA, A. I. (Orgs). **Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio De Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. Disponível em: <http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46>, Acesso em 12 out 2013.

PRINCESA VICTORIA. **Nossa história**. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.rc.sp.gov.br/conheca/nossa-historia>>, Acesso em 11 Out. 2013.

PROJETO GURI. **Estatuto Social**. Disponível em: < <http://www.projetoguri.org.br>>. Acesso em 11 out 2013.

PROJOVEM. **Projovem Adolescente**. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>, Acesso em 10 Out. 2013.

PROPOSTA PEDAGÓGICA - **SENAI** – 2013, 2013.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1ª ed., 2003. 243 p.

ROCHA, W. S. Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; & SILVA, A. I. (Orgs). **Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio De Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Texto base para aulas - Programa de Mestrado em Ciência Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas.** Brasília, 1998.

SALLES, L. M. F. **Adolescência, escola e cotidiano: um discurso contrastante entre o genérico e o particular.** Piracicaba, S.P: Ed. UNIMEP, 1998.

SALLES, L. M. F. **Uma reflexão a respeito de jovens, escola e violência.** UNESP/ RC. Livre-Docência, 2009.

SALLES, L. M. F. ; SILVA, J. M. A. P. Juventude e Inserção Social: um estudo com jovens da periferia urbana. In: **16º Encontro Nacional da Abrapso**, 2011, Recife, Pernambuco. Psicologia social e seus movimentos: Textos completos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da Abrapso Anais eletrônicos. Recife, Pernambuco, 2011. p. 1-8.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A de P; VILLANUEVA, C. F.; REVILLA, J. C.; BILBAO, R. D. Representaciones imaginarias de la interacción y violencia en la escuela. **Athenea Digital**, v. 11, p. 51-78, 2011.

SARRIERA, J. C.; TATIM, D. C.; COELHO, R. P. S.; BUSKER, J. (2007). Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicologia: reflexão e crítica**, vol. 20, p. 361-367.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** Vozes, Petrópolis: 2008.

SEGUNDO TEMPO. **Início.** Disponível em <
<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>, Acesso em 10 Out. 2013.

SENNETT, R. **La cultura del nuevo capitalismo.** Barcelona, Editorial Anagrama, 2006.

SIEBERT, C. D.; ARAÚJO, C. L. R.; RODRIGUES, E. A. C., SOUZA, G. A. S.; PEREIRA, J. A.; AZEVEDO, W. R.; GOBBO, E. D.; ARAUJO, L. F. Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na UFES. In: **Políticas públicas no território das juventudes**, p. 70-78, 2006. Disponível em:

<http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46>, Acesso em 12 out 2013.

SILVA, J. M. A. P. E. . Imaginário, Cultura Global e Violência Escolar. In: Silva, J.M.A.;Salles,L.M.F.. (Org.). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo.** 1ªed.São PAulo: Cultura Acadêmica- Editora Unesp, 2010, v. , p. 18-40.

SILVA, J. M. A. P. E. ; Salles, L. M. F. . A Violência na Escola: Abordagens Teóricas e Propostas De Prevenção. **Educar em Revista** (Impresso), v. 02, p. 217-232, 2011.

SILVA, R. **Pobreza e exclusão social no Brasil: 300 anos de políticas públicas para a criança brasileira.** 2008. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pretextos/silva1.html>>. Acesso em: 15 out 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**. Vol. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, pp. 20-45. ISSN 1517-4522.

SPOSITO, M. P., SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, 2006, 11(32), 238-257).

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social- Revista de Sociologia da USP*, 2005, 7(2), 141-172.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In ABRAMO, H.; BRANCO, Pedro Paulo (orgs). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**.Nº. 24, Dez 2003.

UDAM. **Institucional**. Disponível em: < <http://udam.org.br/>>. Acesso em 11 out 2013.

VAN ZANTEN, A. Cultura da rua ou cultura da escola? **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.1, pp 23-52, jan./jun. 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100003&script=sci_arttext>.

VERÁS, M.B.P. Exclusão social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B.B. (org.), **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, A. B. et al. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, E. S. e GUIMARÃES, R. B. (Orgs) **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. REVAN, 2007.

YOUNG, J. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Ed Revan, 2002.

ZALUAR, A. Dilemas da segurança pública no Brasil. **Cadernos Adenauer: desarmamento, segurança pública e cultura da paz**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2005.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrmiso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrmiso).

ZAPPE, J.G.; DIAS, A.C.G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo a situação do adolescente em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, 17(3) p. 389-395, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A- CARTA APRESENTAÇÃO ENTREGUE AOS PROGRAMAS

Rio Claro, 16 de abril de 2013.

Prezado(a) Senhor(a),

Venho por meio deste, eu Michele Cristina Pedroso, RG 46.303.577-X estudante do departamento de Educação da Unesp de Rio Claro, cursando Mestrado em Educação sob a orientação da Profa. Dra. Leila Maria Ferreira Salles e participante do Grupo de pesquisa Jovens, Violência e Educação, cadastrado no CNPq, solicitar a autorização e a contribuição para a realização de uma pesquisa que pretende estudar a concepção de Juventude dos projetos da cidade direcionados aos jovens de idade entre 15 e 24 anos. Saliento que as informações que solicitarei serão somente para fins de pesquisa e o nome das instituições participantes não será divulgado.

Neste sentido peço a disponibilização das informações solicitadas abaixo:

- Histórico da instituição
- Quando o programa foi criado?
- Qual o objetivo do programa?
- Por quem esta instituição é financiada?
- Qual a quantidade/porcentagem de jovens participantes do programa?
- Porque foi escolhido atender aos jovens nesse programa?
- Que atividades o programa desenvolve para os jovens?
- Qual a importância deste programa para os jovens participantes?
- Como você avalia a contribuição deste programa para o desenvolvimento dos jovens participantes
- Os jovens participantes pertencem a um grupo/classe social específico? Se sim, caracterize

Obrigada pela atenção. Estou a disposição para possíveis esclarecimentos. Seguem meus contatos e de minha orientadora.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista com os coordenadores

1. Identificação do entrevistado:
 - Nome,
 - Idade,
 - Cargo/ quanto tempo está no cargo?
 - Formação
 - Experiências profissionais anteriores

2. Sobre o programa.
 - Quando o programa foi criado?
 - Qual o objetivo do programa?
 - Qual a importância do programa para a sociedade em geral?
 - Este programa recebe algum apoio da sociedade? Qual?
 - Como é mantido o programa?
 - Como este programa é visto pela população?
 - O programa estabelece vínculo com órgãos públicos? Qual? De que modo?

3. Sobre os jovens participantes dos programas
 - Quem é o público alvo do programa?
 - Porque foi escolhido atender a esta faixa etária no programa?
 - Qual a quantidade de jovens participantes do programa?
 - Que atividades o programa desenvolve?
 - Que atividades o programa desenvolve para os jovens?
 - Quem são os jovens participantes do programa/projeto? Caracterize
 - Porque os jovens optam em participar deste programa/projeto?
 - Qual a importância deste programa para os jovens participantes?
 - O jovem tem/teve alguma participação na criação e na gestão do programa?
 - Como você avalia a contribuição deste programa para os jovens participantes?
 - Os jovens participantes pertencem a um grupo/classe social específico? Se sim, caracterize

**APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – COORDENADORES**

Convido você a participar do trabalho de pesquisa denominado “JUVENTUDE E POLITICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES E PROGRAMAS DESTINADOS AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA, explicado a seguir.

Esta pesquisa será desenvolvida por Michele Cristina Pedroso (pesquisadora responsável) RG 46303577-X aluna do curso de Mestrado em Educação na Unesp de Rio Claro. A pesquisa será registrada através de dissertação de mestrado, orientado pela Professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles.

Os objetivos da pesquisa são: mapear e analisar as ações e programas sociais desenvolvidos na cidade de Rio Claro direcionados a jovens moradores na periferia; identificar, caracterizar e analisar os objetivos destas políticas públicas; identificar e caracterizar a concepção de juventude que fundamenta essas políticas e identificar e caracterizar a concepção de jovens e responsáveis sobre os programas e ações existentes no município.

Os riscos nesta pesquisa são mínimos, uma vez que sua participação é voluntária, respeitando-se sempre o sigilo dos entrevistados. Os mesmos serão minimizados pela interrupção da participação, no momento que desejarem e o principal benefício consiste na contribuição do estudo para a compreensão das ações e programas que são destinados aos jovens moradores em bairros periféricos da cidade de Rio Claro. Para realizar a pesquisa, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, que serão gravadas na forma de áudio. Espera-se que a partir destas entrevistas e da análise dos dados obtidos que efetive-se uma pesquisa de qualidade que possa contribuir com informações e análises relevantes para todas as pessoas que vivem esta realidade: os próprios adolescentes, suas famílias, a escola e toda a sociedade. É assegurado aos participantes da pesquisa:

- * o esclarecimento de qualquer dúvida que tenha, antes e durante o curso da pesquisa.
 - * recusar-se em participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase ou momento da pesquisa, sem nenhum constrangimento para o mesmo.
 - * sigilo completo no que se refere aos dados confidenciais e privativos do mesmo.
- Assegura-se a privacidade dos participantes quanto aos dados confidenciais, e principalmente a NÃO divulgação de seu nome na pesquisa. Assegura-se também que essa pesquisa não terá gasto ou remuneração por parte dos sujeitos da pesquisa.

Se você estiver se sentindo totalmente esclarecido, sem nenhuma dúvida sobre a pesquisa e sobre os responsáveis por ela, gostaria de convidá-lo (a) a assinar o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (elaborado em duas vias) que ficará com o (a) senhor (a) e com a pesquisadora.

Rio Claro, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do Participante